

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Notícias Gerais  
Período de Análise: 01/08/2012 a 31/08/2012**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT

## **Índice**

Exportação de soja supera a de minério de ferro. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo, Mercado. 02/08/2012 .....	6
Governo recebe representantes da ANFFA. Mônica Bidese – Site do MAPA. 02/08/2012 .....	7
Consultores levarão formação a agentes de Ater em todo o país – Site do MDA. 03/08/2012.....	7
Mato Grosso começa a mensurar perdas na colheita de grãos. Janice Kiss – Valor Econômico. 03/08/2012 .....	8
Após protestos, governo anuncia pacote para a citricultura. Rene Moreira - O Estado de São Paulo. 04/08/2012 .....	10
Uma nova abertura dos portos. Katia Abreu – Folha de São Paulo, Mercado. 04/08/2012 .....	11
Seca atinge eleitores de Dilma no Nordeste. Dimmi Amora – Folha de São Paulo, Poder. 06/08/2012.....	12
Estiagem traz de volta 'coronéis da água' ao NE. Dimmi Amora – Folha de São Paulo, Poder. 06/08/2012 .....	14
Mendes Ribeiro quer regionalizar política agrícola e defesa – Valor Econômico. 06/08/2012.....	15
Alimentos e energias sustentáveis. Antonio Buainaim – O Estado de São Paulo. 07/08/2012.....	16
Por que a tecnologia não chega no campo? – Site do MST. 08/08/2012 .....	17
Governo e movimentos sociais avaliam ações do Brasil Sem Miséria. Neila Baldi – Site do MDS. 08/08/2012.....	18
Governo vai antecipar meta de contratação de cisternas. Sandra Fontella – Site do MDS. 08/08/2012.....	21
Desenvolvimento e instituições no Brasil. Ana G. Pereira e Luciano Nakabashi – Valor Econômico. 08/08/2012 .....	21
Produção de grãos chega a 165,9 milhões de toneladas. Raimundo Estevam – Site da CONAB. 09/08/2012 .....	29
MDA participa de debate sobre sistema nacional de Ater – Site do MDA. 09/08/2012.	30
Depois da seca, Nordeste espera milho. Tarso Veloso – Valor Econômico. 09/08/2012	31
Projeto que envolve aporte de R\$ 1 bi em borracha é iniciado. Bettina Barros – Valor Econômico. 09/08/2012 .....	32
Arroz e feijão 'maculam' safra recorde. Fernando Lopes, Tarso Veloso e Sérgio Ruck Bueno – Valor Econômico. 10/08/2012 .....	33
Fiscais desafiam governo e paralisam as atividades. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico. 10/08/2012 .....	36

Safra de grãos deve ser maior da história – O Estado de São Paulo, Economia. 10/08/2012.....	36
Não há bem que nunca acabe. Roberto Rodrigues – Folha de São Paulo, Mercado. 11/08/2012.....	37
A crise da Embrapa. Rodrigo Lara Mesquita – O Estado de São Paulo, Opinião. 11/08/2012.....	39
Cisternas no NE apresentam defeito e ficam mais caras. Dimmi Amora – Folha de São Paulo, Poder. 12/08/2012 .....	40
Ministro da Agricultura e Presidente da Conab firmam acordo de gestão. Antônio Marcos da Costa – Site da CONAB. 13/08/2012 .....	42
General Brands garante oferta de fruta. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico. 13/08/2012.....	42
Exportações crescem 38% em sete meses – Site da CNA. 14/08/2012.....	43
Conab ajuda países africanos – Site da CONAB. 14/08/2012 .....	45
Pedro Arraes é reconduzido ao cargo de presidente da Embrapa. Marcos Esteves – Site do MAPA. 16/08/2012 .....	45
Dilma põe setor privado no centro dos grandes projetos. Daniel Rittner, André Borges, Rafael Bitencourt e Cristiano Romero – Valor Econômico. 16/08/2012.....	45
Para governadores, burocracia do BNDES e órgãos de controle travam investimentos. Edna Simão e João Villaverde – Valor Econômico. 17/08/2012.....	46
Os benefícios do consenso. Kátia Abreu – Folha de São Paulo. 18/08/2012.....	47
Não desperdicem a chance da seca. Charles Fishman – O Estado de São Paulo. 19/08/2012.....	49
Movimentos do campo se unem por novo projeto de agricultura. Vinicius Mansur – Carta Maior. 20/08/2012 .....	51
EUA terão mais seca nas próximas décadas - The Washington Post - O Estado de S.Paulo. 20/08/2012.....	52
FETRAF-BRASIL no Encontro Unitário dos Trabalhadores. Fernanda Silva – Site da FETRAF. 20/08/2012.....	53
Mapa cria GT para aperfeiçoar Centro de Inteligência Agropecuária. Mônica Bidese – Site do MAPA. 20/08/2012 .....	55
Plano no Quênia visa agricultor – Valor Econômico. 20/08/2012.....	55
Decreto cria a Política de Agroecologia e Produção Orgânica. Inez de Podestà – Site do MAPA. 21/08/2012 .....	56
Povos do campo, das águas e das florestas param Brasília. Fernanda Silva – Site da Fetra. 22/08/2012.....	56
Conab participa de comissão da Pnapo – Site da CONAB. 21/8/2012 .....	58
Crise econômica piorou correlação de forças no meio rural. Pedro Rafael Ferreira – Site do MST. 21/08/2012 .....	58
Ministério já projeta valor da produção de soja em R\$ 62 bi. Fernando Lopes – Valor Econômico. 21/08/2012 .....	60
O Brasil da agroecologia. <i>Sophia Gebrim</i> – Site do MMA. 21/08/2012.....	61

Presidenta institui Política de Agroecologia para impulsionar agricultura familiar – Site do MDA. 21/08/2012 .....	61
Governo institui política nacional de apoio à agroecologia e à produção orgânica – Site do MDS. 22/08/2012.....	63
Estímulo ao cooperativismo em Mato Grosso. Tarso Veloso – Valor Econômico. 22/08/2012.....	63
Governo prepara capacitação técnica para fortalecer cultivo de seringueiras – Site da CNA. 23/08/2012.....	64
Políticas públicas para educação do campo são insuficientes, diz dirigente do MST. Luiz Felipe Albuquerque – Site do MST. 23/08/2012 .....	65
Protesto marca união de diferentes movimentos Manifestantes tentam invadir Planalto. Roldão Arruda – O Estado de São Paulo. 23/08/2012.....	68
Empresa agrícola ganha espaço na exportação, mas a de mineração perde. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo, Mercado. 23/08/2012.....	69
Empresários do RS pretendem investir R\$ 50 milhões no setor agrícola do Tocantins – Site da CNA. 24/08/2012 .....	71
Projeto dos ruralistas para privatizar a Embrapa avança no Congresso – Site do MST. 24/08/2012.....	71
Inclusão social e a classe que vive do trabalho. Carol Proner (*) – Carta Maior. 24/08/2012.....	73
Tereza Campello apresenta programas sociais brasileiros para ministra peruana – Site do MDS. 24/08/2012.....	75
Fabricantes nacionais aumentam grau de dependência do BNDES. Stella Fontes – Valor Econômico. 27/08/2012 .....	76
Cidades citrícolas perdem 17 mil empregos. Stefhanie Piovezan – Folha de São Paulo. 27/08/2012.....	78
Cepal pede pacto fiscal e social para gerar crescimento na região. Eliane Oliveira – O Globo. 27/08/2012 .....	79
Reduzir pobreza não basta, diz Cepal. Fabio Murakawa – Valor Econômico. 27/08/2012 .....	80
Movimentos sociais criticam decreto sobre a política para agroecologia – Site do MST. 28/08/2012.....	81
Soja avança sobre pastagens no Tocantins. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico. 28/08/2012.....	82
Mendes Ribeiro entrega medalhas para prefeituras que investem no agronegócio – Site do MAPA. 29/08/2012 .....	84
Sobra milho, falta milho - O Estado de São Paulo. 29/08/2012.....	85
Governo vai lançar plano de desenvolvimento para comunidades de matriz africana – Site do MDS. 30/08/2012.....	86
Embrapa investe apenas 4% do orçamento na agricultura familiar. Daniele Silveira – Site MST. 31/08/2012 .....	87
Produtores trocam leite por plantio da soja – Folha de São Paulo, Mercado. 31/08/2012 .....	89

PIB do campo ainda derrapa - Valor Econômico. 31/08/2012 .....	89
Preço limita a expansão do mercado de orgânicos. Kátia Simões e Marília de Camargo Cesar – Valor Econômico. 31/08/2012.....	89
MDA e MAPA assinam acordo para o fortalecimento de cadeias produtivas – Site do MDA. 30/08/2012.....	91
PIB da agropecuária cresce 1,7% em relação ao segundo trimestre de 2011. Inez de Podestà – Site do MAPA. 31/08/2012.....	91

## **Exportação de soja supera a de minério de ferro. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo, Mercado. 02/08/2012**

As exportações brasileiras do complexo soja (soja em grãos, farelo e óleo de soja) já superaram as receitas obtidas com o minério de ferro.

Quebra de produção de grãos na América do Sul e seca nos Estados Unidos colocaram a soja no topo das exportações brasileiras de commodities, desbancando a liderança do minério.

Este sofre os efeitos das incertezas econômicas mundiais, que reduzem a demanda por minério e esfriam os preços da commodity.

As receitas com a soja devem atingir patamar não esperado pelo próprio setor nas estimativas do início do ano. Só nos sete primeiros meses já atingem US\$ 18 bilhões, 21% mais do que em igual período anterior.

De janeiro a julho, as exportações de minério de ferro renderam US\$ 17,7 bilhões, 20% menos do que em igual período de 2011.

Apesar do bom desempenho de soja e de milho, cujas receitas são maiores neste ano, o cenário econômico internacional não favorece as exportações brasileiras de commodities.

No setor agrícola, vários dos principais itens da balança comercial continuam com queda nas receitas neste ano.

Uma das principais quedas é a do açúcar, cujas receitas recuaram para US\$ 5,6 bilhões até julho, 22% menos do que entre janeiro e julho do ano passado.

Nesse mesmo período, as vendas de café, setor que vinha recuperando espaço na balança comercial brasileira, recuaram para US\$ 3,2 bilhões, 22% menos do que no ano anterior.

As carnes também perdem peso na balança, principalmente porque os preços internacionais caem. O setor de avicultura, carro-chefe do setor, teve queda de 4% no volume exportado no mês passado em relação a 2011. Já os preços recuaram 14%, derrubando as receitas totais do mês para US\$ 481 milhões, 17% menos do que em julho do ano passado.

A balança de commodities foi afetada também pela redução das exportações de petróleo, que caíram para US\$ 11,8 bilhões neste ano, 2% menos do que no ano passado.

**Oferta maior** O clima favorável à produção de forrageiras permitiu a elevação de 4% na captação brasileira de leite em junho. A região Sul, devido à elevação de 11% na produção do Rio Grande do Sul, liderou, com alta de 7,4%.

**Preço menor** Essa elevação na oferta de leite provocou queda de 1,2% nos preços recebidos pelos produtores no mês passado. Os dados são do Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada), órgão que acompanha mensalmente o setor.

**Quanto exportou** As vendas externas de carne de frango "in natura" recuaram para 279 mil toneladas no mês passado, 4% menos do que em julho de 2011, conforme dados divulgados ontem pela Secex.

Acima Já as vendas de carnes bovina e suína "in natura" subiram em relação às do ano passado. O volume da bovina foi de 83,3 mil toneladas, enquanto a de suína esteve em 37,6 mil, segundo o órgão oficial.

Agro discute energia e segurança alimentar

Num momento em que o mundo volta a se preocupar com o abastecimento de grãos e com a elevação dos preços, devido à quebra mundial de produção, o agronegócio brasileiro discutirá o papel do Brasil na oferta de alimentos e de energia.

Luiz Carlos Corrêa Carvalho, da Abag, associação que promove o encontro na próxima segunda-feira, em São Paulo, diz que seguramente cabe ao Brasil a produção de grãos e de energia com escala e sustentabilidade.

---

### **Governo recebe representantes da ANFFA. Mônica Bidese – Site do MAPA. 02/08/2012**

Servidores foram atendidos pelo ministro nesta quinta-feira durante audiência no gabinete

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho, recebeu o presidente do Sindicato dos Fiscais Federais Agropecuários (ANFFA), Wilson Roberto de Sá, para discutir a greve da categoria. Na oportunidade, o ministro foi comunicado, oficialmente, do movimento, previsto para iniciar na segunda-feira, dia 6 de agosto. A audiência foi nesta quinta-feira, dia 2 de agosto, em Brasília, e teve as presenças do secretário Executivo, José Carlos Vaz, e o secretário de Defesa Agropecuária, Enio Marques.

Mendes Ribeiro pediu aos servidores que avaliem a decisão para que possam continuar conversando e avançando nas medidas de incentivo aos servidores do ministério. “Precisamos trabalhar conjuntamente e de forma inteligente. Segundo Mendes Ribeiro, o ministério já trabalha a questão de realização de concurso público e mostra disposição de fazer as mudanças necessárias. “Sabemos onde queremos chegar e estamos atuando nesta direção”, salientou.

O presidente da ANFFA, ressaltou a importância de o ministro receber a categoria para conversar e considerou a atitude positiva para o avanço das negociações. “É importantíssimo o diálogo que o ministro abriu para os fiscais”, salientou. Na quarta-feira, o sindicato já havia protocolado no gabinete do Ministério da Agricultura o Ofício nº 715/2012 comunicando a paralisação dos serviços dos Fiscais Federais Agropecuários a partir de 6 de agosto.

---

### **Consultores levarão formação a agentes de Ater em todo o país – Site do MDA. 03/08/2012**

Cerca de três mil agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) de todo o país serão capacitados, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a partir da segunda quinzena do mês de agosto. A ação faz parte do Plano Brasil sem Miséria, que vai licenciar consultores para a orientação de agentes de Ater. O curso de formação para formadores do PBSM, que teve início nesta sexta-feira, 3, segue até a próxima quinta-feira, 9, em Brasília (DF).

Na capacitação, 23 consultores selecionados pelo Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) receberão orientações sobre o plano e políticas de inclusão produtiva,

além de um passo a passo de como treinar os técnicos de Ater. “O número de técnicos no Brasil é grande e não poderíamos dar essa formação diretamente a eles. Com o curso, é possível investir mais na qualificação desses agentes”, explicou o coordenador de formação do Departamento de Ater da Secretaria de Agricultura Familiar do MDA, Reginaldo Lima.

Para o secretário da Agricultura Familiar do MDA, Laudemir Müller, a participação dos consultores no processo de formação é de extrema importância. “É uma satisfação contar com a colaboração de todos os consultores que ajudarão no Plano Brasil sem Miséria. Eles terão um papel central nessa implantação”, afirmou. O secretário ressaltou, durante a sua apresentação, algumas questões centrais do PBSM. “Devemos acreditar que cada família rural tem alguma capacidade de produção. Nós temos que potencializar esse trabalho. Vivemos em um Brasil de oportunidades, há chance para todos.”

#### Formação continuada

O MDA espera que, com o curso, os consultores capacitem cerca de três mil agentes e que essa formação seja perpetuada. “É uma formação continuada. Nós estamos treinando pessoas altamente qualificadas que passarão as informações para os técnicos”, justificou Reginaldo. O secretário Laudemir Müller referendou o pensamento. “Queremos construir um Brasil que cresça de forma continuada, recuperando a capacidade do brasileiro de construir políticas públicas.”

A engenheira agrônoma da Bahia Cátia Amoedo é uma das participantes do curso. Ela já trabalhou com assistência técnica em seu município, Ribeira do Pombal, e salientou que ações como essa motivam o meio rural. “Conheço os anseios desses agricultores que nunca tiveram acesso às políticas públicas e eles precisam desse empurrão para que se sintam úteis”, disse. Cátia comentou que, com a seca, os agricultores desanimaram. “Com esse trabalho, com essa inclusão produtiva, por meio do fomento, eles vão ter mais ânimo”, comemorou a agrônoma.

Valdir Rodrigues, consultor que atua no apoio ao desenvolvimento territorial do Pará, elogiou a iniciativa do governo em combater a pobreza. “O plano é uma estratégia acertada, que combate, concretamente, a miséria no país e investe recurso público na superação da pobreza.” Valdir aceitou o desafio e pretende levar o que aprendeu no curso para os quase três mil técnicos, número que poderá aumentar depois da formação. “O nosso papel de formar agentes de Ater, nas regiões e territórios, é um desafio de resgatar, nos próprios agentes a capacidade, o ânimo e colocar a habilidade e a profissão em nome de uma causa maior, que é o desenvolvimento rural no Brasil.”

---

### **Mato Grosso começa a mensurar perdas na colheita de grãos. Janice Kiss – Valor Econômico. 03/08/2012**

*Sobrecargas, carrocerias improvisadas e estradas ruins colaboram para a perda de grãos pelo meio do caminho*

Os produtores mato-grossenses esbanjam satisfação com o curso da colheita de milho safrinha, que termina em agosto - estimada em 14,2 milhões de toneladas, o dobro do ano passado, e que ocupou 2,5 milhões de hectares do Estado -, mas reforçam por meio dela uma preocupação



antiga. Quanto da colheita de grãos (milho e soja) é perdida do campo até seu escoamento? "Não sabemos dizer. Esse número não existe", afirma Carlos Fávaro, presidente da Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado (Aprosoja).

Por isso, a segunda safra do milho marca uma nova fase para os produtores, já que dará início a um projeto que tem a meta de mapear o tamanho do desperdício. A proposta foi feita pela Universidade de Illinois (EUA), que investiu US\$ 10 milhões para medir os prejuízos causados por essas perdas em países agrícolas como o Brasil.

A Aprosoja se apoia no trabalho de universidades e da Embrapa, entre outras instituições, para chegar a um nível aceitável de 1% a 2% no máximo por safra. Mas os produtores têm ciência que o índice está longe de refletir a realidade no campo. "Acreditamos que em alguns lugares se chegue a 4%", comenta Fávaro. Esse percentual significa comprometer 1,4 milhão de toneladas das colheitas de milho e soja no Estado que, juntas, somam 36 milhões de toneladas. Gravidade maior só mesmo a estiagem causada pelo fenômeno La Niña que provocou uma redução de safra da ordem de 11 milhões de toneladas na região Sul do país.

O cálculo do presidente da associação não é exagerado diante da avaliação do pesquisador Rouverson Pereira da Silva, da Universidade Estadual Paulista (Unesp), em Botucatu (SP) - integrante do projeto da Aprosoja -, que aponta perdas de 5% nas colheitas desses grãos do país, que causam prejuízos de R\$ 257,6 milhões por safra. Para outras culturas mecanizadas o índice alcança entre 7% e 10%.

Apenas o Paraná escapa desse cenário, ao chegar ao 1% aceitável. "O êxito se deve a um programa de monitoramento instalado na década de 80", afirma. Propriedades menos extensas e distâncias mais curtas até o porto de Paranaguá (PR) são fatores extras que beneficiam os agricultores paranaenses em relação aos mato-grossenses. "Só sei que precisamos valorizar tudo o que colhemos", acredita Fávaro.

Por isso, o programa da Aprosoja vai avaliar os principais gargalos da produção por meio de amostragens realizadas em sete propriedades na região de Sinop, norte do Mato Grosso. Um deles está ligado à eficiência das máquinas agrícolas. Para que não se ultrapasse o índice de perda tolerável de 1 saca (60 quilos) por hectare, os equipamentos utilizados para teste vão receber uma armação de madeira implantada na largura da plataforma deles. A estrutura irá reter os grãos que cairiam do maquinário.

Outro ponto a ser avaliado é o desperdício durante o transporte pelas estradas. Estima-se que de cada carga de 27 mil quilos - capacidade média de um caminhão -, 1% fique pelo meio do caminho. "O tolerável é 0,2%", diz o professor Carlos Canepelli, da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Segundo ele, a sobrecarga dos veículos, adaptações improvisadas com carrocerias de madeira e estradas ruins são os principais fatores que colaboram com o desperdício.

Para Edeon Vaz Ferreira, coordenador-executivo do Movimento Pró Logística - que reúne dez entidades do Estado, como a própria Aprosoja - os problemas das estradas brasileiras são velhos conhecidos do setor. Segundo levantamento do órgão, existe a necessidade de investimento de R\$ 266 milhões para a manutenção e conservação de 120 trechos de rodovias estaduais considerados como rotas prioritárias para o transporte de grão. "Esperamos um outro Mato Grosso em cinco anos", planeja Ferreira.

Para ele, o agricultor nacional encontra caminhos cheios de dificuldades porteira afora. Estudos da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec), apontam que os agricultores brasileiros têm um custo de US\$ 85 por tonelada para transportar seus produtos, enquanto os americanos desembolsam US\$ 23 e os Argentinos US\$ 20. Conforme dados de 2007 da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), o setor portuário necessita de US\$ 30 bilhões em investimentos para tornar a comercialização eficiente sem depender apenas das estradas. Hoje, 60% das mercadorias passam por elas, um trajeto reconhecidamente inseguro e economicamente desvantajoso.

---

## **Após protestos, governo anuncia pacote para a citricultura. Rene Moreira - O Estado de São Paulo. 04/08/2012**

*Laranja terá preço mínimo, dívidas poderão ser renegociadas e haverá linha de*

FRANCA - O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou, nesta quinta-feira 2, um pacote de incentivos para a citricultura, que vem enfrentando uma grave crise. Entre outras medidas, foi estipulado o preço mínimo de R\$ 10,10 por caixa de laranja. Com isso, o Ministério da Agricultura deverá iniciar brevemente leilões de PEP - Prêmio de Escoamento de Produto e de PEPRO - Prêmio Equalizador Pago ao Produtor, visando contribuir para o crescimento do mercado interno da fruta e do suco.

Ainda foram aprovados outros benefícios, como o alongamento do prazo de pagamento do custeio da laranja, a renegociação das dívidas e a criação de uma linha de crédito para a manutenção dos pomares. Nas últimas semanas milhares de pé de laranjas foram derrubados por produtores que não têm como comercializar a produção. Isso sem contar as muitas toneladas da fruta que apodreceram nos pés.

No caso do alongamento do prazo do custeio, o pagamento a ser feito pelos produtores em 2012 foi ampliado por um período de 5 anos, em parcelas anuais, a partir de 2013. Já as parcelas de 2012 de operações de investimento, ou de custeio prorrogado em anos anteriores, poderão ser pagas um ano após o vencimento da última parcela prevista no contrato atual. Também foi criada uma linha de manutenção de pomares com limite de R\$ 150 mil, 5,5% ao ano de juros e prazo de até cinco anos para pagamento.

Em nota, o secretário-executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, José Carlos Vaz, informou que essas medidas representam o reconhecimento, por parte do Governo Federal, da complexidade da crise de renda por que passa a citricultura nacional. "Mais medidas estão sendo estudadas como, por exemplo, alongamento do prazo de pagamento das operações de estocagem de suco contratadas em 2011, conjugado com a formalização de contratos de compra da laranja por parte da indústria".

### **Protestos**

Nas últimas semanas vários protestos foram realizados no interior paulista em razão da crise. Em Taquaritinga, na semana passada, produtores distribuíram laranjas à população e a terceira manifestação dos citricultores em apenas uma semana. Antes disso, houve movimento parecido em Taquaral e somando os dois foram distribuídas 12 toneladas de laranja e despejados 200 litros de suco no asfalto pelos manifestantes. Já em Monte Azul Paulista foi montado um pedágio na rodovia e entregues litros de suco a todos que passavam pelo local. Além desses

municípios, a produção da fruta tem forte presença em Itápolis, Ibitinga, Bebedouro, Matão, Araraquara e Catanduva.

Estimativas apontam um prejuízo de R\$ 80 milhões para os citricultores do Estado. Em Itápolis, produtores usaram tratores no mês passado para destruir pomares inteiros. Em uma única propriedade mais de 4 mil pés foram ao chão. Em outras também houve derrubada e em alguns casos para que a produção de laranja dê lugar à de cana. Os citricultores argumentam que a indústria não está comprando a laranja porque os estoques estão cheios. Também reclamam da queda na exportação para os Estados Unidos por causa do uso nos laranjais brasileiros do carbendazim, um herbicida proibido pelo governo americano.

### **Críticas**

As medidas aprovadas pelo CMN foram sugeridas pela Comissão Especial de Citricultura, formada por representantes do setor. Mas Flávio Viegas, presidente da Associtrus (Associação Brasileira de Citricultores), com sede em Bebedouro, vê com ressalvas essas medidas. Ele critica, entre outras coisas, a concentração, a verticalização e a cartelização do setor. Para ele, é preciso inicialmente restabelecer o equilíbrio no setor, impedir a verticalização da indústria e assegurar a remuneração compatível com os custos e riscos do produtor. "Também é preciso impedir o subfaturamento das exportações que, além de provocar a transferência de renda para o exterior, aumenta as distorções e incentiva a corrupção".

---

### **Uma nova abertura dos portos. Katia Abreu – Folha de São Paulo, Mercado. 04/08/2012**

*Para ser competitivo e líder no mercado mundial, o Brasil precisa de uma nova abertura dos portos*

Após vencer a inflação e as restrições cambiais que inibiam o crescimento econômico, o Brasil está descobrindo que é preciso superar outras restrições importantes para crescer a taxas mais elevadas.

Numa economia globalizada, a atividade produtiva só consegue se desenvolver sendo competitiva em relação ao resto do mundo. Nesse aspecto, o Brasil vinha fazendo pouco nos últimos 30 anos. A lista dos problemas é extensa -entre eles as deficiências do sistema portuário, especialmente em relação à produção do agronegócio.

Nos últimos anos, houve forte mudança na geografia da nossa produção de grãos. As regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste que, em 2001, respondiam por 32% da produção de soja e de milho, são responsáveis, hoje, por 52% do total.

Esse deslocamento da produção tende a se acentuar no futuro. No entanto, seu escoamento é realizado predominantemente pelos portos do Sul e do Sudeste, sobretudo São Francisco do Sul, Paranaguá e Santos.

Por esses portos, saíram 85,9% dos 58,3 milhões de toneladas exportadas em 2011. Enquanto isso, os portos do Arco Norte, de Porto Velho a São Luís, somados a Salvador, responderam por apenas 14,1% do total embarcado para o exterior, devido à carência de infraestrutura adequada e de acessos por rodovia, ferrovia ou hidrovía.

Como a nossa produção de grãos está cada vez mais distante dos portos disponíveis, é fortemente afetada pelos custos do transporte rodoviário.

Estudos realizados pela Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec) indicam que, em média, os custos do transporte rodoviário no Brasil (US\$ 85 por tonelada) são quase três vezes maiores dos que os que incidem sobre os produtores norte-americanos (US\$ 23 por tonelada) devido às diferenças nas distâncias percorridas.

Além dos custos decorrentes da distância entre produção e porto, as ineficiências nos congestionados portos brasileiros também punem a produção.

No relatório "The Global Competitiveness Report", do Fórum Econômico Mundial, o Brasil está na 130ª colocação no ranking de eficiência/qualidade portuária. No mesmo ranking, os procedimentos alfandegários estão na 124ª posição, sendo os grandes responsáveis pela baixa competitividade brasileira em relação ao restante do mundo. Assim, nossos produtores, tanto na agricultura como na indústria, podem ser considerados verdadeiros heróis quando vendem para o exterior.

Para viabilizar os investimentos nos portos do Arco Norte -especialmente Porto Velho, Santarém, Belém (Outeiro) e São Luiz- e suas ligações com as áreas de produção, com ênfase no aproveitamento dos grandes sistemas fluviais dos rios Madeira, Tapajós e Tocantins, é preciso redesenhar as tradicionais prioridades do sistema de transporte do país.

É importante ressaltar o novo olhar estratégico que o governo federal dirige ao Brasil que existe acima do paralelo 16. O Ministério dos Transportes vem priorizando a rodovia Cuiabá-Santarém, bem como a hidrovia do Tocantins, cujos estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental estão em fase adiantada.

A ampliação dos portos de Outeiro e Itaqui está em pleno andamento e poderá, em breve, receptionar boa parte da produção da região.

Um grupo de trabalho coordenado pela Casa Civil da Presidência da República e liderado pela ministra Gleisi Hoffmann, com a participação de todos os segmentos da produção, vem estudando os gargalos em busca de soluções para a modernização dos portos, permitindo que olhemos com otimismo para o futuro.

Mas conceder serviço público à iniciativa privada não deve significar, simplesmente, trocar um monopólio por outro. Um bom começo, na área dos portos, seria a revogação do decreto nº 6.620, de 2008, com a finalidade de incentivar o setor privado e estimular verdadeiramente a livre concorrência.

O Brasil precisa, definitivamente, de uma nova abertura dos portos para garantir competitividade e liderança no mercado mundial. Confiamos que seja agora.

---

## **Seca atinge eleitores de Dilma no Nordeste. Dimmi Amora – Folha de São Paulo, Poder. 06/08/2012**

*Benefícios assistenciais do governo federal à região que mais deu votos a Dilma são insuficientes para atenuar crise. Sem a renda rural, área onde vive a maior parte das pessoas, comércio nas cidades diminui e aumenta problemas.*

Maria Irene Alves Rodrigues, 44, gastou R\$ 480 na última compra do mercado para alimentar sete pessoas que vivem com ela na zona rural de Araripina, sertão de Pernambuco, uma das 1.072 cidades em estado de emergência pela seca no Nordeste.

Como 73,5% dos eleitores desses municípios, Maria Irene votou na presidente Dilma Rousseff em 2010 e conta que, antes da estiagem destruir suas roças de milho, mandioca e feijão, vivia melhor: vendia parte da produção, gastava menos de R\$ 350 no mercado e ainda comprava carne, goma para tapioca e mortadela.

Ela recebe R\$ 134 do Bolsa Família e R\$ 622 da aposentadoria rural do pai, Elvídio Rodrigues, 82. Nas cidades onde as chuvas são escassas desde outubro de 2011, pelo menos duas em cada três famílias recebem algum benefício assistencial do governo.

Esse dinheiro, cerca de R\$ 1 bilhão por mês, não é suficiente para atenuar os efeitos da pior estiagem em décadas.

O resultado é uma profunda crise econômica, mas não como em outras ocasiões, quando a falta de chuvas gerava um flagelo social com mortalidade infantil, migração em massa e saques.

O clima na região é de apreensão, como a **Folha** constatou numa viagem de quase 2.000 quilômetros feita em julho por Pernambuco, Alagoas e Bahia, na qual visitou dez cidades afetadas pelo clima.

"Tempo de seca é tudo uma coisa só. Mexeu com seca, mexeu com sofrimento", relata o agricultor Expedito Raimundo da Silva, 47, que perdeu metade do faturamento com a venda de orgânicos em Ouricuri (PE).

Expedito e Maria Irene formam o bloco eleitoral que ajudou a garantir a vitória de Dilma. Nas cidades na seca, ela teve 5 milhões de votos a mais que seu adversário, José Serra. No restante do país, a diferença foi de 7 milhões.

A votação expressiva foi resultado dos programas federais e da geração de empregos durante a gestão Lula.

Também houve investimento em grandes obras e pequenos investimentos públicos em urbanização. Os projetos, contudo, não garantiram estrutura adequada.

"Não fosse essa cisterna, eu tava passando sede morando de frente pro rio", conta Francisco Ferreira da Silva, 56, que vive em Delmiro Gouveia (AL), cidade cortada pelo rio São Francisco.

A cisterna de Francisco é do programa Água Para Todos, de Dilma, reciclagem do Um Milhão de Cisternas, promessa do ex-presidente Lula.

Somando as duas gestões, o governo fez 450 mil delas, metade do prometido.

Mesmo com o baixo desempenho, são elas hoje a principal estrutura do sertanejo para enfrentar a seca.

Isso porque, além das construídas com recurso federal, prefeituras e governos estaduais, os próprios moradores ergueram as suas.

A água das cisternas, porém, não é suficiente para dar de beber aos animais, que, nessa região, são como poupanças das famílias.

Sem a renda rural, onde vive a maioria da população, o comércio míngua, levando a crise para a zona urbana.

O governo federal prometeu R\$ 2 bilhões em investimentos para minimizar os efeitos da estiagem, mas a ajuda chega de forma irregular e a burocracia impede parte da população de acessá-la.

Nesse pacote, Maria Irene recebeu a sua cisterna do governo. "Este ano não voto de graça para ninguém."

---

### **Estiagem traz de volta 'coronéis da água' ao NE. Dimmi Amora – Folha de São Paulo, Poder. 06/08/2012**

*Moradores relatam que só recebe água quem vota em político com carro-pipa. Obras que ajudariam no fornecimento, como a transposição do rio São Francisco e açudes, não foram concluídas*

A disseminação das cisternas no Nordeste ressuscitou nesta estiagem os carros-pipa, ícones da chamada indústria da seca, e com ele os chamados "coronéis da água".

Em várias cidades, moradores contam que a entrega de água obedece a critérios políticos: quem não vota no candidato que controla as pipas não recebe a água.

"Aqui tem uma política desgraçada que tem gente que até desvia [água]", relata Aldemir Coelho Neto, agricultor em Santa Cruz (PE).

O governo federal aluga 3.700 pipas para a região, controlados pelo Exército. São insuficientes. Quem pode, compra de particulares, que cobram entre R\$ 120 e R\$ 180.

"Aqui perto tem um canal. Custava nada trazer um cano até aqui", diz o caminhoneiro que pediu para não ser identificado. Ele recebe R\$ 120 por corrida.

Cícero Félix, coordenador de uma ONG que trabalha com o conceito de convivência com o semiárido, afirma que "os novos e os velhos coronéis estão vendo a estiagem como uma forma de manter seus poderes com as distribuições assistencialistas."

As obras anunciadas contra a seca, como a transposição do rio São Francisco, não foram concluídas. Faltam também adutoras, açudes, estradas, ferrovias e silos para a armazenagem de grãos.

As cidades ainda não têm condições, sozinhas, de realizar as obras que dotariam os moradores de estrutura para enfrentar a estiagem.

De cada R\$ 100 que passam nos cofres dos municípios, R\$ 6 são de impostos e taxas próprias, em geral os recursos com que se consegue fazer obras.

---

## **Mendes Ribeiro quer regionalizar política agrícola e defesa – Valor Econômico. 06/08/2012**

A menos de um mês de completar seu primeiro ano no cargo, o ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro, começa a dar linhas finais ao seu principal projeto à frente da Pasta: a regionalização das ações de defesa agropecuária e política agrícola.

O projeto, que será lançado oficialmente no mês que vem, durante a 35ª Expointer, prevê a criação de superintendências regionais, com equipes específicas voltadas para atender as diferentes demandas de produtores rurais em cada região do país.

"Teremos casas do Ministério da Agricultura em todos os Estados, onde serão tratados temas como defesa agropecuária e política agrícola. As demandas de cada região serão analisadas localmente", afirma Mendes Ribeiro.

O ministro garante que o plano será a principal marca de sua gestão. "Quero colocar o ministério perto de todos os agricultores". Seu objetivo, afirma, é fortalecer as relações entre a União e os Estados na implementação da política agrícola brasileira.

"Estou entusiasmado com a regionalização e a participação dos Estados. Vamos trabalhar em conjunto com cada governador para atender às necessidades locais", enfatizou.

Um projeto piloto será implementado na Região Sul, provavelmente em propriedades da região de Rosário do Sul, Bento Gonçalves e Bagé.

O objetivo é criar mecanismos para melhorar a produtividade e renda desses produtores, com a adoção de práticas agrícolas mais modernas. "A ideia é ter um modelo que possa ser facilmente replicado em qualquer região do país", explica.

O ministro destacou que órgãos vinculados ao ministério, como a Embrapa e a Conab, terão papel essencial na implementação das ações em cada região.

Um exemplo de regionalização é o acompanhamento da vacinação de rebanhos contra a febre aftosa. Regiões onde os riscos de contaminação dos rebanhos são maiores, como as áreas de fronteira no Sul e no Centro-Oeste, poderão ter tratamento diferenciado das demais.

A mesma estratégia também deverá ser implementada para atender a agricultores com crédito e seguros específicos para sua produção e de acordo com as características específicas de suas regiões.

O ministro defendeu o fortalecimento das relações entre a União e os Estados na implementação da política agrícola brasileira. "Podemos definir prioridades e agir rapidamente em uma região com as demandas analisadas caso a caso. É importante que o Ministério da Agricultura esteja sempre trabalhando ao lado do produtor", afirmou Mendes.

A criação de regionais é vista como uma forma de "organizar" melhor o trabalho e estabelecer políticas mais coerentes com as necessidades de cada local.

Ele cita como exemplo o fato de todo ano o governo realizar inúmeros leilões de transporte de milho do Centro-Oeste, onde a demanda é pequena, para regiões onde há escassez.

"Podemos começar a estimular o plantio de milho e outras culturas em regiões que sofrem com a falta do grão. Assim, ela será autossuficiente e não ficará sem o produto", explica.

O programa prevê a criação de um secretário responsável por cada região do país. "Terei cinco secretários e a responsabilidade de toda a inspeção e fiscalização muito mais próxima. Terei muito mais controle do que acontece. E essa secretaria vai ficar subordinada à secretaria-executiva", explica Mendes Ribeiro.

O ministro avalia que as novas posições devem ser obrigatoriamente preenchidas por técnicos. Todos os funcionários deverão ser de carreira e será obrigatória a realização de um curso preparatório. "Nem todo servidor será obrigado a fazer o curso, agora o servidor que não fizer não será coordenador", diz.

---

### **Alimentos e energias sustentáveis. Antonio Buainaim – O Estado de São Paulo. 07/08/2012**

Mais uma vez o Congresso da Associação Brasileira do Agronegócio promoveu debate sobre temas estratégicos para a economia brasileira: o papel e a oportunidade de o Brasil assumir a liderança nos campos da oferta de alimentos e energia renovável de forma sustentada e crescente neste século.

As oportunidades são claras e conhecidas. Segundo a OCDE e a FAO a oferta mundial de alimentos precisa crescer 20% até 2020, e o Brasil é um dos poucos países com potencial básico para responder a este desafio. O futuro da energia renovável já não depende da disponibilidade da energia fóssil nem das oscilações dos preços do petróleo, mas das crescentes pressões da sociedade por energias limpas que mitiguem a bomba do aquecimento global. Isso significa que, "com ou sem crise de petróleo, é fundamental ter uma participação maior das fontes renováveis no mix energético global. O Brasil saiu na frente com o biocombustível proveniente da cana-de-açúcar e a exploração dos recursos hidrelétricos e não pode perder as enormes vantagens que esse pioneirismo oferece". As oportunidades são ímpares e aqui se poderia aplicar, com propriedade, o já famoso bordão do "nunca antes neste país". Mas aproveitá-las e transformá-las em motores de desenvolvimento sustentável exige mais que bordões e boas intenções. Para os conferencistas "a receita é conhecida, mas precisa ser colocada em prática"; chamaram a atenção para algo óbvio, mas que não é compreendido entre nós: produzir e colocar alimentos e energia renovável no mercado é um negócio complexo e arriscado, que requer investimentos vultosos, contínuos e sustentáveis em infraestrutura, inovação tecnológica, recursos humanos, gestão e instituições. Estas exigências perpassam todos os setores da economia e envolvem produtores, agroindústrias, prestadores de serviços e setor público, e por isso mesmo têm potencial para beneficiar o conjunto da sociedade.

O agronegócio brasileiro atingiu um estágio no qual já não é possível continuar crescendo sem coordenação entre os principais participantes das cadeias produtivas, incluindo o setor público. Os investimentos dos produtores dependem das condições, regras (instituições) e políticas definidas em grande medida pelo Estado. Nos últimos dez anos tivemos vários exemplos de impasses institucionais que atrasaram o desenvolvimento do setor, do veto velado à biotecnologia transgênica à reforma do código florestal, que tiveram como pano de fundo certa incompreensão sobre o papel positivo do agronegócio para a sociedade brasileira e uma forte ideologização dos debates, às vezes alimentados por setores do próprio governo. Não se trata,



naturalmente, de suprimir as diferentes visões do mundo que animam as controvérsias, sem o que não haveria democracia de fato, mas, sim, de buscar convergências, dentro do paradigma do desenvolvimento sustentável e da emergente economia verde, para criar condições para reforçar o papel desenvolvimentista do agronegócio brasileiro. Nesse sentido, os debates de ontem contribuem para superar as polarizações, inúteis e paralisantes, e apontar rumos para o setor.

Em um contexto de preocupação quanto ao futuro da indústria brasileira, Luciano Coutinho (BNDES) lembrou que as cadeias produtivas do agronegócio podem contribuir, e muito, para valorizar vários segmentos da indústria nacional e de serviços modernos que produzem meios e agregam valor à produção primária. Para tanto é necessário "desenvolver os estímulos vitais para as cadeias crescerem com base na inovação e na utilização eficiente e sustentável dos recursos naturais, e para agregarem valor com a biotecnologia, a logística, o uso da tecnologia de informação e a aplicação de inovações nas etapas de processamento, conservação e comercialização". De duas coisas não se duvida: do potencial brasileiro para produzir, de forma sustentável, alimentos de qualidade e seguros e energias renováveis e limpas e de que realizar esse potencial transcende o agronegócio stricto sensu e envolve toda a sociedade, nos esforços e nos benefícios.

---

### **Por que a tecnologia não chega no campo? – Site do MST. 08/08/2012**

Computadores, celulares, câmeras fotográficas, projetores de filmes, filmadoras, videogames e televisores de última geração... Os jovens do campo querem ter acesso a essas tecnologias.

A televisão, novelas e filmes diariamente fazem propaganda das novas tecnologias. Esse é um dos motivos que leva boa parte da juventude que vive no campo a querer mudar para as cidades.

Mas será que os jovens do campo precisam ir até a cidade para ter acesso a tudo isso? Não seria melhor que todas as pessoas que vivem no campo e na cidade tivessem as mesmas condições de acesso à tecnologia?

A vida no campo não é melhor nem pior que na cidade. Na cidade, as pessoas trabalham muito, têm pouco tempo livre e o salário é pouco. Você deve conhecer alguém que mudou do campo para a cidade, pergunte se lá não tem problemas?

E a tecnologia, você sabe como ela é produzida? A tecnologia não foi criada pelas empresas, é fruto do trabalho humano desenvolvido ao longo da história para melhorar a humanidade.

Desde os satélites no espaço sideral ao chip dos celulares, carros, tratores, maquinários agrícolas, etc; o trabalho de homens e mulheres está presente em tudo.

Na sociedade capitalista as empresas transformaram a tecnologia em um produto de consumo. Assim, os trabalhadores pobres do campo e da cidade, que não têm dinheiro para comprá-las, não têm acesso às mesmas. Aumentado as diferenças entre ricos e trabalhadores. Por você acha que isso acontece?

Uma família que mora nas periferias urbanas não consegue pagar 100 reais por mês para um pacote de internet. Sem contar que antes precisa comprar um computador, que está ficando mais barato, mas depois de um ano já está velho e travando...

É impossível discutir o acesso às novas tecnologias da informação sem a democratização da internet. A universalização da internet banda larga – pública, gratuita e de qualidade – é fundamental para permitir aos assentados essa ferramenta.

**A proposta do governo federal é implantar um Plano Nacional de Banda Larga (PNBL).**

O plano foi criado em 2010 e promete a instalação de telecentros com internet nos assentamentos e acampamentos de Reforma Agrária.

Mas até agora quase nada saiu do papel. Por que será que até hoje os governos não instalaram o que prometeram?

Precisamos cobrar do governo federal a garantia desse acesso à internet nos assentamentos. Todos queremos celular, computador e internet para nos comunicar com o mundo. Mas por que não montar uma rádio comunitária no assentamento?

No assentamento, uma rádio pode ser um instrumento importante para os camponeses comunicarem-se entre si e com quem vive na cidade, fortalecer a cultura camponesa, além de ajudar na organização de quem vive no campo.

A Lei de rádios comunitárias está fora da realidade do meio rural hoje no Brasil, pois essas rádios só podem atingir o raio de 1 km e ter um transmissor com potência máxima de 25 watts. Quando instalada nos assentamentos, esse modelo de rádio não consegue atingir as famílias da maioria assentadas, que vivem em lotes, distantes.

Da mesma forma que lutamos pela terra e por Reforma Agrária, também é importante criar tecnologias alternativas e outros mecanismos para montar rádios comunitárias e lutar pelo acesso às novas tecnologias da informação, como a internet.

Para isso, também precisamos de políticas públicas que democratizem a comunicação no campo e na cidade.

Somente com luta e organização essas transformações serão possíveis. Em vez de mudar para a cidade, vamos nos organizar e fazer do campo um lugar bom de viver, com acesso à comunicação, às novas tecnologias da informação, à cultura, lazer, esporte, educação etc.

A juventude Sem Terra tem papel fundamental nessa batalha. E você, o que acha? Pronto para a luta?

---

**Governo e movimentos sociais avaliam ações do Brasil Sem Miséria. Neila Baldi – Site do MDS. 08/08/2012**

*Ministros Tereza Campello e Gilberto Carvalho apresentam resultados do primeiro ano do plano, durante evento no Palácio do Planalto. Meta é fazer com que mais de 16 milhões de pessoas saiam da extrema pobreza*

A ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Tereza Campello, e o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, apresentam nesta quarta-feira (8) os resultados do primeiro ano do Plano Brasil Sem Miséria, durante o evento “Diálogos Governo e Sociedade Civil: Brasil Sem Miséria”, no Palácio do Planalto.

Lançado em junho de 2011, o Brasil Sem Miséria tem a meta de tirar da extrema pobreza 16,2 milhões de pessoas até 2014. Segundo o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), elas viviam com renda mensal inferior a R\$ 70. O balanço do primeiro ano do plano é feito incluindo as demandas apresentadas pela sociedade civil em discussões realizadas no ano passado, tendo como temas a busca ativa e a garantia de renda, a inclusão produtiva urbana e rural e o acesso aos serviços públicos.

**Busca ativa** – Para que o Brasil Sem Miséria alcance a totalidade de seu público-alvo, uma das metas é encontrar e cadastrar, por meio da busca ativa, todas as famílias extremamente pobres ainda não localizadas. Entre junho de 2011 e março deste ano foram 687 mil novas inserções no Cadastro Único dos Programas Sociais. Para potencializar a busca ativa, foram reforçadas as equipes volantes.

Na discussão com a sociedade civil, no ano passado, foi solicitada a criação de estratégias para incorporar grupos sociais como catadores de material reciclável, população em situação de rua e povos e comunidades tradicionais. O governo também recebeu pedidos para que os movimentos e organizações sociais tivessem maior controle social sobre o programa.

Para tanto, foram publicados guias específicos para o cadastramento dos grupos sociais mais vulneráveis. Já a participação social está garantida por meio das Instâncias de Controle Social (ICS) do Programa Bolsa Família.

**Renda e inclusão** – No debate do ano passado, os representantes da sociedade pediram que fosse dado novo reforço às questões envolvendo as mulheres e começaram a ser pagos benefícios para gestantes e nutrízes. Em maio deste ano, o governo reforçou ainda mais o plano com o lançamento da Ação Brasil Carinhoso, que garante uma renda acima de R\$ 70 por pessoa para as famílias extremamente pobres que tenham crianças com até 6 anos. Em dois meses, Brasil Carinhoso beneficiou 2 milhões de famílias, com o repassasse de R\$ 169,8 milhões e retirou, de imediato, essas famílias da extrema pobreza.

Entre as demandas da sociedade civil estavam o apoio a iniciativas de economia solidária. Foram apoiadas 33,4 mil pessoas em 2011 e outras 30,1 mil estão previstas para este ano e a qualificação de catadores. Isso ocorreu por meio da ação de Fomento para a Organização e o Desenvolvimento de Cooperativas Atuantes com Resíduos.

O combate ao trabalho infantil e escravo também era outra solicitação. Iniciativas como a transferência de renda e fortalecimento da agricultura familiar asseguram um patamar mínimo de recursos para as famílias, evitando que sejam levadas a aceitar situações de trabalho degradante e, do mesmo modo, prevenindo o trabalho infantil.

Para a inclusão produtiva urbana, a criação de políticas específicas para jovens e mulheres foi uma das solicitações. A grande inovação nessa área é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec/BSM). São quase 200 cursos disponíveis, destinados a pessoas entre 16 e 59 anos. A meta é chegar a 1 milhão de pessoas qualificadas até 2014. A oferta de cursos está articulada com ações de orientação profissional, intermediação de mão de obra, economia solidária, apoio ao microcrédito e ao empreendedorismo individual.

Ainda na área de qualificação, o Brasil Sem Miséria conta com o Programa Mulheres Mil. Com

base nos saberes acumulados das mulheres, ele promove a formação profissional e tecnológica articulada com elevação de escolaridade.

Por meio da ação Brasil Carinhoso, o governo está estimulando os municípios a ofertarem mais vagas em creches a crianças de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, de modo a ajudá-las na inclusão produtiva.

As discussões com a sociedade trouxeram como contribuições para a inclusão produtiva rural a necessidade de fortalecimento da agricultura familiar. A meta é atender 203 mil famílias até 2014 com assistência técnica e extensão rural (Ater). Neste ano, 170 mil já contam com acesso garantido à Ater.

A produção orgânica é incentivada pelos agentes de assistência técnica, assim como o uso de sementes crioulas, que podem ser compradas pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Por meio do programa, o governo federal compra a produção para doá-la a entidades assistenciais ou para a formação de estoques. Em 2011, o PAA comprou produtos de 82 mil famílias em situação de extrema pobreza e até 2014 beneficiará 255 mil.

O Água Para Todos já viabilizou 551 mil cisternas de consumo, entregando 137 mil até julho de 2012. O objetivo é atender 750 mil famílias no semiárido.

**Serviços públicos** – Os diálogos do ano passado trouxeram como demandas a necessidade de se universalizar o acesso a documentos – que se dá por meio dos mutirões – e da articulação entre os serviços de saúde, educação, alimentação e assistência social, além do acesso a serviços básicos por meio de tarifas sociais – que ocorre a partir da inscrição no Cadastro Único.

Na área de educação o Brasil Sem Miséria conta com o Programa Brasil Alfabetizado – para jovens e adultos – e o Programa Mais Educação – que visa à qualificação do ensino no país, priorizando escolas com maioria de estudantes do Bolsa Família. Das mais de 18 mil novas escolas que em 2012 aderiram ao Programa Mais Educação, 68% têm maioria de estudantes do Bolsa, comparadas a 35% no ano anterior. Por meio do Brasil Carinhoso, também serão ampliadas as vagas em creches, além do aumento do repasse do custeio para alunos beneficiários do Bolsa Família.

Na área da saúde, o Brasil Sorridente está implantando Unidades Odontológicas Móveis, além de confeccionar e distribuir de próteses dentárias. O Brasil Sem Miséria também amplia a rede de assistência social, por meio dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas) e cria equipes volantes e CRAS itinerantes.

Já na área de segurança alimentar foi solicitado o combate ao desperdício de alimentos. Entre os equipamentos de alimentação e nutrição apoiados pelo MDS, dois tipos contribuem diretamente para o abastecimento e o combate ao desperdício de alimentos: os Bancos de Alimentos (são 73 unidades em funcionamento) e as Unidades de Apoio à Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar (são 26 unidades em implantação desde 2011 e outras 72 propostas selecionadas para este ano).

---

## **Governo vai antecipar meta de contratação de cisternas. Sandra Fontella – Site do MDS. 08/08/2012**

*A informação foi dada pela secretária nacional de Segurança Alimentar e Nutricional durante mesa sobre inclusão produtiva rural*

O governo vai antecipar para 2013 a meta de contratação de 750 mil cisternas, inicialmente prevista para 2014, disse nesta quarta-feira (8) a secretária nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome), Maya Takagi, ao participar da mesa sobre inclusão produtiva rural no evento Diálogos Governo e Sociedade Civil: Brasil Sem Miséria.

A construção de cisternas está prevista no Água para Todos, um dos programas do Brasil Sem Miséria, plano interministerial coordenado pelo MDS. As cisternas fazem parte da estratégia do governo federal de superar a extrema pobreza, principalmente no Semiárido.

Em sua participação no evento, Maya também destacou a importância da criação do fomento, por meio do Brasil Sem Miséria. O fomento garante recursos a fundo perdido para incentivar a produção agrícola da população extremamente pobre. Os agricultores familiares em situação de extrema pobreza recebem R\$ 2,4 mil, divididos em três parcelas, para aplicar em suas atividades.

Ainda de acordo com Maya, os agricultores familiares extremamente pobres contam com suporte de assistência técnica e extensão rural (Ater). A secretária citou a expansão e a desburocratização do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por meio do qual eles fazem a venda direta de produtos agrícolas ao governo. Ela destacou ainda a importância do evento como forma de manter o diálogo com a sociedade civil para avançar na superação da extrema pobreza.

Nesta edição dos Diálogos Governo e Sociedade Civil: Brasil Sem Miséria, o governo federal está fazendo um balanço das ações do plano. O evento, organizado pelo MDS e pela Secretaria-Geral da Presidência da República, busca aprofundar a participação social por meio do debate e do engajamento dos brasileiros na superação da extrema pobreza, além de reforçar a transparência das ações de governo.

---

## **Desenvolvimento e instituições no Brasil. Ana G. Pereira e Luciano Nakabashi – Valor Econômico. 08/08/2012**

Estudar as causas das diferenças no nível de desenvolvimento das economias está sempre entre os objetivos dos economistas. Embora o conceito de desenvolvimento venha sendo ampliado, ao longo dos anos, a fim de captar de forma mais abrangente o bem-estar das sociedades, é consenso na literatura econômica que o elevado nível de produto per capita possibilita aos países, regiões ou municípios atingir um padrão de vida mais elevado e, de certa forma, promover o bem-estar social.

Entender quais são as variáveis relevantes na determinação da renda de uma economia e de que forma essas variáveis se relacionam é fundamental, sobretudo como forma de embasar políticas

econômicas futuras. A literatura que aborda o crescimento e desenvolvimento econômico ressalta que o investimento em capital físico, capital humano e tecnologia são essenciais para atingir níveis elevados de desenvolvimento. Tem-se ressaltado, também, a importância das instituições políticas e econômicas sólidas nesse processo.

*Qualidade das instituições vigentes em cada município afeta o nível de produto per capita*

Douglass North, ganhador do prêmio Nobel em economia e professor da Universidade de Washington, em um artigo seminal publicado em 1991, define as instituições como regras do jogo em uma sociedade, por assegurarem os direitos de propriedade, fornecendo incentivos aos investimentos, propiciando melhor ou pior distribuição de riqueza, poder político, capital humano e promovendo a inovação. Portanto, a evolução do arcabouço institucional dos países ao longo da história, na medida em que influenciou o montante de investimentos produtivos e as atividades a que estes investimentos foram direcionados, pode ser vista como determinante para suas diferentes trajetórias de crescimento.

Um bom exemplo é quando se compara a evolução econômica das ex-colônias europeias na América - o Novo Mundo - onde a formação das instituições originais é ponto fundamental para se compreender a grande disparidade de renda e de nível de desenvolvimento existe entre elas. Algumas colônias, como Caribe e Brasil, desfrutavam de condições de clima e solo extremamente favoráveis à produção de culturas altamente valorizadas no mercado internacional e mais eficientemente produzidas em grandes plantações com trabalho escravo (como açúcar, café e tabaco). Houve, portanto, grande fluxo de escravos africanos para essas regiões, possibilitando economias de escala na produção de commodities. A ampla escravidão contribuiu para a distribuição desigual de riqueza, capital humano e poder político nessas regiões e, conseqüentemente, para a formação de instituições extrativas que não foram favoráveis ao crescimento e desenvolvimento subsequentes ao limitarem as oportunidades econômicas a uma parcela mais ampla da população.

Para capturar esses efeitos empiricamente, realizamos uma análise considerando os municípios brasileiros com dados para o ano 2000. Também utilizamos procedimentos estatísticos que controlam para o problema da endogeneidade, ou seja, de que um maior nível de renda também pode melhorar as instituições (regiões mais ricas tendem a investir mais em policiamento, em educação para a população como um todo, etc.)

Para mensurar a qualidade das instituições, foi empregado o Índice de Qualidade Institucional Municipal (IQIM) elaborado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em 2005, com base na Pesquisa de Informações Básicas Municipais de 1999 do IBGE.

Os resultados indicam que a qualidade das instituições vigentes em cada município afeta o nível de produto per capita. Após decompor o nível de produto entre os fatores de produção (capital físico, capital humano e tecnologia), observou-se que este efeito ocorre devido ao impacto positivo da qualidade institucional sobre a produtividade total de fatores e sobre o estoque de capital humano. Os efeitos positivos da qualidade institucional sobre produtividade, capital humano e nível de produto per capita permanecem mesmo quando se leva em consideração outras variáveis, como distribuição de renda, grau de urbanização e distância à capital do Estado. Em outras palavras, uma melhora no nível das instituições municipais incentiva as pessoas a elevarem o investimento em sua formação acadêmica e profissional, assim como estimula a elevação na produtividade por parte das firmas, pois uma maior parte do retorno será retida por elas.

Adicionalmente, pode-se notar que há uma diferença no impacto da qualidade institucional sobre o produto e sobre o estoque de capital humano entre municípios com tamanhos de população diversos. Nos grandes municípios, o efeito das instituições é significativamente maior sobre essas variáveis. Em especial, nos resultados para a amostra de 224 maiores municípios do país (com mais de 100 mil habitantes), o indicador de qualidade institucional municipal foi a única variável importante na determinação do nível de produto, produtividade e capital humano per capita. Esses resultados indicam que municípios maiores possuem mais problemas de coordenação, mais dificuldade em resolver seus problemas coletivos com base apenas na confiança, e, por isso, as instituições devam ser mais relevantes no processo de desenvolvimento.

Em suma, os resultados do estudo indicam que melhores instituições são de extrema relevância para que ocorra um melhora na acumulação de capital humano e na aceleração da produtividade dos municípios brasileiros e, conseqüentemente, na determinação da renda per capita. Os investimentos na melhora institucional geram mudanças ao longo do tempo e quase não são perceptíveis no curto prazo, mas são essenciais para que os municípios brasileiros possam experimentar crescimento econômico de forma sustentável, além de propiciarem maior igualdade, liberdade e oportunidades para uma parcela mais ampla da população.

Ana Elisa Gonçalves Pereira é doutoranda em economia pela EESP-FGV. E-mail: [anaelisagpereira@gmail.com](mailto:anaelisagpereira@gmail.com)

Luciano Nakabashi é doutor economia, professor da FEA-RP/USP e pesquisador do CNPQ.

---

Para procurador do MPF, agronegócio se privilegia em detrimento dos indígenas – Site do MST. 09/08/2012

A polêmica portaria 303 da Advocacia Geral da União – AGU, que determina a demarcação de terras indígenas de acordo com as condicionantes do processo de demarcação da terra Raposa Serra do Sol, é consequência do cenário de “neocolonialismo” em voga no Brasil, avalia o procurador do Ministério Público Federal do Mato Grosso do Sul, Marco Antônio Delfino de Almeida.

Diante das controvérsias e abusos da portaria em relação ao que determina a Constituição Federal, Almeida esclarece que “quando houve a revisão do parecer da AGU, que regulamentava a aquisição de terras por estrangeiro, a AGU foi explícita em dizer que, baseado na lei 9784, que regula processos administrativos, a interpretação se voltava para o futuro, ou seja, não atingiria situações consolidadas em terras para estrangeiros adquiridas na forma do antigo parecer.

Agora, em relação às terras indígenas, não teve esse mesmo entendimento e determinou que houvesse explicitamente a revisão. Então, podemos verificar que o conceito de soberania tem, de acordo com o seu utilizador, conceitos totalmente diferentes”.

Na entrevista a seguir, concedida por telefone à IHU On-Line, o procurador também comenta a situação de confinamento e violência em que vivem os guarani-kaiowá no Mato Grosso do Sul. Segundo ele, atualmente “40 mil indígenas ocupam uma superfície de 0.1% do território sul-mato-grossense; cerca de 30 mil hectares. Estão espalhados nas beiras das estradas, numa situação de absoluta vulnerabilidade, que apenas incrementa a violência que sofrem”.

A demarcação de terras indígenas também é um agravante na região. Dos processos demarcatórios ocorridos nos últimos dez anos, “efetivamente nenhuma dessas terras foi ocupada pelas populações indígenas. De todos os territórios que foram identificados e demarcados, os indígenas, quando muito, ocupam 10%”, lamenta.

*Marco Antônio Delfino de Almeida é graduado em Ciências Jurídicas pelo Centro Universitário de Campo Grande – Unaes e mestrando em Antropologia pela Universidade Federal da Grande Dourados.*

### **Confira a entrevista:**

#### **Como o Ministério Público Federal do MS se manifesta diante da portaria 303?**

A portaria 303 é um evidente retrocesso da política indigenista brasileira. Ela representa uma negação pelo próprio governo brasileiro do cumprimento de convenções internacionais vinculadas aos direitos humanos das populações indígenas. É um retrocesso grave e esperamos que ele seja revertido, se não pelo próprio governo, judicialmente.

#### **Qual o principal equívoco da portaria 303? Como ela restringe os direitos dos povos indígenas determinados na Constituição Federal?**

Analisando os antecedentes jornalísticos dessa portaria, percebe-se que ela é casuística, visa atender a interesses diretos do setor do agronegócio, ou seja, tem um vício de origem. Ela visa prestar uma suposta segurança jurídica a uma determinada classe de pessoas que peticionaram perante o ministro para que ela fosse editada.

O fundamento em que ela supostamente se alvora, de que se observe o que foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal – STF na petição 3888 de Roraima, não tem fundamento, porque a petição não transitou em julgado, e há vários embargos de declaração sobre o conteúdo expresso do que foi decidido nas condicionantes.

Enquanto não houver publicação do acórdão do STF, não caberia à administração se antecipar e normatizar algo que não está ainda decidido. Há uma decisão prévia, mas que é específica àquele caso concreto de Raposa Serra do Sol. Essa extrapolação atinge direitos indígenas especificamente previstos na Constituição Federal, como o caso de usufruto das riquezas do solo, dos recursos hídricos etc. Há uma série de questões que são muito concretas e que não poderiam, justamente pelo grau de concretude que elas representam, serem extrapoladas por situações diversas.

#### **Esta não é a primeira vez que a AGU se manifesta em relação às terras indígenas. Nesse sentido, como vê a atuação do órgão diante da causa indígena?**

A AGU sempre se manifesta em situações concretas. Ela não poderia considerar situações que são radicalmente diversas da situação da Raposa Serra do Sol e dizer que esse é o norte da política indigenista brasileira, inclusive determinando que os órgãos que venham a zelar por esta política atendam a isso sem sequer terem sido consultados.

A portaria afronta de forma clara o artigo 231 a partir do momento em que tenta normatizá-lo de uma forma que, inclusive, não foi proposta nem pelo STF. Nesse sentido, a portaria é um descumprimento da Convenção 169 da OIT, porque regula estritamente a política indigenista.



Portanto, percebe-se uma ação do próprio governo federal, que desconsidera frontalmente a Convenção 169.

### **Ampliação das terras indígenas**

O ponto central dessa discussão é a suposta vedação da ampliação de terras indígenas. Em hipótese alguma, quando se analisa o voto do relator, pode-se entender da forma como supostamente se coloca. Primeiramente, o que é terra indígena já demarcada? Há um pressuposto lógico de que, a partir do momento em que, nos termos da Constituição de 1988, se venha a cumprir o artigo 231, ou seja, efetivar a demarcação de terras indígenas previstas, há a fundada dúvida de que se possa, no futuro, alterar a demarcação que ocorreu. Se todos os parâmetros constitucionais foram observados, como será possível, no futuro, alterar essa terra indígena? Há aí uma contradição lógica.

A situação diversa é quando se têm reservas na perspectiva americana, ou seja, depósitos de índios que foram, como campos de concentração, espalhados por esse país, e considerar isso como uma terra indígena. Ninguém pode se beneficiar da própria torpeza. Então, não se podem confinar indígenas em territórios que absolutamente não tem relação com seus territórios tradicionais e após, de uma forma absolutamente gritante, dizer que esses depósitos de índios não podem ser revistos.

### **Mão de obra nas fazendas**

Mato Grosso do Sul é o caso clássico de como isso acontece. O Serviço de Proteção aos Índios – SPI, por exemplo, sempre teve como objetivo fornecer mão de obra para fazendas, para imigrantes que supostamente viriam ao interior do país para promover a agricultura. Como eles, supostamente não estariam preparados para o clima, para as condições brasileiras, os indígenas estariam e poderiam, então, trabalhar.

Como essa terra indígena, que caracterizou essa violação dos direitos das comunidades, irá receber uma vedação de revisão ou ampliação? É absolutamente inconcebível que se possa ter uma interpretação nesse sentido. Com certeza, se perguntarem para a pessoa que editou a portaria 303, ela não saberá definir o que é terra indígena, o que se considera ampliação de terra indígena.

### **Pergunta à AGU**

Outro ponto a ser colocado, o qual me causa absoluta estranheza, é ilegalidade de si, ou seja, a própria portaria contraria a norma 9784, que regula os procedimentos administrativos, ao estabelecer a revisão de procedimentos que tenham sido concluídos. É bom que a AGU responda por que, para a política indígena, ela tem uma posição, e para o interesse do agronegócio vinculado às terras estrangeiras, tem outra posição.

Quando houve a revisão do parecer da AGU, que regulamentava a aquisição de terras por estrangeiro, a AGU foi explícita em dizer que, baseado na lei 9784, que regula processos administrativos, a interpretação se voltava para o futuro, ou seja, não atingiria situações consolidadas em terras para estrangeiros adquiridas na forma do antigo parecer. Agora, em relação às terras indígenas, não teve esse mesmo entendimento, e determinou que houvesse explicitamente a revisão. Então, podemos verificar que o conceito de soberania tem, de acordo com o seu utilizador, conceitos totalmente diferentes.

## **Neocolonialismo**

Existe no Brasil – e a própria ONU já explicitou isso –, um cenário de neocolonialismo, ou seja, há um processo intenso de aquisição de terras em outros países por várias potências que têm escassez de recursos naturais. China, Arábia Saudita, Coreia do Sul estão adquirindo terras nano continente africano, na Ucrânia, no Brasil. Vários relatórios demonstram que isso atenta a nossa soberania. Entretanto, a soberania, caracterizada de uma forma concreta pela inação de terras por estrangeiros, só é lembrada quando se vincula demarcações de terras indígenas. É frequente o discurso de que a demarcação de terras indígenas representa uma ameaça à soberania nacional. Entretanto, representa ameaça a nossa soberania a aquisição de terras sem qualquer tipo de controle, sem qualquer tipo de norma, sem se quer uma revisão das terras que foram adquiridas irregularmente. O Brasil se quer sabe, de uma forma concreta, quantos estrangeiros têm terras no país, quais os interesses deles, qual é a política de uso da terra. Ora, me parece que aí, de uma forma muito clara, há um peso e duas medidas. Ou seja, se tem o mesmo fundamento com decisões absolutamente divergentes, conflitantes.

### **Qual a situação real dos índios guarani-kaiowá em todo o estado do Mato Grosso do Sul? Em que condições psicológicas eles se encontram, considerando o alto índice de violência, mortes, suicídios?**

Mato Grosso do Sul é, com certeza, um dos casos mais graves de violação de direitos humanos no mundo. Há no estado um cenário de depósitos, de campos de concentração, que foram realizados para os indígenas, com um objetivo explicitamente econômico, e uma lentidão absurda do Estado brasileiro em promover a regularização dessas comunidades. Obviamente, há um cenário bastante favorável para que essa situação seja alterada.

Há um cenário de praticamente cem anos de inação do governo brasileiro. Isso é um fato. Podemos tentar alterar essa situação daqui para frente, mas não há como alterar os casos de suicídios, de morte, de discriminação que essas populações sempre sofreram, inclusive por várias pessoas que deveriam, pelos postos que ocupam, ter um aspecto de isenção, de absoluta igualdade de tratamento.

## **Confinamento**

Atualmente 40 mil indígenas ocupam uma superfície de 0.1% do território sul-mato-grossense; cerca de 30 mil hectares. Estão espalhados nas beiras das estradas, numa situação de absoluta vulnerabilidade, que apenas incrementa a violência que sofrem. Violência que se reflete na violência interna, a qual é muito aguda. Esperamos reduzir as taxas atuais, que giram em torno de 100 homicídios por 100 mil habitantes. Essa é uma das taxas mais elevadas, não só do Brasil mas do mundo, levando-se em conta que o índice de alerta da Organização Mundial da Saúde – OMS para homicídios é 10. Nos Estados Unidos a média de homicídios é de dois ou três por 100 mil habitantes. No Iraque, quando verifiquei esses dados, a taxa era de 80 por 100 mil habitantes.

A taxa de suicídios também é absolutamente absurda. Somente neste ano, cerca de 45 indígenas já se suicidaram. Associada a essa situação de vulnerabilidade, estão atropelamentos, porque muitas dessas comunidades encontram-se localizadas à beira das rodovias. Só em uma comunidade nós registramos três atropelamentos no período de um ano. Também existe um cenário de absoluta invisibilidade dessa comunidade na sociedade sul-mato-grossense. Se você

caminha por Dourados, nas principais cidades do sul do estado, percebe que é como se as comunidades indígenas não existissem. São mundos paralelos, porque tem um muro invisível da discriminação, impedindo que essas comunidades venham a usufruir dos direitos mais comezinhos dos cidadãos sul-mato-grossense, como direito à saúde, à educação.

O governo do estado e os municípios sempre usam como desculpa o fato de os cidadãos indígenas serem “federais”. Na verdade, o cidadão indígena é municipal, é estadual e é federal. Ele tem direitos aos mesmos benefícios que todos os demais cidadãos brasileiros possuem. Mas no Mato Grosso do Sul esses direitos só são respeitados mediante a ações judiciais, à atuação da Funai, do Ministério Público Federal.

### **Qual é a origem dessa violência contra os indígenas, especialmente no Mato Grosso do Sul?**

A origem do processo de ocupação em Mato Grosso do Sul tem um pouco a ver com esse cenário. Percebo que a origem dessa discriminação se calca no processo de ocupação. Os relatórios da década de quarenta mostram que no Mato Grosso do Sul só se falava guarani, e que havia necessidade de ocupação desse território. Então, antes que um suposto inimigo ocupasse esse território, ocorreu um processo de ocupação através de uma política de Estado. O discurso era “nós vamos ocupar o território que é nosso, antes que outros ocupem”, ou seja, como se as pessoas que estivessem nessas terras fossem inimigas, só porque elas falavam uma língua que não se entendia. Os indígenas eram cidadãos brasileiros, sempre foram, estavam neste território, têm direito à língua originária, mas já, desde aquele momento, eles foram antagonistas. Eram pessoas que supostamente ocupavam, na interpretação de algumas pessoas, o solo brasileiro de uma maneira indevida.

### **Ocupação do MS**

A política de ocupação do Mato Grosso do Sul, em função da Guerra do Paraguai, tinha um interesse de segurança nacional. Assim, foram criados os territórios federais de Ponta Porã-MS, o território federal de Dourados-MS, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados. Inicialmente esse antagonismo foi contornado porque a ocupação, ainda que fosse estimulada, não foi intensa o suficiente para que promovesse uma desocupação mais expressiva dos territórios já ocupados. Mas essa ocupação ainda foi concomitante com uma exploração dos ervais. Na época, a companhia Mate Laranjeira fazia a exploração da erva mate na região e utilizava, de forma intensiva, a mão de obra indígena que, apesar de trabalhar em condições como a dos seringais, onde havia os aviamentos, nunca recebia nada em troca do trabalho e estava sempre devendo. De todo modo, os indígenas ocupavam os seus territórios.

Posteriormente, quando houve uma ocupação intensificada nas décadas de 1960, 1970 e 1980, em que as grandes propriedades e a monocultura avançaram, houve uma incompatibilidade entre os indígenas e os defensores do agronegócio. A mata foi deixando de existir, várias áreas foram desmatadas, e muitas comunidades foram expulsas. Gerou-se um novo antagonismo a partir de um conceito utilitarista e de um discurso da produtividade, onde os novos habitantes diziam que iriam ocupar as terras de maneira mais produtiva. Na verdade, trata-se de um rótulo chique para a discriminação racial. Hoje, não é mais possível dizer, como já foi dito em outras épocas, que o índio é um bugre, um vagabundo, que é safado, que não é produtivo. Na verdade, o discurso de fundo é o mesmo discurso racista, resumido nesse jargão de que o índio não produz, que é improdutivo e que, por isso, não tem direito à terra.

## **Como estão os processos de demarcação de terras indígenas no Mato Grosso do Sul? Por que o processo de demarcação é tão lento?**

No Mato Grosso do Sul há um cenário em que os processos de demarcação administrativa que, supostamente teria efeitos e permitiria que os indígenas ocupassem as suas terras, são judicializados. Então, ainda que tenham ocorridos processos demarcatórios nos últimos dez anos, efetivamente nenhuma dessas terras foi ocupada pelas populações indígenas. De todos os territórios que foram identificados e demarcados, os indígenas, quando muito, ocupam 10%. A única exceção é uma terra indígena em Maracaju, em que os indígenas obtiveram a posse integral da terra no curso do processo.

Ou seja, na sentença em primeiro grau, o juiz concedeu a antecipação da tutela, e determinou que os índios permanecessem na área até o final do processo. Mas, a rigor, o que ocorre é o inverso. As comunidades permanecem fora das áreas ou em áreas absolutamente ridículas. Enquanto isso, os processos vão se perpetuando na justiça. Atualmente estão em curso processos de terras ainda não identificadas, que estão em processo de identificação. Esperamos que, entre o final deste ano e início do próximo, as portarias de identificação e limitação sejam apresentadas.

### **Devolução de terras**

Também esperamos que os mecanismos extrajudiciais venham acelerar esse processo. Entre os mecanismos a serem utilizados, vamos provocar a União para que ela venha a indenizar os títulos que concedeu. Ao considerar a fronteira com o Paraguai uma área de segurança nacional, temendo o histórico de guerra do Paraguai e a possível ocupação desse vazio demográfico, o governo federal efetivou, à época, uma série de projetos de colonização em Sete Quedas, em Iguatemi, que visavam justamente colonizar essa região. Em todos esses projetos, houve a identificação posterior de territórios indígenas.

Ora, o próprio Estado, que era o gestor da questão indígena à época, não pode negar que desconhecia que esses territórios eram tradicionais, muito menos alegar que o título que ele emitiu ou comercializou é nulo. Então, caberia ao governo federal, nesses casos específicos, em que há uma incidência entre territórios federais e territórios indígenas, promover a indenização.

Já há uma sinalização nesse sentido, mas é fundamental que esse processo avance. O mero reconhecimento desse erro governamental permitiria que aproximadamente dez mil hectares fossem devolvidos aos guarani-kaiowá de forma imediata. É uma quantidade de terra irrisória, sim, mas em terras do Mato Grosso do Sul apresentaria aproximadamente 30% dos territórios que os indígenas ocupam atualmente.

### **O senhor tem informações de quantos inquéritos estão em andamento envolvendo casos de assassinatos e agressões de indígenas no MS?**

Infelizmente, desde 2003, a cada dois anos, há morte de um indígena, às vezes, dois. Estão em curso em Dourados os casos do cacique Marcos Veron, do Dorival Torres, de uma criança que morreu em um processo de desocupação de uma terra, e mais três inquéritos relativos a ataques a acampamentos. Todos esses casos estão vinculados à questão de demandas de terra.

Em Ponta Porã estão em andamento os casos de Xurite Lopes e do filho dela. Também o caso dos professores e o de Nísio Gomes. Não saberia dizer quantos casos estão vinculados em

relação à terra, mas certamente em Ponta Porã têm de quatro a cinco demandas judiciais, mais os inquéritos.

**Como estão as investigações sobre o assassinato do cacique Nísio Gomes? No dia 24 de julho foi concedido habeas corpus há três pessoas que estavam presas acusadas de envolvimento na morte do cacique. Como está se desenrolando esse caso?**

Sobre esse caso, o que você sabe eu sei. Eu obtive todas as informações mediante a leitura do habeas corpus. Obviamente, conversamos com um colega, mas não sobre detalhes específicos do caso.

O que posso dizer é trata-se de um fato histórico. Ano passado, em 2011, nós obtivemos a condenação dos pistoleiros, ainda que não especificamente em relação ao assassinato de indígenas, mas em relação aos fatos associados ao assassinato, pois foi a primeira vez que isso aconteceu em Mato Grosso do Sul. Felizmente nós vimos, agora, a prisão, ainda que cautelar, de mandantes.

Então, apesar de eu verificar no próprio movimento indígena um sentimento de desesperança, um sentimento de injustiça, infelizmente, nós temos que entender que há uma perspectiva. Conseguimos condenar no passado pistoleiros, agora, houve a prisão dos mandantes, ainda que tenha sido por quarenta dias, mas houve essa prisão.

Então, esse é um fato histórico, ou seja, tudo leva a crer que, futuramente, essas pessoas venham a ser condenadas. Mas diria que se trata de uma evolução gradual. Estou confiante de que essa evolução vai permanecer, e que essas pessoas serão encarceradas com a sentença definitiva.

---

### **Produção de grãos chega a 165,9 milhões de toneladas. Raimundo Estevam – Site da CONAB. 09/08/2012**

A produção de grãos da safra 2011/2012 bate recorde e deve chegar a 165,9 milhões de toneladas ou o equivalente a 1,9% a mais que a obtida no período 2010/2011, quando atingiu 162,8 milhões de toneladas. O resultado representa um crescimento de 3,1 milhões de toneladas. A estimativa é do 11º levantamento, divulgado pela Conab nesta quinta-feira (9).

O destaque para a grande produção é do milho segunda-safra, que teve condições favoráveis da cultura nas áreas de maior produção, com um aumento de 71,7% ou o equivalente a 16,10 milhões de toneladas sobre a última safra, alcançando 38,56 milhões de toneladas. No ano passado foram colhidas 22,46 milhões de toneladas.

Já a estimativa para as safras consolidadas (primeira e segunda safras) apresenta um crescimento de 26,8%, o que corresponde a 15,37 milhões de toneladas, totalizando 72,78 milhões de toneladas do cereal.

Por outro lado, houve grande queda da soja (- 8,9 milhões de t) e do arroz (- 2,01 milhões de t). A redução se deve mais às condições climáticas não favoráveis, principalmente nas fases de desenvolvimento das culturas, quando as mais prejudicadas foram as lavouras de milho e de soja nos estados da região Sul, parte do Sudeste e no sudoeste de Mato Grosso do Sul. A forte estiagem nos estados nordestinos que tiveram perda em todas as culturas também contribuíram

para as perdas. A produção da safra nordestina caiu 22 % em relação à safra passada, ou seja, 3,53 milhões de toneladas de produtos.

Área - A estimativa total de área plantada é de 50,81 milhões de hectares, com um crescimento de 1,9% ou 935,8 mil hectares a mais que a da safra 2010/11, quando atingiu de 49,87 milhões de hectares.

O milho segunda safra teve um crescimento da área cultivada de 22,9% ou de 1,41 milhão de hectares. Em seguida vem a soja, com aumento de 3,4% ou 822,1 mil hectares a mais. Já as culturas de arroz e feijão apresentaram redução na área devido a problemas na comercialização, dificuldades climáticas na região Nordeste, falta de água nos reservatórios e aumento no custo de produção.

A pesquisa de campo utilizou 52 técnicos que ouviram representantes de instituições ligadas ao meio agrícola, destacando-se profissionais de cooperativas, secretarias de agricultura e órgãos oficiais e privados de assistência e extensão rural das principais zonas de produção, no período de 22 a 28 de julho.

---

### **MDA participa de debate sobre sistema nacional de Ater – Site do MDA. 09/08/2012**

O sistema nacional de assistência técnica e extensão rural (Ater) é tema de reunião promovida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), em Brasília, nesta quinta, 9, e sexta-feira, 10. O encontro, que visa ter como resultado a construção de uma proposta da confederação para o sistema de Ater, conta com a participação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Para a abertura do evento e discussão do tema, a entidade convidou o secretário da Agricultura Familiar (SAF/MDA), Laudemir Müller, e o diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater) da SAF/MDA, Argileu Martins da Silva, que apresentaram a visão do governo sobre o sistema, a evolução da Ater no país, os desafios e as perspectivas para esses serviços nos próximos anos.

Müller reiterou o papel central dos serviços de Ater para que as políticas públicas cheguem aos agricultores e o desenvolvimento rural brasileiro. O secretário também lembrou da Conferência Nacional de Ater, realizada pelo MDA, que apontou as necessidades atuais para que o país tenha uma assistência técnica e extensão rural de qualidade e o mais abrangente possível. Em seguida, apontou a importância do diálogo do governo com a Contag para a elaboração de “uma proposta convergente, com capacidade de implementar o conjunto de políticas públicas para a agricultura familiar”.

Na abertura do encontro, o presidente da Contag, Alberto Broch, disse que o momento atual é oportuno para que se pense uma posição da confederação sobre o assunto, “com o respaldo da presidenta Dilma Rousseff, com o objetivo de avançar e definir a orientação para uma assistência técnica de qualidade, universal e que atenda a diversidade regional brasileira”.

O diretor do Dater, Argileu Martins, apresentou a proposta para o sistema, diretrizes e estrutura

da entidade nacional de Ater, o que vem sendo discutido pela SAF/MDA com representantes das entidades de Ater, movimentos sociais e agricultores. Segundo a proposta, as finalidades do sistema são qualificar e fortalecer a prestação de serviços de Ater com prioridade para a agricultura familiar, estabelecer um padrão para os serviços de assistência técnica e extensão rural, com abordagem adequada aos diferentes públicos e regiões, e otimizar a utilização de recursos.

Ater

O Censo Agropecuário do IBGE, divulgado em 2009, apontou a importância da orientação técnica para os agricultores. O estudo indicou que agricultores que não recebiam Ater tinham renda média mensal de R\$ 480,00. Já os que tinham o suporte da Ater ocasionalmente, tinham renda mensal em torno de R\$ 1.018, enquanto aqueles que eram regularmente atendidos apresentavam ganho médio de R\$ 1.734.

A evolução dos serviços de Ater no país teve como um dos marcos a estruturação das entidades estaduais de Ater, em 2004, com a criação do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater) do MDA. No ano seguinte, 2005, houve a construção de redes de Ater. Em 2006, começaram a ser feitos os credenciamentos das executoras de Ater. Com relação ao orçamento, no ano de 2007, o programa de Ater passou a ter recursos previstos no Plano Plurianual (PPA) do governo federal.

Entre outros momentos e fatos cruciais para o avanço dos serviços de Ater no país, está a Lei 12.188, a Lei de Ater, que instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater). O início dos debates sobre o sistema nacional de Ater se deu em 2011.

---

### **Depois da seca, Nordeste espera milho. Tarso Veloso – Valor Econômico. 09/08/2012**

A escassez de milho no Nordeste, castigado pela seca na safra 2011/12, levou o Ministério da Agricultura a reunir ontem secretários estaduais de Agricultura a fim de acertar a logística para garantir o abastecimento do grão na região. Durante o encontro, foram lembradas as medidas já tomadas pelo governo federal e acertadas ações integradas com os governos estaduais.

O governo combinou com os secretários presentes na reunião que os Estados devem assegurar a mão de obra para descarregar caminhões e produtos, abrir espaço em armazéns e ajudar a providenciar frete para o retorno dos caminhoneiros, com o objetivo de aumentar o interesse do motorista em percorrer longas distâncias.

Além disso, pediu a viabilização de estudos para transportar grãos por hidrovias e portos e um mutirão para resolver problemas técnicos e burocráticos que impedem armazéns e depósitos de receber a commodity. "O governo está acertando com os Estados a logística para receber o milho e evitar que o produto chegue ao seu destino sem ter como ser estocado", afirmou Caio Rocha, secretário de Política Agrícola do ministério.

Até o momento, o governo realizou três leilões de milho para a região, em um total contratado de 141 mil toneladas. No entanto, até a semana passada, somente 52 mil toneladas haviam sido embarcadas para os destinos finais, com grãos provenientes de Goiás e Mato Grosso.

Segundo o governo, os embarques de milho foram realizados apenas em parte devido à greve dos caminhoneiros, que acabou na semana passada. Além do contingente já reduzido, de acordo com o presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Rubens Rodrigues, os motoristas estão lucrando mais com fretes curtos - da propriedade ao armazém - do que com viagens longas. "Em 14 dias de frete [entre ida e volta] o caminhoneiro pode tirar R\$ 9 mil. Em um trajeto entre lavoura e armazém, rodando uma quantidade semelhante de quilômetros, ele pode tirar R\$ 19 mil. Isso sem contar com o menor desgaste do caminhão e quantidade de horas de trabalho", disse.

A demanda por milho cresceu em todo o Nordeste. Antes da seca, 21,65 mil criadores haviam se cadastrado para participar dos leilões. Depois da estiagem, esse número passou para 90,9 mil, alta de 281%. Pernambuco, que contava inicialmente com 170 produtores na lista, passou a somar 8,2 mil, um salto de 4.723%. Alagoas tinha inscrito 137 compradores. Agora, já são 1,9 mil, alta de 1.287%.

---

### **Projeto que envolve aporte de R\$ 1 bi em borracha é iniciado. Bettina Barros – Valor Econômico. 09/08/2012**

Produção de mudas destinadas ao projeto que será lançado hoje em Cassilândia (MS): meta é colocar no mercado 80 mil toneladas de borracha seca por ano

A Cautex Florestal, empresa do segmento de heveicultura, lançará hoje em Cassilândia (MS) a pedra fundamental do que promete ser o mais ambicioso complexo de borracha natural do país. Primeira tentativa de verticalização da cadeia, do plantio de mudas até o beneficiamento, o projeto pretende colocar no mercado cerca de 80 mil toneladas de borracha seca por ano até 2023 - mais da metade do que é produzido atualmente no país.

Segundo Getulio Ferreira Junior, diretor da Cautex, está prevista não apenas a construção de um viveiro e de uma usina de beneficiamento, mas também de um centro de treinamento e uma agrovila, que demandarão um investimento total de R\$ 1 bilhão. As obras serão iniciadas ainda este ano. A expectativa é que a usina entre em operação em agosto de 2014, com produção inicial de 10 mil toneladas de borracha /ano.

Diferentemente de outros polos de produção de borracha natural no Brasil, o empreendimento da Cautex foi estruturado em parceria de 95 investidores - pessoas físicas e jurídicas. Esses parceiros detêm boa parte dos 40 mil hectares de área destinada à cultura e serão os fornecedores exclusivos da borracha à empresa. A Cautex é responsável pelo plantio, gerenciamento das florestas de seringueiras e pela comercialização da borracha seca que será produzida.

#### **Heveicultura em expansão**

Novo polo de borracha no país

- Árvores plantadas: 20 milhões de pés
- Área: 40 mil hectares
- Municípios com plantio: 34
- Número de investidores: 95
- Investimento total: R\$ 1 bilhão
- Produção: 80 mil toneladas/ano\*
- Empregos diretos: 7 mil
- Empregos indiretos: 2 mil





Segundo Ferreira Junior, o empreendimento será erguido em Cassilândia devido ao fato de a região ainda ter grandes áreas disponíveis para o reflorestamento - sobretudo pastagens degradadas - e preços vantajosos de terra comparados com São Paulo, o maior Estado produtor de borracha natural do país. Pesaram também os incentivos fiscais oferecidos pelo município, inserido no Programa Mais Floresta, que definiu estratégias para o desenvolvimento florestal em Mato Grosso do Sul para atingir uma área plantada de 1 milhão de hectares até 2030.

"A borracha tem um retorno muito mais interessante", afirma Ferreira Junior. Isso apesar do investimento inicial mais alto (cerca de R\$ 6 milhões para 100 mil árvores plantadas) e o retorno mais longo (sete anos, idade em que a árvore está preparada para a primeira produção de borracha). Para ele, isso explica o porquê de executivos de outros setores aderirem à heveicultura. São os caso de Luiz Henrique Araújo, consultor da Odebrecht, e de João Francisco Amaro, irmão de Rolim Amaro e um dos fundadores da TAM.

"A verdade é que quem tá produzindo, tá rindo à toa", diz Amaro, que conta ter ficado "intrigado" desde cedo com a cultura e hoje planta em Iturama, no Triângulo Mineiro. "Por hectare, a cana dá menos. A borracha oferece um retorno quatro vezes maior", complementa Araújo, dono de terras em Araçatuba, cidade paulista tomada nos últimos 15 anos por canaviais. Juntos, os dois executivos plantaram 260 mil seringueiras. As primeiras sangrias (corte do caule para o recolhimento da borracha fresca) serão entre 2013 e 2017.

A verticalização da cadeia de borracha em Cassilândia e o número de investidores atraídos para o negócio tem como pano de fundo o fato de que praticamente toda a produção dos seringais do país sai do campo já contratada. O Brasil tem um déficit significativo de borracha natural: produz uma média de 135 mil toneladas por ano, mas consome 385 mil.

Ferreira Junior viu nesses números um potencial de negócio e reposicionou sua então empresa produtora de mudas de seringueiras e fabricante de equipamentos para a extração de látex - a Polifer - e criou a Cautex.

A investida ameaça, ainda, a posição da Hevea-Tec como maior fornecedora de borracha natural para a indústria pneumática do país. A empresa de São José do Rio Preto (SP) fechou o ano passado com 17,7 mil toneladas produzidas e comercializadas, contra 13,5 mil em 2010.

Os produtores brasileiros de borracha também não têm tido do que reclamar em relação aos preços pagos nos últimos anos: 2011, por exemplo, foi de preços internacionais recordes (US\$ 4 mil a tonelada), graças a quebras de safras nos países produtores do Sudeste Asiático e demanda aquecida no mercado interno. Hoje, voltaram para patamares mais realistas, mas ainda atraentes (R\$ 3,10, a R\$ 3,50 o quilo). Não é à toa que os produtores costumam referir-se ao cultivo de seringueiras como a "aposentadoria" para o produtor rural.

"Há uma vantagem nessa cultura agrícola que é a sua longevidade. Uma seringueira dura 50 anos. Não é nem coisa para [deixar para] filho. É pra neto", diz Amaro. "E quando ela parar de produzir é possível vender a sua madeira à indústria moveleira".

---

**Arroz e feijão 'maculam' safra recorde. Fernando Lopes, Tarso Veloso e Sérgio Ruck Bueno – Valor Econômico. 10/08/2012**

Se os mais recentes levantamentos sobre a produção de grãos no país em 2011/12 confirmaram o milho safrinha como o grande destaque positivo da temporada, responsável direto por um recorde na colheita como um todo, também voltaram a chamar a atenção para os decepcionantes desempenhos de arroz e feijão.

Básicos no prato do brasileiro, ambos amargaram quedas expressivas nas áreas plantadas e foram prejudicados por adversidades climáticas, o que amplificou as reduções das ofertas e motivou aumentos das importações e fortes altas de preços aos produtores, parte das quais sentidas no varejo.

### Safra 2011/12

Novas estimativas da Conab para a produção de grãos na tempor

Produto	2010/11	2011/12 (prev. dezembro)	2011/12 (prev. janeiro)	2011/1 (prev. feve
Algodão*	1960	1934	1993	2003
Arroz	13.613	11.927	11.462	11.17
Feijão (total)	3.788	3.503	3.500	3.40
Milho (total)	57.407	60.319	59.210	60.83
Soja	75.324	71.207	71.751	69.22
Trigo	5.882	5.414	5.789	5.78
Outros	4.864	4.696	7.742	4.64
<b>Total</b>	<b>162.838</b>	<b>159.080</b>	<b>158.447</b>	<b>157.061</b>

Fonte: Conab. \*Algodão em pluma

Com mercado pouco promissor na semeadura, o arroz ocupou 2,5 milhões de hectares no Brasil em 2011/12, 13% menos que em 2010/11, e rendeu 11,6 milhões de toneladas, queda de 15%, conforme levantamento divulgado ontem pela Conab. Juntas, as três safras de feijão normalmente plantadas em um mesmo ciclo tiveram área de 3,3 milhões de hectares, 18,1% menor, e produção de 2,9 milhões de toneladas, uma retração de 22,1%.

Diante desse quadro, a Conab estima que as importações brasileiras de arroz em casca vão somar 900 mil toneladas em 2012, 9% mais que no ano passado, e que as exportações do cereal vão cair pela metade e atingir 1 milhão de toneladas. Para o feijão a expectativa é de importações relativamente estáveis de 200 mil toneladas e exportações de apenas 4 mil toneladas, 80% mais magras.

Com o aperto na oferta, os preços pagos aos arrozeiros do Rio Grande do Sul, maior Estado produtor do cereal do país, estão em ascensão desde o início do ano. Na primeira semana de agosto, o arroz em casca alcançou, em média, R\$ 29,58 por saca de 50 quilos, 20% acima da média de dezembro.

No mercado de feijão, a variação de preços ao produtor é menos linear, em grande medida em razão de suas três safras em um mesmo ciclo, mas também por conta das diferentes variedades à venda.

No Paraná, que lidera a colheita nacional da leguminosa, o feijão preto tem valorizações progressivas desde março e alcançou a média de R\$ 100,77 por saca de 60 quilos em julho, mais de 50% acima da média de dezembro. Já os "feijões de cor", que incluem os populares carioquinha e mulatinho, ficaram em R\$ 108,39 em julho, 36% abaixo do pico do ano, em abril, mas com altas de 10% em relação à média de dezembro e de 36% sobre julho de 2011.

No Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) calculado pelo IBGE, o arroz apresenta variações positivas de 7,3% no acumulado deste ano e de 12,7% nos últimos 12 meses, sempre até julho. O feijão mulatinho aumentou 81,4% e 84,4%, respectivamente, enquanto os saltos do

feijão preto alcançaram 38,3% e 41,6%. De janeiro a julho de 2012, o peso do arroz no IPCA foi de 0,53 ponto percentual, o do feijão mulatinho foi de 0,04 e o do feijão preto, 0,07 ponto.

No caso do arroz, o governo federal rechaça um eventual desabastecimento mas acompanha de perto a alta das cotações. A Conab inclusive já avalia a possibilidade de realizar um leilão de venda do produto para amenizar a pressão. Atualmente, os estoques do produto somam 1,5 milhão de toneladas. "A alta que vemos hoje é por pressão de mercado", afirma o presidente da estatal, Rubens Rodrigues.

A Conab concorda que a alta, que em algumas regiões do país superou 50%, reflete a redução da oferta doméstica, mas aponta outros fatores de influência, como a escalada dos preços internacionais da commodity e a valorização cambial, que encarece as importações.

No mercado de feijão, contudo, o sinal de alerta já é vermelho. O governo está preocupado com a queda na produção, principalmente após a seca no Sul e no Nordeste. A intenção do Ministério da Agricultura é estimular o plantio em outras regiões do país para segurar os preços. "Não podemos depender do Paraná e da Bahia para produzir tudo que o Brasil precisa", afirmou Rodrigues.

Nos cálculos da Conab, as valorizações da leguminosa na comparação entre os ciclos 2011/12 e 2010/11 chegam a 22,5% no Estado de São Paulo, 38,3% no Paraná e 22,8% na Bahia. Os estoques de feijão da Conab são de apenas 24 mil toneladas, e as importações, de países como Argentina e até a China, também estão mais caras em virtude do fortalecimento do dólar.

Segundo Amaryllis Romano, economista da Tendências Consultoria, o quadro deverá melhorar nos dois mercados. "Os preços atuais incentivam o plantio". Mas a recuperação, se houver - não há consenso, como mostra a matéria abaixo -, será limitada, pelo menos no arroz. Amaryllis lembra que a escassez de água nas barragens gaúchas deverá afetar a produção irrigada e que os elevados preços de grãos de maior liquidez, como soja e milho, pesarão sobre o agricultor que puder escolher qual cultura plantar em 2012/13.

Por conta da estiagem que assola o Meio-Oeste dos Estados Unidos, o maior exportador agrícola do planeta, soja, milho e trigo, que já vinham em alta, explodiram e bateram novos recordes de alta. A tal ponto que a FAO, o braço das Nações Unidas, pediu ontem a imediata suspensão da produção de etanol de milho nos EUA, por temer uma crise "agroinflacionária" nos moldes da que gerou convulsões sociais em diversos países no biênio 2007-2008.

Apesar dos reflexos sobre os preços ao consumidor de produtos como óleos vegetais e carnes, essas disparadas beneficiaram as exportações brasileiras e vão impulsionar o plantio na safra 2012/13, que começará a ser semeada em meados de setembro.

Para a soja, as primeiras previsões apontam para uma produção de mais de 80 milhões de toneladas na nova temporada, ante 66,4 milhões em 2011/12, safra que foi prejudicada pela seca no Sul. A próxima segunda safra de milho também tende a ser robusta. Em 2011/12, deverá render o recorde de 38,6 milhões de toneladas, 72% mais que em 2010/11 e fator determinante para o recorde geral novamente batido. **(Colaboraram Gerson Freitas Jr., Fernanda Pressinott e Janice Kiss)**

---

## **Fiscais desafiam governo e paralisam as atividades. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico. 10/08/2012**

Iniciada na segunda-feira, a greve dos fiscais agropecuários federais se agravou. Os grevistas suspenderam integralmente suas atividades, em resposta à decisão do governo federal de convocar fiscais agropecuários estaduais e municipais para realizar o trabalho dos inspetores do Ministério da Agricultura.

Na iminência de paralisarem a produção, as agroindústrias de aves e suínos de Santa Catarina pediram ontem ao presidente do Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários (Anffa Sindical), Wilson Roberto de Sá, a manutenção da emissão das guias de exportações ao nível mínimo de 30%. No encontro, realizado no porto de Itajaí (SC), as indústrias ressaltaram as dificuldades do setor. Sem conseguirem obter as autorizações para comercializar seus produtos, as empresas informaram que devem "aguentar" só mais dois dias sem que sua produção precise ser ajustada ou paralisada.

Procurado pelo **Valor**, o presidente do sindicato disse que, apesar de compreender o problema, mantém a decisão de paralisar todas as atividades. "Não vamos atender absolutamente nada até que o governo revogue a portaria [que convoca os fiscais dos Estados e municípios]", disse Roberto de Sá.

A paralisação deve afetar a missão sanitária da Venezuela aos frigoríficos do país. "Não vamos atender a missão venezuelana que está chegando hoje [ontem]", segundo o sindicalista. Apesar da ameaça, o governo garantiu à indústria que enviará um efetivo para acompanhar os técnicos venezuelanos. "Mas ainda que a visita seja acompanhada, não sabemos se vai ter gente qualificada para isso", disse uma fonte da indústria.

---

## **Safra de grãos deve ser maior da história – O Estado de São Paulo, Economia. 10/08/2012**

*Com preços recordes, produtores se preparam para aumentar mais a área plantada*

O Brasil deve ter a maior safra de grãos da história. Levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) aponta para uma colheita de 165,92 milhões de toneladas. Segundo o ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro, até o fim do ano, quando os dados serão consolidados, esse volume pode chegar a 170 milhões de toneladas de grãos. A expectativa do governo era atingir esse total apenas na safra 2012/2013, que começa a ser semeada em setembro.

O expressivo aumento de 71% na produção do chamado milho safrinha, que é cultivado na sequência da colheita da soja, explica a safra recorde, apesar da forte quebra registrada no início deste ano na produção do Rio Grande do Sul, por causa da estiagem. O Brasil vai colher 38,5 milhões de toneladas de milho safrinha este ano, superando pela primeira vez o volume produzido na safra de verão. "A safrinha do milho se tornou um safrão", comemorou Mendes Ribeiro.

A safrinha de milho foi o grande diferencial do 11.º levantamento divulgado ontem, pois em fevereiro, no auge da estiagem na Região Sul, a Conab previa que a safra 2011/12 teria uma redução de 5,7 milhões de toneladas, queda de 3,5% em relação a anterior. A Conab consolidou

os dados da safra de verão e apontou uma queda de 8,9 milhões de toneladas (-11,8%) na produção de soja, para 66,3 milhões de toneladas, e de 727,8 mil toneladas no milho, para 34,2 milhões de toneladas.

Ganhos. Os produtores, além da safrinha de milho recorde, comemoraram o aumento na cotação do produto, impulsionado pela quebra de safra nos Estados Unidos. Ontem, na Bolsa de Chicago, os contratos futuros para dezembro da nova safra de milho atingiram o pico histórico de US\$ 8,2975 por bushel, superando os US\$ 8,2875 por bushel de três semanas atrás. "Pelo menos 60% do milho de safrinha pode ser exportado que a gente ainda consegue fazer frente às necessidades domésticas", afirma Amaryllis Romano, economista da LCA.

Os problemas nos EUA também têm influenciado a cotação da soja. No caso da commodity, boa parte da exportação foi feita no primeiro semestre. Mas os produtores já acumulam ganhos com contratos futuros.

Segundo a Informa Economics FNP, em 2011, os contratos futuros na região de Rondonópolis estavam sendo firmados por um preço de R\$ 36 a R\$ 38 por saca de soja. "Hoje, existem negócios de R\$ 52,50 a R\$ 54 para fevereiro 2013", diz Aedson Pereira, analista de mercado da consultoria. Em Cascavel, Paraná, os acordos chegam a R\$ 63 por saca para entrega em março de 2013. Em 2011, a cotação era de R\$ 46.

Para a entidade, a expectativa é que a área plantada de soja na próxima safra fique entre 27,5 e 28,5 milhões de hectares, acima dos atuais 25 milhões.

Em 2012, a produção brasileira de soja foi 12,2% menor que a de 2011, na maior queda registrada desde 2002, início da série histórica do IBGE. Ainda assim, a safra nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas deste ano será recorde, de 163,3 milhões de toneladas, puxada pela produção também recorde de milho, de 71,4 milhões de toneladas, 27% acima do colhido em 2011.

---

## **Não há bem que nunca acabe. Roberto Rodrigues – Folha de São Paulo, Mercado. 11/08/2012**

*Estou me aposentando na Unesp; é o fim de um grande prazer, o de formar gente para o agronegócio*

Neste 2012, consagrado pela ONU como o Ano Internacional das Cooperativas, estou me aposentando na Unesp de Jaboticabal, onde venho lecionando, há algumas décadas, a disciplina de cooperativismo no Departamento de Economia Rural: trata-se de aposentadoria compulsória determinada pela chegada dos 70 anos.

Felizmente, minha última turma foi boa, de modo que foi um prazer trabalhar com ela. Turmas são como safras: existem as boas, as más, as médias... E não há uma ou duas razões que determinem a qualidade delas: simplesmente são assim, e ponto final. Portanto, ter uma boa turma é sempre uma alegria, assim como é muito desagradável lidar com uma sem qualidades.

No entanto, a alegria que tive neste ano não foi plena, nem poderia ser. Da mesma forma como é um enorme prazer completar uma longa tarefa com algum êxito (e guardar no íntimo a boa

sensação de trabalho realizado com inteireza), também fica o travo amargo do fim de um permanente prazer, o de formar gente para o agronegócio.

É mais ou menos como ler um livro do qual a gente gosta muito, mas que termina... Ou assistir a um filme muito especial, que também chega ao fim. A gente não quer que o livro ou o filme acabem, mas acabam. E a agradável sensação que dura a leitura ou a sessão do cinema é substituída pelo vazio com o final.

Essa foi a mistura de sentimentos deste final de carreira no magistério: um pouco de alegria, com a missão cumprida, mesclado com um pouco de nostalgia, de falta de chão, uma vaga noção da transitoriedade...

Mas, afinal, não é assim com tudo na vida? Uma amizade prazerosa que termina com a morte de um amigo; um amor profundo que desaparece como a "espuma que se desmancha na areia", como dizia Herivelto Martins; uma tarefa desafiadora que enfrentamos e vencemos; um jogo da seleção brasileira de futebol... Tudo acaba, por melhor que seja enquanto dure, e fica um travo amargo, nostálgico, uma inútil esperança de que pode voltar... E não volta não, nunca mais, acabou, kaput...

O outro lado dessa doçura amarga é que toda tristeza também tem fim. Daí o velho ditado: "Não há mal que sempre dure nem bem que nunca acabe"...

Pois para mim acabou esse bem, essa delícia de ensinar e aprender com isso. Porque esse é o sentido da vida: aprender, para ensinar, e assim contribuir com a construção de um mundo melhor.

Feita essa especulação emotiva, volto ao cooperativismo, doutrina formidável cujo objetivo é corrigir o social através do econômico. Em outras palavras, através da cooperação o que se busca é prestar serviço às pessoas de maneira que elas tenham melhores ganhos financeiros e ascendam socialmente.

De vez em quando aparece um aluno que soube de um gerente de cooperativa ou mesmo de um diretor ou de um presidente que teria dado um "golpe" na sua cooperativa ou algo parecido com isso.

Costumo responder fazendo uma comparação primária: cooperativismo é doutrina, cristianismo também é; o instrumento do cooperativismo é a cooperativa, a do cristianismo é a igreja. E quem toca a cooperativa e a igreja é sempre gente.

A mídia às vezes publica a história de um padre pedófilo. Mas isso não significa que o cristianismo não presta. Quem não presta é aquela pessoa que "representa" a igreja,

e não a doutrina. A mesma coisa serve para o cooperativismo: um mau dirigente não destrói a doutrina -esta continua sendo boa, excelente.

Se assim não fosse, não haveria no mundo cerca de 1 bilhão de pessoas filiadas a algum tipo de cooperativa. Se cada uma tiver três dependentes, são 4 bilhões de terráqueos ligados ao movimento cooperativista. Não sei se alguma religião tem tantos seguidores...

Aliás, o cooperativismo -doutrina- está assentado sobre sete princípios universais, quase dogmáticos, que os líderes vivem repetindo o tempo todo: seriam uma espécie de "mandamentos".

Ora, os pregadores da igreja repetem, há 2.000 anos, eternos sermões aos domingos. E ainda assim não é todo cristão que vai ao céu...

---

### **A crise da Embrapa. Rodrigo Lara Mesquita – O Estado de São Paulo, Opinião. 11/08/2012**

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) tornou produtiva a terra ácida e arenosa do cerrado brasileiro. Esse milagre tem grandes chances de se repetir na África, com seus quase 400 milhões de hectares de savana. Como dizem e pedem os africanos: temos sol, água e terras. Falta a Embrapa! Mas essa admiração conquistada pela Embrapa, aqui e no exterior, está em risco. A empresa perdeu foco e orientação estratégica nos últimos anos. A Embrapa está em crise, deixando sem resposta problemas graves da agricultura brasileira.

Em 1973, quando foi criada a Embrapa, o País vivia a década do milagre econômico, mas era importador de alimentos. Os investimentos feitos na época em infraestrutura de transportes, comunicações e armazenamento pelo governo federal começaram a promover uma mudança na exploração agrícola. Com estrutura física modesta, alguns veículos, poucos implementos e muita vontade, os pioneiros da empresa que nascia formaram as equipes de trabalho. Mais de mil jovens pesquisadores foram enviados às melhores universidades da Europa e dos EUA para mestrados e doutorados, num dos maiores programas de capacitação em pesquisa já realizados no Brasil.

Do nascimento da Embrapa aos dias de hoje, tornamo-nos uma potência agrícola. A sexta economia do mundo tem no agronegócio 25% de toda a riqueza gerada no País. Somos os maiores produtores mundiais de soja, milho, café, suco de laranja e etanol. E os maiores exportadores de carne bovina. A tecnologia da Embrapa e parceiros tropicalizou a produção de soja e levou o grão do Sul para o Nordeste, o Centro-Oeste e até para os Estados do Maranhão, Piauí e Tocantins, a novíssima fronteira agrícola brasileira. Uma reinvenção da agricultura tropical, com formidáveis conquistas em produtividade e conservação de solos.

Hoje, nos 47 centros de pesquisa em todo o Brasil, que contribuíram para esse processo, aparecem sinais de fadiga. Muitos não acompanham o desenvolvimento tecnológico de produtos aos quais estão ligados. A contribuição para as sementes melhoradas caiu vertiginosamente. Cerca de 70% a 80% da soja, 60% do milho e 80% do algodão vêm de programas de melhoramento genético privado. Empresários do meio rural cada vez mais buscam soluções e inovações em outros países. Na outra ponta, a Embrapa parece abandonar seus programas voltados para a pequena agricultura e o combate à miséria no campo.

A omissão da Embrapa no debate do Código Florestal é outro exemplo. Os impactos da implantação das áreas de proteção permanente em beiras de rios deveriam ter sido pesquisados pela empresa nos últimos anos para apresentar respostas técnicas às demandas do Legislativo e da sociedade, antes da votação da matéria. Houve omissão e censura científica. Pesquisadores foram proibidos de se manifestar sobre o tema em nota da direção da Empresa, assunto denunciado publicamente durante a Rio+20.

A falta de transparência da atual gestão é mais um problema. Nos últimos três anos criou-se na Embrapa uma nova estrutura para gestão de projetos internacionais de cooperação, as plataformas Africa-Brazil Marketplace e Latin America-Caribe Marketplace, com recursos do

Banco Mundial, do Fórum para Pesquisa Agrícola na África e da Fundação Bill & Melinda Gates, entre outras instituições. O Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento, que centraliza os programas e projetos da Embrapa, não participa diretamente da coordenação. O montante exato de recursos captados até o momento é desconhecido e não há clareza sobre quem audita tais plataformas.

A crise na direção da empresa, debatida pelo setor agrícola, chegou à mídia com artigos neste jornal (Os problemas da Embrapa, em 22 de março; A Embrapa perdeu o bonde, em 1.º de abril; O bonde da Embrapa, em 17 de abril) e no jornal Valor Econômico (Embrapa perde terreno na pesquisa agrícola, em 21 de março), entre outros, sem que sua diretoria apresentasse um contraponto ou sua visão sobre os problemas levantados.

A Embrapa é uma federação de redes. Suas unidades refletem os diversos elos da agricultura e pecuária brasileira em todos os sentidos: social, econômico e político. A empresa pretende ampliar sua atuação para a África e América Latina e não tem uma atuação estruturada nas mídias sociais. Isso tanto no aspecto da interação e articulação das suas próprias células quanto na sua relação com seu mercado atual, os que pretende conquistar e o público, considerando esse contexto. Esse comportamento em relação às mídias tradicionais e digitais reflete o âmago da crise da empresa: falta de visão estratégica e menosprezo pelas demandas da sociedade.

Acompanho a Embrapa desde o final dos anos 70. Como repórter, estive presente na implantação de alguns de seus novos centros no Nordeste e no Sudeste, tendo sido, por vários anos, membro do Conselho Assessor Externo de uma de suas unidades. A constatação é preocupante: a Embrapa vem perdendo sua visão estratégica e, conseqüentemente, seu protagonismo. Relega a obtenção de patentes e se consola com um papel de coadjuvante no desenvolvimento da agricultura brasileira, com uma pauta voltada para o socioambiental. A grande produção agrícola nacional dependerá exclusivamente da pesquisa privada? Ou, pior ainda, de programas de pesquisa da Embrapa definidos e coordenados do exterior?

Ao longo do recente 11.º Congresso Brasileiro do Agronegócio, promovido pela Abag em São Paulo, ficou evidente a ausência de referências à participação da Embrapa no enfrentamento dos desafios atuais da agricultura, apesar dos discretos, mas incisivos apelos dirigidos à sua diretoria nesse sentido. A Embrapa é um patrimônio do Brasil. A direção da empresa parece sofrer da síndrome do sapo fervido. A água está em ebulição. E o sapo continua ali, parado, sendo fervido lentamente.

Sol, água, terra e... Embrapa! A equação africana também é verdadeira para o Brasil.

---

### **Cisternas no NE apresentam defeito e ficam mais caras. Dimmi Amora – Folha de São Paulo, Poder. 12/08/2012**

*As unidades compradas pelo governo demonstram problemas e o cronograma de instalação está atrasado. Empresa responsável pela instalação em PE é doadora de campanha do filho do ministro da Integração Nacional.*

Cisternas de polietileno compradas pelo governo para a região Nordeste ficaram mais caras, atrasaram, estão dando defeito e a instalação é realizada pela empresa de um doador de campanha do filho do ministro da Integração, Fernando Bezerra.



As cisternas de polietileno são alvo de polêmica na região desde 2011. Até então, o governo contratava ONGs para construir o tanque em alvenaria. Foram erguidas mais de 450 mil com recursos federais em oito anos.

Afirmando que era necessário agilizar a instalação, o Ministério da Integração Nacional comprou 60 mil cisternas de polietileno, uma espécie de plástico resistente.

Quem fez a licitação foi a Codevasf (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco), vinculada à Integração Nacional. Seu presidente à época era Clementino Coelho, irmão de Bezerra.

As entidades que construíram as cisternas de alvenaria protestaram alegando que as de polietileno eram mais caras, pouco resistentes e concentrariam os recursos na mão de grandes empresas.

A licitação para a compra das cisternas teve um único concorrente, a Dalka, subsidiária de uma companhia mexicana. Elas foram vendidas a R\$ 210 milhões em novembro de 2011 e deveriam estar prontas até junho.

Mas, em julho, apenas 32% delas estavam prontas, e 21% haviam sido instaladas. Apesar disso, o governo permitiu um aditivo de R\$ 3 milhões ao contrato, afirmando que era necessário incluir "dispositivo de alívio de água".

Segundo a Codevasf, 134 cisternas instaladas apresentaram defeito. Além delas, o governo ainda precisa comprar uma bomba ao custo médio de R\$ 115 e pagar pelo transporte e instalação.

Os contratos de instalação foram repassados às superintendências regionais da Codevasf. A contratação em Pernambuco ficou a cargo da unidade de Petrolina, cidade em que Bezerra foi prefeito e que seu filho, o deputado federal Fernando Filho (PSB-PE), é candidato ao cargo.

Quatro empresas disputaram um pregão em novembro passado para a instalação e a Engecol venceu, com preço de R\$ 1.249 por unidade para instalar 22.799 cisternas (total de R\$ 28,4 milhões).

O dono da Engecol é Carlos Augusto de Alencar, irmão da presidente da Câmara de Petrolina, Maria Elena de Alencar (PSB), do mesmo partido de Fernando Filho. Desde 2004, ele e suas empresas têm feito doações para as campanhas de Maria Elena e Fernando Filho. No total, foram R\$ 84 mil.

A Codevasf defendeu o uso das cisternas de polietileno dizendo que elas já foram testadas em outros países com sucesso. O órgão diz que é "uma tecnologia limpa e ecológica" e que o custo de instalação e montagem é compatível "com os benefícios auferidos". Sobre o aditivo, afirmou que "detectou-se a necessidade de realizar uma melhoria técnica" para aproveitar o excedente de água.

Segundo o órgão, a administração central fez só uma preparação geral da licitação das superintendências e houve concorrência por pregão eletrônico. O dono da Engecol, Carlos Augusto de Alencar, e a assessoria de Fernando Filho afirmaram que eles não tiveram interferência.

---

## **Ministro da Agricultura e Presidente da Conab firmam acordo de gestão. Antônio Marcos da Costa – Site da CONAB. 13/08/2012**

Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho e o Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento, Rubens Rodrigues dos Santos assinaram hoje (13), pela manhã, um acordo de gestão entre ambas as instituições. O objetivo é intensificar a promoção de melhorias na execução das políticas agrícolas do governo federal. A assinatura do acordo foi feita durante o evento "Governança Corporativa: planejamento, metas e riscos", que acontece nos dias 13, 14 e 15 de agosto, no Mercure Brasília Eixo Hotel.

Durante a assinatura do documento, Mendes Ribeiro destacou a importância que a Conab tem para o cenário agrícola nacional e internacional. "A Conab é fundamental para o sucesso da agricultura brasileira, onde o agronegócio vive um momento ímpar em nossa história", disse. Já Rodrigues ressaltou a necessidade de se manter sempre alinhadas as metas e diretrizes do planejamento estratégico da Companhia.

O encontro reúne, ao longo dos três dias, superintendentes e gerentes das regionais e da matriz. Eles estão reunidos com os Diretores e Presidente da Companhia para uma série de atividades, como palestras, oficinas, dinâmicas de grupo e debates.

---

## **General Brands garante oferta de fruta. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico. 13/08/2012**

Há três anos, o maracujá foi motivo de dor de cabeça para Isael Pinto. À frente da General Brands (GB), uma das principais indústrias processadoras de suco de São Paulo, o empresário sofreu com uma praga que devastou as lavouras, restringiu a oferta e triplicou os preços da fruta. No ano seguinte, Isael viu o problema se repetir, desta vez com as quebras de safra de laranja e uva.

Às voltas com a escassez de matéria-prima, o executivo anunciou, no mês passado, um acordo para garantir grande parte das frutas necessárias para a produção dos sucos da GB. Em parceria com o governo do Estado do Rio Grande do Norte e 10 mil assentados do município de Mossoró (*ver mapa*), a empresa vai orientar o plantio e comprar as frutas produzidas pelos agricultores dos assentamentos El Dourado de Carajás I e II, em uma área total de 12 mil hectares.

Ao todo, os agricultores potiguares devem produzir 238 mil toneladas de frutas por ano, entre abacaxi, acerola, goiaba, manga e maracujá. O projeto inclui, ainda, a produção de 40 mil litros de água de coco por ano. "Os assentados vão plantar o que nós pedirmos", conta Isael Pinto, presidente da General Brands.

Além de garantir uma parcela importante da matéria-prima, a região de Mossoró também concentrará o processamento das frutas, transformando-as em polpa. A industrialização acontecerá graças à fusão da General Brands com a fábrica da Nutrimarcas, localizada em um fazenda nos arredores do assentamento. "Em dois anos, 50% da nossa demanda virá dos agricultores daqui", conta José Domingues, fundador da Nutrimarcas e agora sócio da GB.

A empresa se valerá de uma importante vantagem da região: os 12 mil hectares do assentamento são irrigados. Por concentrar a maior área de petróleo terrestre do país, Mossoró conta com centenas de poços artesianos, perfurados pela Petrobras em busca do combustível fóssil.



Outro ponto fundamental do projeto é sua natureza ambiental. Toda a produção de frutas será orgânica. Antes de se tornarem assentamentos, El Dourado de Carajás I e II integravam uma única propriedade, que faliu há mais de dez anos, lembra Talita Domingues, coordenadora do projeto da GB. "As terras da região estão paradas há oito anos, sem nenhum resíduo de agrotóxico", explica Talita.

Nos planos da General Brands, a produção de coco ganhará destaque. Com um faturamento de R\$ 200 milhões no ano passado, a empresa sediada em Guarulhos (SP) acaba de ingressar no mercado de água de coco. Da área total do assentamento, 5 mil hectares serão ocupados com coqueiros. A estimativa é que essas árvores produzam 97,5 milhões de cocos por ano, ou 40 mil litros da bebida. A primeira colheita deve acontecer dois anos após o plantio, segundo a coordenadora do projeto.

Outros dois mil hectares serão utilizados para a produção de abacaxi, com uma estimativa de colheita anual de 78 mil toneladas, um ano após o plantio. A área plantada com goiabeira também será de dois mil hectares. Com prazo de maturação de dois anos, a região produzirá 60 mil toneladas de goiaba por ano.

Emblemático, o maracujá ficará com 1 mil hectare, que serão capazes de produzir 30 mil toneladas por ano. "Em 2009, o preço do maracujá triplicou e bateu R\$ 6 mil a tonelada. Agora, praticamente resolvemos o problema", diz Israel. Além da fruta, a região também terá 1 mil hectare plantado com acerola e manga.

Com os detalhes já definidos, o plantio deve levar oito meses para começar, segundo Talita. "Estamos fazendo o levantamento dos assentados. Agora, eles vão entrar com pedido junto ao governo, que vai disponibilizar os recursos para o plantio", conta.

Com três fábricas no país, a General Brands produz cerca de 44 milhões de litros de néctares por mês. Curiosamente, os sabores mais vendidos - laranja, uva, pêssego e morango - não poderão ser plantados em Mossoró, pelas condições da região. A laranja continuará sendo comprada de São Paulo, maior produtor mundial da fruta. De clima temperado, a uva é adquirida do Rio Grande do Sul, maior Estado produtor do país. Já o pêssego é importado da Argentina.

**Exportações crescem 38% em sete meses – Site da CNA. 14/08/2012**

As exportações matogrossenses contabilizaram alta de 38% entre janeiro a julho deste ano na comparação com o mesmo período de 2011. A receita com os negócios avançou de US\$ 6 milhões para US\$ 8,2 milhões, enquanto o volume embarcado cresceu de 11,7 mil toneladas para 15,1 mil toneladas. Os dados são do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic).

Complexo de soja, carne bovina e complexo milho apresentaram maior representatividade na relação dos itens direcionados ao mercado internacional.

Analista de conjuntura econômica do Instituto Matogrossense de Economia Agropecuária (Imea), Gemelli Lyra lembra que a composição do ranking encerrou o sétimo mês de 2012 com mudanças.

Isto porque o milho assumiu o lugar do algodão e tornou-se o terceiro produto mais exportado pelo estado. Nos últimos dois meses o posto era ocupado pelo algodão. Juntos, os quatro produtos, mais a carne de aves, representam 97% do valor das exportações do estado.

O milho conseguiu subir uma posição, apesar de reduzir sua participação de 9% para 5% no acumulado do ano, lembra a analista.

"Em julho exportamos muito milho, ou 55% do total vendido neste ano. Esperávamos uma mudança no ranking, só não o algodão e o milho trocaram de lugar", avaliou a analista do Imea.

Em sete meses, os embarques do cereal para o exterior acumularam queda de 26% em receita e 27% em volume na comparação com o mesmo período de 2011, de acordo com o Mdic. Enquanto isso, para o algodão a alta correspondeu em 588% e 508%, respectivamente.

A tendência, lembra Gemelli Lyra, é que nos próximos meses o algodão volte a conquistar sua "cadeira" na lista dos itens mais vendidos, com a maior oferta de produto a partir da colheita no estado.

"O volume de algodão será maior porque estamos colhendo", lembrou a especialista.

De acordo com o Instituto Matogrossense de Economia Agropecuária, a colheita da safra de algodão alcançou 71% da área de 722.568 hectares até o último dia 10 de agosto.

Já a colheita dos 2,5 milhões de hectares de milho segunda safra praticamente encerrou.

## **País**

A maior parcela dos produtos embarcados em sete meses destinou-se para a China. O país é o principal comprador dos itens de Mato Grosso e no acumulado do ano elevou seu share de 39% para 44%. De US\$ 8,2 bilhões negociados pelo estado, US\$ 3,6 bilhões foram para a China.

A Holanda - cuja participação reduziu de 10% para 8% - configurou-se como o segundo destino para as exportações do estado. O país absorveu US\$ 703,8 milhões em diferentes produtos. Já a Espanha e Tailândia, US\$ 439,1 milhões e US\$ 406,6 milhões, consecutivamente.

---

## **Conab ajuda países africanos – Site da CONAB. 14/08/2012**

Na última semana, a Conab realizou uma doação de 7,5 mil toneladas de arroz industrializado a granel com destino à África para ajuda humanitária internacional. A ação atende ao disposto na Lei Federal nº 12.429 de 20 de junho de 2011.

O navio MV Leopardo partiu do porto do Rio Grande do Sul com destinos aos países que passam por situações de calamidade. Dentre os países beneficiados estão a Nigéria (3,9 mil t), Senegal (2,1 mil t) e Gâmbia (1,5 mil t).

---

## **Pedro Arraes é reconduzido ao cargo de presidente da Embrapa. Marcos Esteves – Site do MAPA. 16/08/2012**

*Entre as prioridades para a nova gestão está a consolidação de processos que permitam à Embrapa responder com mais eficiência as demandas*

Foi publicado no Diário Oficial da União desta quinta-feira, 16 de agosto, a recondução de Pedro Antonio Arraes Pereira ao cargo de presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). O pesquisador, que está à frente da Embrapa desde 7 de julho de 2009, foi responsável por ações como o Programa Agropensa, que reestruturou a inteligência estratégica da Empresa por meio da criação de um núcleo de pesquisadores.

Outra realização importante durante a sua gestão foi a publicação do novo estatuto da Embrapa, que autoriza a atuação e operacionalização da Empresa no exterior. A mudança trouxe mais agilidade aos trabalhos realizados fora do território nacional, principalmente na área científica, além das atividades de cooperação técnica apoiadas pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e de negócios.

Nesta nova gestão o presidente pretende consolidar processos que permitam que à Embrapa responda com mais eficiência e agilidade as demandas da sociedade. Entre planos para o novo período está a realização de uma análise de longo prazo sobre a agricultura brasileira e o papel que a Embrapa irá desempenhar no futuro. A proposta, nomeada “40 + 20”, é uma alusão ao quadragésimo aniversário de fundação da Embrapa, celebrado em 2013.

---

## **Dilma põe setor privado no centro dos grandes projetos. Daniel Rittner, André Borges, Rafael Bitencourt e Cristiano Romero – Valor Econômico. 16/08/2012**

O pacote de investimentos em infraestrutura anunciado pela presidente Dilma Rousseff quebra um paradigma dos governos do PT: de agora em diante, o investimento em rodovias e ferrovias será liderado pelo setor privado e não pelo Estado. O pacote de concessões prevê investimentos privados de R\$ 133 bilhões nos próximos 25 anos, dos quais praticamente R\$ 80 bilhões serão desembolsados nos próximos cinco anos. Ele transfere à iniciativa privada 7,5 mil quilômetros de rodovias, com novas regras para o início da cobrança de pedágio, e a construção ou modernização de 10 mil km de linhas ferroviárias - a malha tem hoje 28 mil km.

A reformulação geral que o governo fará no setor ferroviário terá impacto direto nas atuais concessionárias. Nas ferrovias que serão construídas pelas empresas passará a vigorar o modelo de "acesso aberto", que rompe com a regra de exclusividade na operação. Por meio da Valec, a nova malha poderá ser usada por diversas empresas interessadas em transportar cargas, eliminando o monopólio sobre as linhas.

Nas concessões rodoviárias, as empresas que assumirem a administração das estradas só poderão iniciar a cobrança de pedágio quando 10% das obras tiverem sido executadas. Da malha total que será leiloadada, 5,7 mil km requerem investimentos em duplicação de pistas, como os trechos da BR-101 entre Porto Seguro e Salvador (BA), da BR-050 entre Cristalina (GO) e Uberlândia (MG) e quase todo o caminho entre Anápolis (GO) e Palmas (TO) pela BR-153. O tráfego nessas rodovias é preponderantemente de cargas.

No pacote anunciado ontem, foi recriada a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes, o antigo Geipot, liquidado em 2002, agora com o nome de Empresa de Planejamento e Logística. A medida é fruto da constatação de que não há projetos factíveis, bem feitos e que tenham uma visão ampla de logística, uma das razões para o enorme atraso nos investimentos públicos.

Durante o anúncio das medidas, a presidente Dilma deu o tom do pragmatismo que começa a moldar as decisões oficiais. "Nosso propósito com esse programa e os que anunciaremos na sequência para aeroportos e para portos é nos unirmos aos concessionários para obter o melhor que a iniciativa privada pode oferecer em eficiência e o melhor que o Estado pode e deve oferecer em planejamento e gestão de recursos públicos", disse Dilma. "Investimento é palavra-chave hoje".

---

### **Para governadores, burocracia do BNDES e órgãos de controle travam investimentos. Edna Simão e João Villaverde – Valor Econômico. 17/08/2012**

No anúncio, ontem, da maior ampliação do limite de endividamento dos Estados permitida até hoje, os governadores reclamaram da burocracia do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na liberação de recursos e de técnicos de tribunais de controle na fiscalização dos empreendimentos das Parcerias Público-Privada (PPPs).

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, autorizou o aumento do endividamento em R\$ 42,2 bilhões para 17 Estados - o restante será atendido nos próximos dias. O volume total do Programa de Ajuste Fiscal (PAF) 2012 deve atingir R\$ 45 bilhões, como antecipou o **Valor**. O maior beneficiado do anúncio, ontem, foi o Estado de São Paulo, que teve seu teto de endividamento ampliado em R\$ 11,959 bilhões - montante superior aos R\$ 10 bilhões divulgados há 15 dias pelo ministro.

Também foram contemplados os Estados do Acre (R\$ 1,195 bilhão), Alagoas (R\$ 710 milhões), Amazonas (R\$ 1,409 bilhão), Bahia (R\$ 5,662 bilhões), Ceará (R\$ 1,726 bilhão), Espírito Santo (R\$ 4,621 bilhões), Maranhão (R\$ 1,637 bilhão), Mato Grosso do Sul (R\$ 959 milhões), Mato Grosso (R\$ 1,201 bilhão), Pará (R\$ 986 milhões), Paraíba (R\$ 929 milhões), Pernambuco (R\$ 3,306 bilhões), Rondônia (R\$ 311 milhões), Roraima (R\$ 498 milhões), Santa Catarina (R\$ 3,679 bilhões) e Sergipe (R\$ 1,435 bilhão). A ampliação dos limites é mais uma medida adotada pelo governo para minimizar os efeitos da crise internacional. Nos últimos três anos,

considerando o anúncio de ontem, os governos estaduais tiveram autorização para pegar empréstimos até o teto de R\$ 120 bilhões. Isso garantirá, segundo o ministro, que o país cresça a uma taxa em torno de 5% nos próximos anos.

Com o PAF 2012, a área econômica permite o acesso dos Estados às linhas de crédito para investimento em infraestrutura, como a criada pelo BNDES, o Proinveste, que conta com R\$ 20 bilhões. Mas os Estados temem que a burocracia impeça um acesso rápido ao dinheiro. Eles querem usar o recurso para bancar despesas contraídas desde janeiro. Isso daria um alívio de caixa devido à diminuição da arrecadação do ICMS e dos repasses do Fundo de Participações dos Estados (FPE), formado principalmente com recursos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), utilizado pelo governo federal em políticas de desoneração. Mantega esclareceu que os recursos do Proinveste podem ser utilizados para pagamentos de despesas retroativas a seis meses do momento em que o contrato entre o Estado e o BNDES é firmado. A sua expectativa é de que a primeira parcela seja liberada em novembro. Até ontem, apenas Santa Catarina havia fechado contrato, no valor de R\$ 512,5 milhões.

Mas os pedidos dos governadores não se restringiram ao BNDES. O governador da Bahia, Jaques Wagner (PT), solicitou auxílio do ministério na relação com órgãos de controle, como os tribunais de contas estaduais, nas despesas com obras inscritas como PPPs. "Os órgãos de controle continuam encarando a PPP como obra pública, e, assim, exigem a formação de preços unitários para vários produtos utilizados nas obras, gerando constrangimentos para empresas e governo. É uma verdadeira corrida de obstáculos fazer uma obra por PPP no Brasil", disse Wagner.

O governador da Paraíba, Ricardo Coutinho (PSB), por outro lado, pediu parcela adicional do FPE, como aconteceu em 2008, para compensar perda de receita. A mudança do índice de correção e dos juros fixos que incidem na dívida dos Estados passou ao largo. "No momento, a prioridade do governo é adotar medidas para minimizar os efeitos da crise", ressaltou o governador de Sergipe, Marcelo Déda (PT).

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), disse que o Executivo precisa discutir o assunto para não punir Estados e municípios. Atualmente, a dívida dos Estados com o governo federal é corrigida pelo IGP-DI mais juros, que são de 6%, 7,5% ou 9%. No caso de São Paulo, além do IGP-DI, o juro pago é de 6%. Para Alckmin, o caminho para resolver esta distorção é trocar o indexador para o IPCA ou pela taxa básica de juros (Selic).

---

### **Os benefícios do consenso. Kátia Abreu – Folha de São Paulo. 18/08/2012**

*No Brasil, temos vivido uma continuidade que alimenta uma ampla zona de consenso na sociedade*

Sociedades muito divididas por visões ideológicas conflitantes paralisam seus governos e impedem que façam as escolhas necessárias. O exemplo que vem logo à mente é o dos Estados Unidos, onde graves problemas da economia e do Estado deixam de ser enfrentados porque as instituições políticas vivem um estado de impasse permanente.

Uma experiência oposta vem sendo vivida, às vezes sofridamente, pelo Brasil após a Constituição de 1988.

Repito o que ouvi do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso: "O Brasil que temos hoje, e do qual temos justo orgulho, é o resultado de uma sequência virtuosa de eventos na política e na economia, que começa pela nova Constituição, passa pela abertura da economia, promovida no governo Collor, segue pela derrota da inflação e a reforma do Estado realizadas no meu governo, e avança com as políticas sociais de inclusão do governo Lula".

Concordo com o ex-presidente. Essa tem sido a nossa vantagem. Muito diferente do que ocorre na maior parte de nosso continente, onde ou se tem a obsessão da continuidade, que suprime a alternância enriquecedora, ou então a alternância conflituosa, que se esgota em destruir ou desqualificar o que passou. No Brasil, temos vivido, apesar das retóricas diferenciadas, uma continuidade substantiva que alimenta, por sua vez, uma ampla zona de consenso na sociedade.

O anúncio nesta semana do grande programa de concessões ao setor privado de rodovias e ferrovias, aos quais se seguirão novas concessões ou parcerias em portos, em hidrovias e em aeroportos, acrescenta um novo elo virtuoso nessa sequência de fatos.

Ao ser aplaudida pela quase unanimidade da opinião pública, dos partidos políticos e da imprensa, a ação do governo é uma demonstração de que, apesar de sermos uma sociedade diversificada e plural, somos capazes de concordar no fundamental e de sermos racionais. No mundo moderno, os governos não podem funcionar se lhes falta essa dose de acordo social.

O programa de concessões de infraestrutura é fruto de uma visão integrada dos diversos sistemas logísticos e cobre as necessidades essenciais da nossa produção econômica, unindo praticamente todas as regiões do país, similar às iniciativas pioneiras do governo Juscelino Kubitschek.

As áreas de produção do interior do Brasil serão ligadas por ferrovia a todo o sistema portuário, do Sul ao Nordeste e ao Norte, criando amplo leque de opções que vão reduzir os custos de transportar e embarcar mercadorias.

Além disso, uma rede de rodovias modernas servirá para integrar mais ainda todo o território nacional, encurtando distâncias, favorecendo os contatos e ampliando mercados.

Do ponto de vista dos produtores rurais brasileiros, esse programa é um divisor de águas.

Até aqui, o produtor abriu novas fronteiras, produzindo antes que chegasse a logística e pagando sozinho o preço da sua coragem. Os produtores vão ganhar em competitividade e, com eles, a economia brasileira.

Ao escolher o caminho da concessão à iniciativa privada, a presidente Dilma mostrou que seu objetivo é resolver problemas. A capacidade fiscal do Estado brasileiro e de quase todos os Estados modernos está ficando cada vez mais reduzida.

Não se pode mais aumentar impostos e não se pode, igualmente, negligenciar os deveres sociais do Estado com a educação, a saúde e o combate à pobreza.

Persistir na ficção de que o governo pode fazer tudo o que é necessário é escolher o atraso e a pobreza e depois a inflação e a ruína do próprio Estado. A Europa está bem aí para nos lembrar.

A sociedade brasileira precisa persistir nesse caminho. Os governos são sempre muito pressionados para servir aos interesses de corporações, grupos ou minorias. A história de sua resistência em favor do interesse de todos nem sempre fica visível à opinião pública.



No Brasil, os governantes são sempre deixados em grande solidão quando se empenham em modernizar o Estado e em romper com os privilégios. Que desta vez isso não se repita, é o meu desejo.

---

**Não desperdicem a chance da seca. Charles Fishman – O Estado de São Paulo.  
19/08/2012**

*Assim como o choque do petróleo nos anos 70, a atual falta d'água nos EUA abre caminho para uma série de inovações no consumo consciente*

Os Estados Unidos estão experimentando a pior seca desde os anos 50 e a estão desperdiçando. A seca devastou as safras de milho e afetou o comércio no Rio Mississippi. Mas, por outro lado, representa uma oportunidade para procurar sanar os problemas da água há tanto tempo ignorados, e repensar como administramos, usamos e até mesmo refletimos a respeito da água.

Há dezenas de anos, os americanos tratam a seca da mesma maneira. As autoridades pedem à população que reduza a quantidade de água ao regar o gramado e ao lavar o carro, que use lavadoras de pratos e máquinas de lavar roupa com carga total e feche a torneira enquanto escova os dentes. Quando começa a chover, voltamos aos nossos velhos e péssimos hábitos no uso da água.

Mas assim como a crise do petróleo dos anos 70 favoreceu vários avanços em termos de economia de combustíveis, também a seca de 2012 deverá inspirar algumas iniciativas para os americanos reduzirem o consumo da água.

O sistema de abastecimento de água dos EUA é uma bagunça, tanto nas grandes cidades quanto nas comunidades rurais, tanto de produtores rurais quanto de fábricas. Para citar um exemplo, as empresas de fornecimento de água preocupam-se em encontrar água, tratá-la e bombeá-la nas redes de distribuição, mas antes que ela chegue a cada casa ou empresa, encanamentos mal conservados fazem com que 16% dela - cerca de um galão (4 litros aproximadamente) em cada seis - volte para a terra. Portanto, em plena seca, nossas empresas públicas perdem a cada seis dias uma quantidade de água suficiente para abastecer a nação por um dia. Você pode tomar um banho mais rápido, mas isso não compensará o desperdício.

A boa notícia é que há uma série de medidas que, em seu conjunto, podem mudar de maneira gradativa, mas permanente, a maneira como usamos a água e a valorizamos. Algumas delas podem até mesmo ser tomadas a partir de agora.

Inovação. O americano médio usa 376 litros de água diários em casa. No verão, a metade dessa água destina-se ao gramado, bem mais que o necessário.

Não há nenhum motivo para que seja regado no meio do dia - quando o sol rouba tanta água - ou mesmo todos os dias. As restrições à rega dos gramados impostas nas cidades no início da seca deveriam se tornar permanentes, como Las Vegas e Fresno, na Califórnia, já fizeram.

As instalações dos canos devem ser mais cuidadosas, e mais divertidas.

Por que não posso comprar um vaso sanitário que informe quanta água usou durante o dia, mês e ano? Por que não posso comprar uma torneira que me diga quanta água minha filha usou no banho? Se tivéssemos ideia de quanto usamos, certamente fecharíamos a torneira.

As normas da construção deveriam ser atualizadas e exigir uma nova geração de edifícios que usassem menos água, desde nas toaletes até nas instalações de ar condicionado. As normas de zoneamento deveriam ser alteradas de forma a exigir que todas as novas construções recolhessem a água da chuva que cai sobre a terra e os telhados. A água da chuva pode ser armazenada e ser usada ou devolvida à terra. Se uma cidade dotada de um sistema de gestão de água primitivo, como Nova Délhi, pode exigir que esta água seja coletada, nós também podemos.

As 55 mil empresas públicas de tratamento e distribuição de água dos EUA precisam modificar as faturas da água incompreensíveis com gráficos no estilo do iPad que mostrem claramente quantos litros cada cliente gastou no mês, em comparação com o mês passado, e ao mesmo mês do ano passado; e em comparação ao gasto médio das famílias do bairro.

Os americanos são naturalmente competitivos: os clientes que souberem quanta água consomem, em comparação com os vizinhos, reduzirão sua quantidade. Os campos de golfe são enormes e frequentemente descuidados usuários de água. Nos últimos dez anos, Las Vegas restringiu rigorosamente a quantidade de água que seus campos de golfe podiam usar. E se o aspecto dos gramados mudou, o golfe não mudou. Outras cidades deveriam seguir o exemplo de Las Vegas.

Também precisamos repensar onde plantamos nossas culturas. Os produtores de arroz no Texas gritaram quando foram obrigados a cortar a água da irrigação. Cultura do arroz? No Texas? Com base nos padrões e nas projeções de precipitação atmosférica, precisamos ser brutalmente realistas quanto ao tipo de cultura que podemos plantar e onde.

Consertar os vazamentos de todas as instalações de água deveria ser uma prioridade de toda empresa urbana de tratamento e distribuição de água. Em geral, há milhares de vazamentos na rede municipal, mas a nova tecnologia digital poderá ajudar essas empresas a identificar os mais graves. O Congresso deveria aprovar a criação de um banco para a infraestrutura que concederia às prefeituras empréstimos a juros baixos destinados a financiar a capitalização para a gestão do sistema de água.

Finalmente, devemos vencer nossa aversão à água reciclada. A água servida pode ser depurada ao máximo, e, na maioria das comunidades, a água que elas já usaram procedente de seus encanamentos - águas pluviais, água usada - é a fonte mais fácil e mais barata de "nova" água. San Antonio recicla quase toda a sua água, mas é uma exceção - nos EUA, apenas 7% da água é de reúso. A reciclagem da água deveria ser rotineira, assim como todos os outros tipos de reciclagem.

O sofrimento provocado por essa seca, um desastre em câmara lenta, é absolutamente real. A seca pode levar à paralisia e ao pessimismo - ou pode nos inspirar a mudarmos fundamentalmente a maneira de usar a água.

A água não é sensível às nossas ilusões. Se assim fosse, as orações e as danças para fazer chover seriam suficientes para atender às nossas necessidades.

---

## **Movimentos do campo se unem por novo projeto de agricultura. Vinicius Mansur – Carta Maior. 20/08/2012**

Pequenos agricultores, trabalhadores rurais com ou sem terra, indígenas, quilombolas e outros segmentos do campo reeditam encontro unitário após 51 anos. O objetivo é construir um projeto de reorganização da agricultura brasileira. Luta pela reforma agrária é o principal fator de unidade neste momento, diz William Clementino, dirigente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). "Nenhuma política de combate à pobreza terá êxito sem a reforma agrária", defendeu .

Brasília - Após 51 anos do I Congresso Camponês, realizado em Belo Horizonte (MG), em 1961, os movimentos sociais e sindicais do meio rural brasileiro voltaram a se unir em evento semelhante: o Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas, iniciado nesta segunda-feira (20), em Brasília.

A aliança entre as 13 organizações que gestaram o encontro já vinha sendo construída desde o início deste ano, conforme noticiou Carta Maior, e de acordo com o dirigente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), William Clementino, é a luta pela reforma agrária o principal fator de unidade neste momento. "A reforma agrária na lei ou na marra, com flores ou com sangue, ela vai ter que acontecer, porque ela é um princípio que supera a pobreza e a miséria", disse, lembrando a célebre frase de Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas, durante o congresso de 1961. Clementino lembrou que 7 milhões das 11 milhões de famílias que recebem o Bolsa Família estão no campo e, portanto, nenhuma política de combate à pobreza terá êxito sem a reforma agrária.

O representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), João Pedro Stedile, afirmou que nestes dois anos de governo de Dilma Rousseff (PT) não houve um decreto sequer de desapropriação de terras para a reforma agrária. Segundo Stedile, o encontro simboliza uma aliança que já vem sendo construída com o objetivo de criar forças para mudar o atual "grande objetivo" da agricultura brasileira: "Hoje ela é refém de um único objetivo: dar lucro pras multinacionais, por isso está entupindo as terras de soja, etanol e boi para exportar. O que nós queremos: que a agricultura brasileira seja organizada para produzir alimentos saudáveis, sem agrotóxico, para a população brasileira".

O líder do MST ainda destacou que desde a crise econômica internacional de 2008, o capital estrangeiro aumentou sua presença no campo brasileiro, comprando terras, usinas, licenças de mineração e hidrelétricas, agredindo áreas de pesca artesanal, multiplicando o uso de agrotóxicos e forçando mudanças na legislação indígena. "50% do etanol pertence a três empresas: Bunge, Cargil e a Shell. Vai sobrar à sociedade brasileira um enorme passivo ambiental e outro passivo, porque não é uma agricultura que incorpora os trabalhadores", criticou.

Elisângela Araújo, da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf), ressaltou que houve alguns avanços importantes nos últimos anos, mas ainda muito aquém da importância do setor. "O governo precisa investir em um novo modelo, não só o plano Safra, mas medidas estruturantes para os próximos 10 ou 20 anos (...) Temos que pensar na juventude, na sucessão das propriedades. Não dá pra ter uma agricultura familiar com mais de 70%, mas sem assistência técnica, pesquisa e tecnologia", exemplificou.

Durante a coletiva de imprensa concedida pelos dirigentes, foi destacado que a política de financiamento da agricultura via planos Safra, além de privilegiar o agronegócio, que recebeu cerca de R\$ 120 bilhões este ano, contra R\$ 15 bilhões para agricultura familiar, vem se mostrando ineficaz para pequenos agricultores, uma vez que, das 4 milhões famílias brasileiras enquadradas neste setor, apenas 1 milhão tem recorrido aos créditos.

Os representantes da Associação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Otoniel Guarani Kaiowá, e da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), Denildo Rodrigues, criticaram a pressão feita pelo Estado em suas terras. “O próprio estado que tem o papel de defender é quem age como violador”, disse Rodrigues, citando como exemplo as invasões do Quilombo dos Macacos, na Bahia, pela Marinha, e do Quilombo de Alcântara, no Maranhão, pela Aeronáutica.

Já Otoniel criticou a violação sistemática do direito de consulta dos povos indígenas e revelou que o governo, durante a Rio+20, disse que não abrirá mão dos projetos de infraestrutura ferroviária e energética que atravessam suas terras.

Também sobraram críticas à imprensa. Questionados sobre a repressão aos movimentos do campo, João Pedro Stedile apontou que a violência física ainda acontece em muitas regiões do Brasil, apesar dos números terem diminuído com a democratização da sociedade brasileira, mas chamou atenção dos jornalistas para outro tipo de repressão. “Agora nós enfrentamos os padrões de vocês, que é o processo de criminalização que há na televisão, na imprensa. Vocês sabem melhor do que nós - só que não podem dizer senão perdem o emprego - que a imprensa brasileira é o verdadeiro partido ideológico da burguesia e eles nos últimos anos tem adotado uma linha de criminalizar a luta social”, disparou.

#### O encontro

Além de participarem dos espaços internos para formulação de um programa para agricultura brasileira, os militantes presentes ao encontro sairão às ruas na quarta-feira em uma marcha pela Esplanada dos Ministérios. Entretanto, nenhuma negociação com o governo será buscada ou aceita. De acordo com os organizadores, o encontro destina-se à construção de unidade entre os movimentos e à busca de diálogo com a sociedade. “ Nós já conversamos com o Estado brasileiro. Dissemos quando fizemos todas as nossas jornadas de luta, de todos os movimentos, no primeiro semestre. Que o governo nos respondesse. Não vai ser hoje ou em agendas pontuais, com proposições pontuais, que o governo vai responder”, disse Clementino, da Contag.

O Encontro Unitário reúne sete mil pessoas em Brasília até quarta-feira (22). Além de Contag, MST, Fetraf, Apib e Conaq, também promovem o encontro a Cáritas Brasileira, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento Camponês Popular (MCP), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (Sinpaf).

---

**EUA terão mais seca nas próximas décadas - The Washington Post - O Estado de S.Paulo. 20/08/2012**

Estudo aponta que uma das principais consequências das mudanças climáticas nos Estados Unidos é o aumento de secas intensas

Os Estados Unidos sofrerão uma série de secas severas nas próximas duas décadas, segundo estudo publicado na revista especializada Nature Climate Change. Além disso, o aquecimento global terá papel cada vez mais importante na abundância e severidade das secas, afirma a pesquisa.

Essas descobertas reforçam conclusões de modelos climáticos usados por pesquisadores de todo o mundo que previram secas mais generalizadas e severas nas próximas décadas. Esses modelos vinham sendo questionados porque não refletiam completamente padrões de secas reais quando eram comparados com as condições do passado.

No entanto, usando um método estatístico com dados sobre temperaturas da superfície do mar, Aiguo Dai, um pesquisador do clima no National Center of Atmospheric Research, centro de pesquisa financiado pelo governo americano, revelou que o modelo retratava com precisão eventos climáticos históricos.

"Agora podemos ficar mais confiantes que os modelos estão corretos", disse Dai. "Mas, infelizmente, as previsões são assustadoras", afirma.

### **Ocorrência**

Embora os modelos existentes não possam prever a severidade de uma seca num dado ano, eles podem avaliar a sua probabilidade.

Enquanto as variações na temperatura do mar influenciam principalmente na precipitação, o aquecimento global deve trazer secas pelo aumento da evaporação terrestre.

Além disso, Dai prevê mais estiagem na América do Sul, sul da Europa e África.

"A similaridade entre as secas observadas e as projeções de modelos climáticos é espantosa", disse Peter Cox, um professor de dinâmica do sistema climático na Universidade de Exeter, na Grã-Bretanha. Ele disse que também concorda que os modelos mais recentes sugerem o crescimento de secas consistente com as mudanças climáticas causadas pelo homem. /Tradução de Celso Paciornik

---

### **FETRAF-BRASIL no Encontro Unitário dos Trabalhadores. Fernanda Silva – Site da FETRAF. 20/08/2012**

Cerca de cinco mil pessoas participam do Encontro Unitário dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Campo e das Florestas que ocorre na capital federal nesta segunda-feira (20), até a quarta (22).

Com a realização de seminários e oficinas temáticas sobre agroecologia, sustentabilidade e organização social e produtiva da agricultura familiar e camponesa, educação no campo e políticas, juventude, soberania energética, reforma agrária, direito e acesso à terra e à água, os participantes terminarão a atividade com uma marcha rumo à Esplanada dos Ministérios que deverá reunir mais de 10 mil trabalhadores (as).

Durante a coletiva de imprensa, que aconteceu minutos antes da abertura oficial do Encontro às 12h30, Elisângela Araújo, coordenadora Geral da FETRAF-BRASIL, falou sobre a concepção de desenvolvimento para a entidade e como ela deve ser pensada na lógica do governo.

“Na nossa concepção o desenvolvimento é um conjunto de políticas que tenham o olhar para a diversidade desse país. Que pense as regiões de forma que as políticas não sejam apenas assistencialistas, mas que levem em conta o potencial produtivo, o acesso à terra, a reforma agrária, políticas agrícolas, de crédito e, para a juventude”, disse a coordenadora.

De acordo com Elisângela, a agricultura familiar e camponesa já mostrou seu potencial produtivo, e vem mostrando cada vez mais a necessidade de produzir alimentos saudáveis. Mas para isso, é preciso um conjunto de investimentos que possibilitem além da condição de produzir.

Para a FETRAF-BRASIL, a implantação de um modelo de desenvolvimento sustentável passa pela erradicação da miséria e da exclusão social, com o fortalecimento da agricultura familiar, efetivação da reforma agrária, desenvolvimento de práticas agroecológicas de produção, políticas públicas para fixação da juventude e educação específica para os moradores do campo.

João Pedro Stedile, coordenador do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) afirmou que o centro do novo modelo de produção é a utilização de recursos naturais voltado exclusivamente para a produção de alimentos.

“Para que não precisemos importar feijão preto da China e toneladas de fertilizantes”, exemplificou. Até abril deste ano, 44% das 78,2 mil toneladas de feijão-preto importado pelo País vieram da China.

#### Unidade dos movimentos

Os movimentos sociais do campo, da floresta têm lutado unitariamente para ampliar as conquistas dos direitos no que se refere à melhores condições de produção, proteção do meio ambiente. “A organização que realiza o Encontro tem feito o Brasil pensar. Ela representa efetivamente o recorte das políticas públicas que queremos”, disse Wilian Cemetino, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

A meta do Brasil em combater à miséria e à fome depende das condições e da capacidade da agricultura familiar em ofertar os alimentos. Mas a população responsável por 70% dos alimentos consumidos no país concentra o mais alto nível de pobreza.

Segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo 2010, dos 29,83 milhões de brasileiros que moram no campo, quase um em cada quatro vivem em extrema pobreza (25,5%).

Para Clemente, isso caracteriza o Brasil como uma contradição. “Ele [o Brasil] expropria a população da beira dos rios e condena a pobreza”.

Com representações dos povos indígenas, Otoniel Ricardo Guarani, líder da etnia guarani-kaiowá de Caarapó e dos quilombos, Denildo Rodrigues, da Coordenação Nacional de Articulação de Comunidade Negras Rurais Quilombolas (CONAQ BRASIL), também participaram da coletiva.

---

## **Mapa cria GT para aperfeiçoar Centro de Inteligência Agropecuária. Mônica Bidese – Site do MAPA. 20/08/2012**

*Relatório final será apresentado em 90 dias, contados a partir de 03 de setembro de 2012*

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) publicou a Portaria nº 769 instituindo o Grupo de Trabalho (GT) que vai propor a estruturação do Centro de Inteligência e de Formação em Defesa Agropecuária. O objetivo da medida é o aperfeiçoamento e a modernização dos processos da defesa agropecuária em todo o território nacional. A publicação está no Diário Oficial da União desta segunda-feira, dia 20 de agosto.

O GT será composto por um representante titular e um suplente de cada um dos seguintes órgãos: Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA); Secretaria-Executiva (SE); Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários (Anffa); e a Associação Nacional dos Técnicos de Fiscalização Federal Agropecuária (Anteffa). O Grupo de Trabalho será coordenado por um representante da SDA que se reportará ao secretário executivo, José Carlos Vaz.

O relatório final deverá ser apresentado no prazo de 90 dias, contados a partir de 3 de setembro de 2012, para aprovação do secretário executivo e apreciação do ministro Mendes Ribeiro Filho.

---

## **Plano no Quênia visa agricultor – Valor Econômico. 20/08/2012**

Outro projeto implementado na África, "Kilimo Salama", que em queniano significa "Agricultura Segura", está entre os mais elogiados pelos especialistas. O programa foi lançado em 2009 e objetiva a venda de seguros através de agroveterinários, que funcionam como uma espécie de corretores locais. Eles recebem um celular com o aplicativo do programa. Quando um agricultor quer comprar um seguro, o distribuidor inicia a aplicação Kilimo e registra o cliente alvo em quatro etapas: identificação, número do celular, dia para pagamento e o produto. A apólice é gerada automaticamente no servidor da seguradora e o agricultor recebe a confirmação instantânea via SMS.

As decisões de pagamentos são automáticas. Paga-se por intermédio do celular de cada agricultor, usando M-Pesa, uma forma de transação eletrônica no Quênia. "M" é de mobile e "Pesa" é a moeda queniana. "Este projeto serviu de fonte de inspiração para a Bradesco Seguros criar o seu programa de vendas de seguros utilizando tecnologia móvel celular", conta Velasques.

Já na Índia, uma seguradora estrangeira só pode operar em cooperação com uma seguradora local, sendo que um percentual de suas vendas precisa vir do microsseguro. Assim, a New York Life fez uma "joint venture" com a Max Vijay para a distribuição de seguros e produtos financeiros em pequenos mercados de alimentos e outros microcentros comerciais, utilizando as máquinas de POS. São produtos, simples e tangíveis, de seguros e poupança, vendidos através de pequenos varejistas, como seguro de vida e acidentes pessoais. O projeto funciona desde 2009 na cidade de Haryana. "Essa estratégia de distribuição e de utilização de tecnologia encorajou a Bradesco a desenvolver a sua base para vender seguros pelos correspondentes bancários", diz Velasques.

---

## **Decreto cria a Política de Agroecologia e Produção Orgânica. Inez de Podestà – Site do MAPA. 21/08/2012**

Com objetivo de articular e adequar políticas, programas e ações voltados para o desenvolvimento da agricultura sustentável, o Decreto nº 7.794, publicado no Diário Oficial da União nesta terça-feira (21), institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo).

Desde 2010, ocorrem reuniões, encontros e discussões para elaboração de uma política específica para o desenvolvimento da agricultura orgânica, de forma a possibilitar o uso mais racional dos recursos públicos aplicados para o setor e mais eficiência e eficácia das políticas públicas.

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho entende as preocupações da sociedade na busca pela construção de processos produtivos sustentáveis atrelados à importância da produção e consumo de alimentos seguros e saudáveis. Desta forma, Mendes Ribeiro destaca o papel do Ministério da Agricultura na implementação de mecanismos de controle para garantir a qualidade dos produtos orgânicos e por uma série de iniciativas e projetos que visam a promover a produção desse tipo de alimento no Brasil.

“Todo esse trabalho vem sendo desenvolvido em articulação com várias outras entidades do setor público e da sociedade civil e deverá ser agora fortalecido com a criação da Pnapo”, afirmou o ministro.

Além de mecanismos de financiamentos e crédito rural, entre outros, o instrumento norteador do Pnapo será o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) que incluirá a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo) e a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (Ciapo).

A Cnapo deverá promover a participação da sociedade na elaboração e no acompanhamento da Pnapo e do Planapo. A comissão é formada por 14 representantes de órgãos e entidades do Governo Federal (ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Meio Ambiente, Saúde, Educação, Ciência e Tecnologia e Inovação e Pesca e Aquicultura e da Secretaria-Geral da Presidência da República) e 14 de entidades da sociedade civil.

Compete à Ciapo elaborar, em até 180 dias, proposta do Planapo. Esta Câmara será formada por representantes dos mesmos órgãos governamentais, além do Ministério da Fazenda, e de entidades da sociedade civil.

---

## **Povos do campo, das águas e das florestas param Brasília. Fernanda Silva – Site da Fetraf. 22/08/2012**

Nas ruas da capital federal, 10 mil trabalhadores do campo, das águas, das florestas e da cidade marcharam em luta pela reforma agrária acesso à terra, água, pelo fortalecimento da agricultura familiar e dignidade aos povos nesta quarta-feira (22).

Depois de dois dias de intensas discussões no Parque da Cidade sobre a política de desenvolvimento do país que não prioriza a categoria responsável pela produção de alimentos,



defensora do meio ambiente, e de políticas públicas que garantam qualidade de vida à população, os manifestantes foram mostrar ao governo a necessidade de implantação de um novo conceito de progresso.

Em discurso, na concentração dos movimentos em frente ao Congresso Nacional, Elisângela Araújo, coordenadora Geral da FETRAF-BRASIL, falou sobre a junção dos movimentos em torno das bandeiras de luta para mostrar o potencial organizativo e avançar na conquista dos direitos da população.

“Os companheiros e companheiras aqui presente compreenderam a importância da unidade. Nós estamos aqui para mostrar que sem reforma agrária, sem a agricultura familiar e camponesa, sem condições para produzir, não se faz desenvolvimento. Estamos na busca por mais dignidade no campo e esse foi só o primeiro passo. Vamos fazer muito mais para que esse setor seja respeitado como setor econômico e também, como responsável pelo desenvolvimento desse país”, disse Elisângela.

A realização do Encontro Unitário dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas que ocorreu de 20 a 22, foi uma ação organizada desde o começo do ano com a realização de reuniões e seminários.

Nesse processo é que a unidade dos movimentos foi construída em torno de grandes temas. De acordo com Lázaro Bento, coordenador de Reforma Agrária da FETRAF-BRASIL, a unidade dos grupos deve se manter.

“Nós atingimos o objetivo que era colocar as 10 mil pessoas aqui em Brasília, num esforço de todos, para dar um recado ao governo Dilma sobre o nosso descontentamento e insatisfação do povo. Esperamos que ele [o governo] mostre resultados das nossas demandas que estão paradas nos ministérios para que ele chegue às bases, aos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas, pesadores”, avaliou o coordenador.

Após a marcha, que percorreu do Parque da Cidade e até o Palácio do Planalto, e a realização do ato em frente ao Congresso, Willian Clementino, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) disse estar orgulhoso do conjunto dos trabalhadores em luta “e da construção política que proporcionou o ato”.

### **Declaração dos Povos**

Durante os dois dias de atividade, os movimentos produziram um documento chamado Declaração do Encontro Nacional Unitário dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas .

No documento, entregue à Gilberto Carvalho, ministro da Secretaria-Geral da Presidência, consta a democratização do acesso à terra, fomento à produção agroecológica como alternativa de contraposição ao modelo do agronegócio, assim como a necessidade de políticas públicas estruturantes, reformulação da política de crédito, acesso à pesquisa, assistência técnica e a formação adequada à agricultura familiar.

O documento assinala também como exigência a consulta aos povos atingidos por empreendimentos como usinas hidrelétricas.

Elisângela Araújo e Carmen Foro vice presidente da CUT realizaram a entrega.

---

## **Conab participa de comissão da Pnapo – Site da CONAB. 21/8/2012**

Decreto publicado no Diário Oficial da União de ontem institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo) e estabelece a integração da Conab na Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo).

A Pnapo, de acordo com o decreto, vai cuidar da adequação de políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população. Isto será feito com o uso adequado dos recursos naturais, a oferta e o consumo de alimentos saudáveis.

Já a comissão, que tem participação de outros órgãos federais, tem em vista promover a integração da sociedade na elaboração e no acompanhamento da política e do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), entre outras missões.

---

## **Crise econômica piorou correlação de forças no meio rural. Pedro Rafael Ferreira – Site do MST. 21/08/2012**

Para representantes das organizações sociais do campo, o meio rural brasileiro está sendo “sequestrado” para satisfazer o lucro de poucas grandes empresas multinacionais do agronegócio. O quadro teria sido agravado como reflexo da crise econômica internacional, a partir de 2008. Com essa avaliação, os movimentos sociais organizam, até quarta-feira (22), o Encontro Unitário dos Trabalhadores e Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e da Floresta, em Brasília (DF). O objetivo é definir estratégias comuns em favor de políticas públicas para populações excluídas, como camponeses, quilombolas e indígenas.

“A sociedade brasileira vem sendo sequestrada pelo modelo de produção agrícola chamado agronegócio”, sentenciou João Pedro Stédile, da Via Campesina, durante coletiva de imprensa realizada na abertura do encontro, na manhã de segunda-feira (20). Há mais de quatro anos, como efeito da crise internacional, tem ocorrido uma fuga de capitais internacionais para aquisição de bens de produção nos países em desenvolvimento. “Parte dos capitalistas do mundo inteiro está vindo para o Brasil comprar terra, usinas de combustível, hidrelétricas, agredindo o meio ambiente, forçando a mudança da legislação indígena e levando a uma maior concentração da propriedade da terra e da renda”, acrescentou.

Para exemplificar seu raciocínio, Stédile comentou o mercado do etanol, em que 70% da produção estão nas mãos de apenas três corporações: Bunge, Cargill e Shell. Ainda segundo o líder da Via Campesina, o preço da terra aumentou, em média, cerca de 200% nos últimos anos. “O que vai sobrar é um enorme passivo ambiental, com a imposição da lavoura de monocultivo em grandes extensões de terra, que não incorpora os trabalhadores”, afirmou.

O esvaziamento do meio rural também foi apontado como consequência do atual modelo de produção agrícola. “Nosso mundo rural está cada vez mais deserto. Não dá para ter uma agricultura familiar que produz a maior parte dos alimentos sem pesquisa, sem tecnologia, sem assistência técnica e sem o acesso a terra, pela reforma agrária”, criticou Elisângela Santos, da Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf). Segundo Elisângela, o encontro servirá para reafirmação da importância política da agricultura familiar para o desenvolvimento do país. “O conjunto das medidas [do governo] não tem levado em conta a

importância da agricultura familiar, mas para acabar com a miséria e a fome somente um setor produtivo diversificado”, defende.

### **Sem negociação**

Dessa vez, os movimentos sociais não pretendem dialogar diretamente com o governo federal. “Para deixar claro, não temos nenhuma agenda com o governo. Nós já conversamos no primeiro semestre e não queremos um encontro pontual para ouvir mais do mesmo. É um momento nosso e vamos dedicar especial atenção aos trabalhadores da base”, esclareceu o secretário de política agrária da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Willian Clementino. Segundo o dirigente, o encontro continuará pautando a “luta por reforma agrária e pelo direito ao território, desenvolvimento rural e produção de alimentos saudáveis”.

“Nós não viemos aqui para propor negociação, quem está em dívida são eles [governo]”, observou João Pedro Stédile. Apesar da previsão de uma passeata nas ruas de Brasília até o Palácio do Planalto, na próxima quarta, os movimentos sociais vão priorizar um plano de ação local nos estados.

“Vivemos em um território muito rico de terra, água e diversidade, mas que foi apropriado apenas para dar lucro a alguns. Queremos que a terra seja destinada para produção de alimentos saudáveis. Esse ano o país importou feijão preto da China e todo ano temos que importar 28 milhões de toneladas de fertilizantes químicos, porque não se usa insumos locais”, pontuou Stédile, da Via Campesina.

### **Agronegócio ameaça indígenas e quilombolas**

A situação de quilombolas e indígenas vive momento delicado, segundo relatos de lideranças que participam do Encontro Unitário. Otoniel Guarani, da etnia Guarani-Kaiowá, de Mato Grosso do Sul – um dos porta-vozes dos indígenas no evento – citou os mais recentes episódios de violência contra indígenas no país, como o desaparecimento de duas lideranças Guarani em MS e a perseguição contra Tupinambás no sul da Bahia. “Os fazendeiros estão se armando contra os indígenas no Mato Grosso do Sul e afirmando isso publicamente. Cadê os nossos direitos? Queremos demarcação das nossas terras, segurança e punição daqueles que não nos respeitam”, exigiu.

Para Denildo Rodrigues, da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), a pressão sobre indígenas e quilombolas tem uma razão clara. “A mineração e a abertura de fronteiras agrícolas são os ovos de ouro do agronegócio e do capital especulativo. E terras indígenas e quilombolas, uma vez demarcadas, não voltam mais para o mercado. Há vários setores que não querem isso”, observou. Denildo comentou ainda sobre as ofensivas para retroceder a política de regularização dos territórios tradicionais, como a Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) nº 3239, que praticamente inviabiliza a demarcação de terras quilombolas, assim como a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) nº 215, que transfere do Executivo para o Legislativo a regularização de áreas indígenas.

O líder quilombola criticou ainda as ações do próprio governo sobre áreas tradicionais, como a expulsão de centenas de famílias da região de Alcântara, no Maranhão, para construção de uma base aeroespacial, e da recente disputa entre o quilombo Rio dos Macacos e a Marinha, no

interior da Bahia. “O próprio Estado brasileiro, que tem o papel de defender, é justamente quem age como violador de comunidades quilombolas”, afirmou.

### **Encontro histórico**

Considerado a maior articulação entre as organizações sociais do campo, o Encontro Unitário dos Trabalhadores e Trabalhadoras, Povos do Campo, das Águas e da Floresta marca os 50 anos da realização do I Congresso Camponês, de 1961. Na ocasião, também foram reunidos os principais movimentos sociais, de todas as orientações ideológicas. Dessa vez, aos movimentos camponeses se somaram indígenas e quilombolas. “Nossos inimigos daquela época continuam sendo inimigos de hoje, agora com a força do capital internacional do agronegócio”, destacou Willian Clementino, da Contag.

A programação inclui grupos de trabalho que vão discutir acesso à terra, território, política de produção e desenvolvimento com base na agroecologia, políticas públicas com enfoque em educação no campo, soberania energética e estratégias de organização social. “O crescimento que é imposto pelo agronegócio pode desalojar as comunidades do seu território. Precisamos saber qual o Brasil a gente quer no futuro. O encontro é uma conquista, aqui vamos traçar nossas metas futuras e conjuntas, acredito que o campo brasileiro está de mãos dadas, está unido”, avaliou Denildo Rodrigues, da Conaq.

---

### **Ministério já projeta valor da produção de soja em R\$ 62 bi. Fernando Lopes – Valor Econômico. 21/08/2012**

A disparada das cotações internacionais e domésticas de grãos como soja e milho nas últimas semanas, em virtude das graves perdas provocadas pela seca e pelo calor nas lavouras dos Estados Unidos, levou o Ministério da Agricultura do Brasil a elevar sua estimativa para o valor bruto da produção (VBP) das 20 principais culturas do país em 2012.

Segundo cálculos divulgados ontem, o VBP consolidado deverá atingir R\$ 221,216 bilhões, 3,6% mais que o previsto em julho (R\$ 213,480 bilhões). Sobre o montante recorde de 2011, ainda há queda de 0,8%.



A estimativa do ministério para o VBP da soja neste ano passou de R\$ 57,434 bilhões para R\$ 62,122 bilhões, já 10% superior ao valor de 2011 e um novo recorde histórico, apesar da redução da colheita no Sul do Brasil na safra 2011/12 em função da estiagem causada pelo La Niña. A projeção para o milho subiu de R\$ 29,806 bilhões para R\$ 31,708 bilhões, 22,4% mais que no ano passado e também um novo recorde. Apesar desse ajuste para o milho, a cana tende

a permanecer na segunda posição, atrás apenas da soja, com estimativa de VBP de R\$ 39,519 bilhões em 2012, 3,8% menos que em 2011.

---

## **O Brasil da agroecologia. *Sophia Gebrim* – Site do MMA. 21/08/2012**

*Política nacional se propõe a reduzir o uso de agrotóxicos e aumentar os índices de conservação da agrobiodiversidade. Será, também, instrumento público para construir agenda sustentável em favor da sociedade*

A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) já é uma realidade. Instituída pelo Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta terça-feira (21/08). O objetivo é integrar, articular e adequar políticas públicas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis.

"Com as ações esperamos reduzir o uso de agrotóxicos e aumentar os índices de conservação da agrobiodiversidade, além de trata-se de mais um instrumento público que busca construir agenda sustentável para a sociedade brasileira" destaca a diretora de Extrativismo da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, Cláudia Calório. Os próximos passos serão a instalação da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, que será responsável pela construção do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo).

### **INTEGRANTES**

A comissão incluirá representantes da Secretaria-Geral da Presidência da República, dos ministérios do Meio Ambiente, Agricultura, Saúde, Educação, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Social, Pesca e Aquicultura e entidades da sociedade civil. Caberá ao colegiado promover a participação da sociedade na elaboração do Plano Nacional de Agroecologia, construir subcomissões temáticas que reunirão setores governamentais e da sociedade, propor diretrizes ao Poder Executivo e acompanhar e monitorar programas e ações.

O governo federal oferecerá, por meio do Planapo, uma série de ferramentas para disseminar as práticas sustentáveis, como crédito rural e demais mecanismos de financiamento e seguro agrícola e de renda. Também estão previstos preços agrícolas e extrativistas incluídos nos mecanismos de regulação e compensação de preços e aquisições ou subvenções, pesquisa e inovação científica e tecnológica, métodos de controle da transição agroecológica da produção orgânica e avaliação da produção de base ecológica. O plano será implantado por meio da linha orçamentária dos órgãos parceiros da ação, que são os mesmos integrantes da Comissão Nacional de Agroecologia.

---

## **Presidenta institui Política de Agroecologia para impulsionar agricultura familiar – Site do MDA. 21/08/2012**

A presidenta Dilma Rousseff instituiu nesta terça-feira (21) a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. O documento prevê a elaboração de um plano com metas e prazos a serem cumpridos pelo governo federal, além de determinar elementos como a concessão de crédito, seguro, assistência técnica e pesquisa para ampliar a oferta dos produtos agroecológicos no Brasil.

Arnoldo de Campos, diretor de geração de renda do MDA, enumera as vantagens da nova política. “Teremos grandes avanços em três níveis: na geração de renda para os agricultores familiares, no respeito ao meio ambiente, e na saúde dos consumidores, que passarão, cada vez mais, a ter alimentos mais saudáveis”, diz.

A política e suas medidas foram debatidas durante meses entre organizações não-governamentais, movimentos sociais, representantes do setor privado e o governo federal. Para elaborar o documento, o governo formou, em 2011, um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), composto pelos Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA), Meio Ambiente (MMA), Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), além do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O decreto vem de encontro às reivindicações de organizações do campo ligadas à agroecologia e à produção orgânica, como a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), que aposta em uma política nacional como forma de fortalecer a agricultura familiar camponesa e de povos e comunidades tradicionais. Os movimentos buscam formas de produção ecologicamente corretas, com usos racionais dos solos e das águas, além da eliminação do uso de agrotóxicos. O objetivo da nova política é orientar a ação dos agricultores, de modo a produzir alimentos em maior quantidade e qualidade, de forma sustentável, sem agredir a saúde dos consumidores e o meio ambiente. Os movimentos sociais reivindicam ainda que a Política Nacional os ajude na preservação do patrimônio cultural e natural e na dinamização de redes locais de economia solidária.

O diretor do MDA lembra que a produção agroecológica e orgânica é livre de agrotóxicos e prima pelo uso racional dos recursos naturais, como a água e o solo. Ele destaca ainda as vantagens da medida para a agricultura familiar, maior produtora de orgânicos e produtos agroecológicos do país. “Para os agricultores familiares, a iniciativa representa uma grande oportunidade de geração de renda, pois os produtos agroecológicos e orgânicos são mais valorizados no mercado”, pontua.

Campos salienta ainda que o mercado para estes produtos vem crescendo, a taxas de dois dígitos no país e no mundo. No Brasil, o mercado expande cerca de 20% ao ano – acima da taxa mundial, de 15%. O mercado nacional ainda tem bastante espaço para crescer – hoje são aproximadamente R\$ 400 milhões, valor ainda pequeno se comparado aos mais de R\$ 80 bilhões do mercado externo. Campos vê aí uma oportunidade: com maior estruturação, os agricultores familiares podem exportar seus produtos.

A biodiversidade também é abordada na nova Política. O manejo florestal, além de não agredir o meio ambiente, também é um setor com demanda crescente. Campos lembra que cada vez mais os produtos da floresta abastecem diferentes setores, que vão além do alimentício. Hoje, por exemplo, está em franca expansão o uso destes produtos na indústria de cosméticos e farmacêutica, com os medicamentos fitoterápicos. “As medidas estabelecidas são coerentes com

o compromisso do governo federal de buscar uma produção cada vez mais sustentável no país”, salienta Campos. Desta forma, ganham todos: o meio ambiente, os consumidores e os mais de 90 mil produtores agroecológicos do país, dos quais 85% são agricultores familiares.

---

### **Governo institui política nacional de apoio à agroecologia e à produção orgânica – Site do MDS. 22/08/2012**

*Plano publicado no Diário Oficial valoriza a oferta e o consumo de alimentos saudáveis e a biodiversidade brasileira*

O governo federal deu um importante passo para melhorar a qualidade de vida da população por meio da oferta e consumo de alimentos saudáveis e valorizando os produtos da biodiversidade brasileira. Decreto publicado no Diário Oficial da União nessa terça-feira (21) institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo). A partir de agora, um trabalho articulado entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e diversos órgãos dará forma ao plano.

Entre as diretrizes da Pnapo está a promoção da segurança alimentar e nutricional, por meio da oferta de produtos agroecológicos isentos de substâncias que ponham em risco a saúde da população. Sem perder de vista o uso sustentável dos recursos naturais e a preservação dos ecossistemas, a proposta é adotar práticas que estimulem experiências locais.

Com a iniciativa, o Brasil vai ampliar sua capacidade de produzir alimentos saudáveis, melhorando as práticas ambientais e agrícolas com potencial para a indústria de alimentos, medicamentos, química e cosmética, entre outras. Uma das metas é o país abandonar o título de campeão mundial no uso de agrotóxicos.

Para Hétel Santos, técnica de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos e do Plano Nacional da Sociobiodiversidade do MDS, o primeiro desafio era lançar a Pnapo. “Para que o tema ambiental cresça no país, é importante que o governo trabalhe ações concretas na agricultura sustentável. E isso a presidenta Dilma Rousseff reforça no decreto”, avalia.

De acordo com a técnica, a agroecologia é a maior bandeira da agricultura familiar, tanto no que diz respeito à produção de alimentos quanto com relação ao modo de vida da população rural. “Depois da Rio+20, essa é uma grande vitória para a sociedade civil em termos da produção de alimentos e manutenção do produtor no campo.”

Para fortalecer a população rural, o MDS vai apoiar as ações voltadas para a agricultura familiar e atuar de forma integrada com os ministérios do Desenvolvimento Agrário; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Ciência e Tecnologia; do Meio Ambiente; da Saúde; e da Educação.

---

### **Estímulo ao cooperativismo em Mato Grosso. Tarso Veloso – Valor Econômico. 22/08/2012**

Cada vez mais concentrado em grandes propriedades, o sistema produtivo de Mato Grosso quer elevar a aposta no modelo de cooperativismo entre os pequenos e médios produtores do Estado.

A Aprosoja, associação que representa os plantadores mato-grossenses de soja, promove amanhã o Seminário de Cooperativismo, no município de Sorriso. A intenção é estimular, por meio do Programa de Fomento e Intercâmbio de Cooperativas de Produtores (Cooprosoja), novas adesões de agricultores à cooperativas.

O objetivo é mostrar que os agricultores podem alcançar ganhos superiores de até 44% se comparados aos produtores independentes. Segundo dados da safra 2010/11, a rentabilidade dos cooperados foi equivalente a 6 sacas a mais por hectare em relação aos não cooperados.

Pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisas Vetor apontou que Mato Grosso, maior produtor agropecuário do Brasil, possui 13% dos produtores de soja, milho e algodão em sistema de cooperativas dentro de um universo de 5 mil agricultores analisados. A grande maioria dos cooperados, entretanto, está na cultura do algodão. Dos 419 entrevistados, 239 deles estão ligados ao cooperativismo, equivalente a 57% do total.

A pesquisa também levantou de que maneira os produtores negociam a compra de insumos e a venda da produção. O resultado apontou que 75% adquirem insumos de forma individual e 16% por meio de condomínios (compras coletivas) ou cooperativas. Por sinal, a economia feita por eles com compra de sementes para a temporada 2010/11 chegou a 20% em comparação aos independentes.

Em relação à venda da produção, 83% dos entrevistados realizam a comercialização individualmente e apenas 10% utilizam o sistema de condomínio ou cooperativas. O ganho dos cooperados na venda de soja sobre os produtores independentes chegou a 10% na safra 2009/10 e a 4% em 2010/11.

Conforme o presidente da Aprosoja, Carlos Fávaro, o modelo antigo de cooperativismo afastou os produtores devido a problemas financeiros. "Queremos resgatar a confiança e mostrar que é possível trabalhar seguindo exemplos bem-sucedidos de cooperativas", diz o dirigente.

---

### **Governo prepara capacitação técnica para fortalecer cultivo de seringueiras – Site da CNA. 23/08/2012**

A produção de seringueira para extração do látex é uma atividade produtiva em ascensão em todo o mundo. No Tocantins, o Governo Estadual, por meio da Seagro – Secretaria da Agricultura, da Pecuária e do Desenvolvimento Agrário está estimulando a heveicultura com várias ações, dentre elas a “Capacitação Técnica em Florestas Plantadas”. O curso acontecerá entre os dias 27 e 31 de agosto, no auditório do ‘Serranos Hotel’, em Paraíso do Tocantins, região Central do Estado.

A capacitação, organizada pela Seagro e instituições parceiras, em primeiro módulo, está inserida no programa Polos de Produção de Seringal do Governo do Estado. Na ocasião, técnicos especializados estarão ministrando palestras voltadas para as práticas sustentáveis da seringueira. Toda a programação é voltada para a capacitação de técnicos da Seagro, do Ruraltins e de empresas de Ater – Assistência Técnica e Extensão Rural, que irão atuar como disseminadores das informações junto aos produtores.

Na programação da semana, constam palestras sobre: mercado da borracha natural; importância e vantagens da heveicultura; origem, taxonomia noções de morfologia e fisiologia; produção e comercialização de sementes e mudas; exigências de clima e solo e implantação do seringal,



manejo e gestão; manejo, pragas e doenças. Além disso, os participantes poderão conhecer como elaborar projetos para o plantio do seringal.

### **Visita técnica**

No último de dia da Capacitação, sexta-feira, dia 31, os participantes irão conhecer dois plantios de seringal da região de Paraíso. Nos locais, será mostrada a evolução dos produtores que plantam seringueira há alguns anos, além da prática de manejo adequado na heveicultura.

### **Parceiros**

No evento, participam representantes da Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Mapa- Ministério da Agricultura, da Pecuária e Abastecimento, Programa ABC – Agricultura de Baixo Carbono, Ruraltins – Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins, Sebrae – Serviço Brasileiro de Micro e Pequenas Empresas, Senar – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural e a Apabor – Associação Paulista de Produtores e Beneficiadores de Borrachas.

---

## **Políticas públicas para educação do campo são insuficientes, diz dirigente do MST. Luiz Felipe Albuquerque – Site do MST. 23/08/2012**

As articulações entre os movimentos sociais do campo não estão se dando apenas em torno do histórico Encontro Unitário entre os movimentos sociais do campo, que aconteceu entre os dias 20 a 22 de agosto. As discussões das organizações sociais do campo também perpassa pela questão da educação no meio rural.

Diante dessa demanda, os movimentos sociais realizaram o Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC), com os objetivos de analisar a conjuntura da educação brasileira e definir estratégias de construção e fortalecimento da política de Educação do Campo, realizar intercâmbio de atividades e reflexões entre os estados e entre as diferentes organizações, definir linhas de ação e compromissos políticos de atuação, entre outros.

### **Veja o manifesto do Fórum Nacional de Educação do Campo**

Nesse sentido, Rosana Fernandes, do setor de educação do MST, analisa essa construção conjunta entre diversos movimentos sociais em torno da educação no campo, que aconteceu entre os dias 15 a 17 de agosto, em Brasília, e as perspectivas de ações para o próximo período.

### **O que se pretende com esse Fórum sobre a educação do campo?**

As organizações do campo estão passando por um novo momento de articulações sobre a educação no campo. O Fórum Nacional da Educação do Campo foi um espaço voltado apenas para os movimentos sociais para que pudessem debater e retomar a discussão mais aprofundada sobre a educação no campo, algo que de uma alguma maneira deixamos de realizar nos últimos dois ou três anos.

Tivemos como objetivos analisar a conjuntura da educação brasileira tanto a partir do que os movimentos sociais estão fazendo quanto as ações que o próprio governo brasileiro tem apresentado como possibilidade de estruturação da organização da educação no campo.

Pensando nessa conjuntura, como o projeto de educação no campo se coloca dentro de um projeto de agricultura dos camponeses, em contraponto ao projeto do capital representado pelo agronegócio.

Também apresentamos algumas experiências concretas de parceria entre os movimentos sociais com instituições de nível superior, na formação técnica, na capacitação pedagógica de educadores, experiências que estão dando certo e que precisamos dar continuidade a elas.

Além disso, discutimos sobre as possíveis articulações nos estados e nos municípios para irmos fortalecendo uma base para que o fórum não seja apenas uma articulação nacional, mas que de fato possa ter um resultado mais efetivo com os educadores que estão nas escolas do campo.

As discussões que fizemos foi no sentido de entender qual o nosso papel, qual o papel do estado e o que vamos fazer de agora em diante, de ações concretas para irmos efetivando as políticas apresentadas pelo governo, especialmente o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), como vamos implementar essa proposta ou até que ponto esse programa atende as nossas demandas.

### **E o que vocês avaliaram em relação a esse e demais programas governamentais?**

As políticas públicas que o governo tem apresentado não são suficientes para as demandas que temos, mas são importantes para que de fato seja implementado a educação no campo.

Temos a clareza que essas políticas têm muitos limites, não contempla todas nossas necessidades, que apenas serão respondidas com a pressão dos trabalhadores e trabalhadoras camponeses organizados.

Compreendemos que o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) é um programa necessário, que precisa ser fortalecido a partir das demandas dos movimentos, e que governo possa garantir recursos no seu orçamento para que continue o processo de Educação de Jovens e Adultos e de ensino superior.

No entanto, não se pode deixar o Pronera de lado com a chegada do Pronacampo.

Também temos a compreensão de que a educação no campo tem que ser compreendida e formulada a partir dos sujeitos que estão no campo. Fizemos muito esforço para que o governo reconhecesse a necessidade de uma política de educação no campo.

Porém, o Pronocampo ainda vem numa concepção da educação rural, de uma ideia de que precisa de alguém externo para levar as coisas ao campo, algo que somente é oferecido ao campo sem que haja uma construção com o sujeito do campo sobre as ideias. As possibilidades que os movimentos sociais apresentam ao governo não foram aceitas. Ou seja, essa construção não existiu e com isso acabamos tendo dificuldades de aceitar porque há limites no programa e não atender a necessidade real das nossas comunidades.

É um programa feito por governo com seus técnicos que estão fora da realidade e apenas elaboram algo supostamente compatível e chegam com algo já pronto para apenas dizer o que temos que fazer.

### **E o que mais foi debatido nesse encontro?**

São várias as discussões e pautas que os movimentos sociais têm em comum e em determinados momentos é preciso sentar e colocar as questões na mesa. A educação é uma pauta antiga dos movimentos e unifica.

Essa articulação em torno dessa temática nasce em 1997, com a realização do 1º Encontro Nacional de Educadores, organizado pelo MST, que depois se amplia e se transforma numa articulação nacional para educação no campo, que já teve como resultado duas conferências nacionais e vários seminários nacionais.

Há dois anos que estamos construindo esse fórum, fundado a partir de uma articulação nacional por essas organizações. O seminário acabou sendo um marco de reorganização e discussão sobre a educação no campo, ao olhar para toda a trajetória e as necessidades dos movimentos.

Há alguns consensos em relação a educação no campo que já estão mais consolidados, como a concepção de que a educação no campo é mais do que ter escola nos assentamentos e comunidades camponesas, e o entendimento sobre o sujeito do campo, que não são só os assentados e pequenos agricultores, mas que há também os ribeirinhos, indígenas, povos das florestas.

A necessidade existe, e dentro desse projeto para a agricultura queremos a garantia do acesso e da universalização dos níveis de escolarizações para todos os sujeitos que estão no campo, desde a educação infantil até o nível superior.

Além da questão de garantir estrutura física para escola. Haja vista que nos últimos 10 anos foram fechadas mais de 37 mil escolas no campo.

### **E o que foi tirado de linha de ação pelos movimentos sociais a partir desse seminário?**

Temos tirado como linha de ação que o Fórum Nacional de Educação no Campo tem de ser fortalecido com mais participação de mais sujeitos do campo, como os quilombolas e indígenas, para que eles participem da coordenação nacional do fórum e também possam desenvolver a educação no campo.

Tiramos agora a projeção de realizar a 3º Conferência Nacional em 2014 ou 2015. Além de ir desenvolvendo ações nos estados e municípios, onde queremos atingir. Por isso compreendemos que o fórum é mais do que ficar na coordenação nacional. Temos que botar a base no interior dos estados para poder se sustentar com ações concretas.

E para o início do próximo ano estamos projetando uma jornada de lutas para cobrar dos novos prefeitos uma política de educação do campo, por construções de escolas, de pensar currículos específicos, formação de educadores.

### **Por que é importante discutir especificamente a educação no campo?**

A educação no campo está dentro de um projeto maior. Um projeto que queremos para a sociedade brasileira e um projeto de agricultura que defendemos. Acreditamos que a educação forma consciência, projeta novas possibilidades de se fazer a luta e das pessoas se sentirem sujeitas participativas, protagonistas desse processo. E reconhecer que historicamente os camponeses sempre foram deixados de lado nesse processo da educação.

O acesso a todos os níveis de ensino é necessário para projetarmos a transformação que acreditamos que deva ser para a sociedade e para o campo brasileiro.

---

### **Protesto marca união de diferentes movimentos Manifestantes tentam invadir Planalto. Roldão Arruda – O Estado de São Paulo. 23/08/2012**

*Mais de 7 mil representantes de movimentos de trabalhadores rurais participaram de protesto; ministro recebeu pauta de reivindicações*

Uma das principais novidades da movimentação de ontem em Brasília foi a união de diferentes movimentos ligados à questão agrária, dos índios aos sem-terra, dos quilombolas aos pequenos produtores rurais. A explicação dos organizadores é o aumento do descontentamento com o governo Dilma. De maneira geral, a sensação é de que houve perda de espaço político.

"O presidente Lula não fez muito pelos índios. Mas ele se preocupava com as aparências, recebia e conversava com as lideranças indígenas", disse ao **Estado** o secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Cleber Buzatto. "O atual governo não tem sequer essa preocupação. Não recebe lideranças e promove retrocessos na questão dos direitos indígenas."

O líder do Movimento dos Sem-Terra (MST), João Pedro Stédile, faz críticas na mesma direção. Na avaliação dele, o espaço de interlocução ficou mais reduzido e centralizado.

Essa crítica está se generalizando e afetando o PT, o partido da presidente, nas mais diferentes áreas. Há poucos dias, o presidente do Setorial Nacional LGBT do partido, Julian Rodrigues, divulgou uma nota criticando a ausência de diálogo com o governo. A bancada agrarista no Congresso também dá sinais de descontentamento.

No caso da reforma agrária, porém, os problemas não se restringem à falta de interlocução. O maior drama dos movimentos está relacionada à redução da capacidade de mobilização de pessoas, em decorrência do crescimento econômico e da criação de empregos. A pressão dos acampamentos caiu, segundo o ministro do Desenvolvimento Agrário (leia abaixo).

Também existem fatores estruturais. No documento entregue ontem no Planalto, os manifestantes lembraram que, em 1961, o presidente João Goulart defendeu a reforma. Naquela época, porém, 63% da população dependiam diretamente do trabalho agrícola para sobreviver. Hoje, 86,6% dos brasileiros vivem nas cidades. Pouco mais de 10% dependem do trabalho agrícola.

Depois de virar palco de conflito da polícia com os servidores públicos, o Planalto enfrentou ontem protestos promovidos pelos representantes de mais de 30 entidades ligadas ao campo, como Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), Via Campesina e Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag).

Cerca de 7 mil trabalhadores rurais, de acordo com a Polícia Militar do Distrito Federal, que faziam passeata pela Esplanada dos Ministérios, tentaram invadir o Palácio do Planalto e chegaram a derrubar as grades de proteção colocadas para proteger o local dos manifestantes.

Mais de uma vez a tropa de choque da PM foi chamada e acabou havendo um tumulto entre militares e trabalhadores. A certa altura, estes chegaram a ser atingidos por cassetetes, gás lacrimogêneo e spray de pimenta - mas, segundo a PM, ninguém ficou ferido.

O tumulto começou por volta das 9h30, quando a presidente Dilma Rousseff nem havia chegado ao Planalto. Ao chegar, o comboio presidencial entrou pela área da Vice-Presidência e Dilma teve acesso ao palácio pelos fundos, por volta das 10h20. Por causa de protestos de servidores públicos, Dilma já fora obrigada a sair pela porta dos fundos. Sempre que há protestos, como na semana passada e ontem, quando a PF estava diante do Planalto, a presidente tem usado a entrada alternativa.

Desta vez, até a polícia de choque do Exército foi chamada ao palácio para proteger as suas instalações. Mas, apesar de estarem acompanhados de cães para conter os manifestantes, os soldados não entraram em contato, nem em confronto, com eles. Ficaram recuados, na área externa do palácio.

Em guarda. Um dos seguranças do Planalto avisou ao comandante da tropa que havia determinação para que eles ficassem no local. Normalmente esta guarda é feita apenas pelo Batalhão de Guarda Presidencial (BGP) ou pelo Regimento de Cavalaria de Guarda (RCG). "O ministro mandou o choque ficar (no Palácio)", disse o segurança ao comandante dos militares do Exército, retransmitindo a ordem do general José Elito, ministro-chefe do gabinete de Segurança Institucional (GSI), responsável pela segurança da presidente e do Planalto. Como outras manifestações ainda poderiam ocorrer ao longo do dia, quando a confusão acabou eles foram para o alojamento do palácio, para aguardar algum novo chamado.

O ministro-chefe da Secretaria-Geral, ministro Gilberto Carvalho, desceu ao saguão do Planalto para conversar com uma comissão dos manifestantes. Ele comentou que tinha receio da violência neste tipo de manifestação, mas reconheceu que os protestos são legítimos. Gilberto Carvalho recebeu a pauta de reivindicações das entidades e se comprometeu a entregá-la à presidente Dilma Rousseff.

---

### **Empresa agrícola ganha espaço na exportação, mas a de mineração perde. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo, Mercado. 23/08/2012**

*A forte elevação dos preços das commodities agrícolas no mercado externo fez com que as empresas desse setor elevassem sua participação na balança comercial. Já as empresas de mineração e de petróleo perderam espaço.*

A principal empresa exportadora brasileira, a Vale, obteve receitas de US\$ 14,3 bilhões de janeiro a julho, 22% menos do que em igual período do ano passado.

A Bunge, a líder no setor de exportações agrícolas e a terceira no ranking das 40 maiores exportadoras, elevou suas receitas para US\$ 4,1 bilhões. Esse valor fez com que a empresa elevasse a participação para 3% nas vendas totais do país.

Na lista das dez principais empresas exportadoras brasileiras, cinco são do setor de agronegócio. Dessas, quatro são do setor de grãos e uma do de carne.

Volume maior e preço melhor permitiram que algumas empresas, como a Louis Dreyfus, elevassem em 66% as receitas obtidas neste ano em relação a igual período de 2011. As exportações da empresa atingiram US\$ 2,1 bilhões.

No setor de carnes, os destaques ficam para Sadia e BR Foods. Juntas, atingiram US\$ 2,85 bilhões. O JBS veio a seguir, com US\$ 1,5 bilhão.

No setor de mineração, a perda foi geral. Além da Vale, a segunda maior do setor, a Samarco Mineração, somou receitas de US\$ 1,9 bilhão neste ano, com recuo de 19% ante 2011.

As informações são da Secretaria de Comércio Exterior, órgão do Ministério do Desenvolvimento.

Aos poucos O preço do etanol hidratado mantém o caminho de ligeira recuperação. As negociações de ontem ocorreram a R\$ 1,08 por litro no mercado futuro da BM&FBovespa, com valorização de 0,42% nesta semana.

Caminhos... Todos os principais grãos negociados na Bolsa de Chicago estão com preços superiores aos de há um ano. Soja e farelo, com aumentos de 48% e de 27%, lideram essas altas.

...opostos Já em Nova York, ocorre o contrário. Há uma tendência generalizada de baixas nas commodities negociadas na Bolsa nova-iorquina. Café e açúcar, com recuos de 40% e de 35%, lideram as quedas.

Avanço rápido As empresas focadas nas exportações de grãos ganham espaço na balança comercial. A Noble e a Nidera dobraram a participação nas receitas de exportações totais do país de 2009 para cá. Dados da Secex apontam para participações de 0,66% e de 0,62% até julho.

Clima desfavorável eleva o preço do suco de laranja

O suco de laranja já subiu 26% nos últimos 30 dias na Bolsa de Nova York.

Essa alta se deve, em parte, a eventuais problemas que a produção da Flórida poderá ter com tempestades previstas para a região.

Esse movimento de alta ocorre todos os anos no segundo semestre, de acordo com Maurício Mendes, presidente da Informa Economics FNP e membro do Grupo de Consultores em Citrus. "É um problema pontual e não há informações de mercado suficientes para gerar uma recuperação dos preços."

A oferta é grande, os estoques estão elevados nas indústrias e a demanda não mostra reação, diz ele.

O primeiro contrato do suco de laranja foi negociado a US\$ 1,39 por libra-peso ontem em Nova York, 6,6% mais do que na terça-feira.

---

## **Empresários do RS pretendem investir R\$ 50 milhões no setor agrícola do Tocantins – Site da CNA. 24/08/2012**

Os empresários estiveram reunidos, na manhã desta quinta, dia 23, com o secretário executivo da Seagro – Secretaria da Agricultura, da Pecuária e do Desenvolvimento Agrário, Ruyter Padua, em Palmas, para conhecer as potencialidades do setor agrícola do Estado. O interesse do grupo é adquirir áreas beneficiadas por projetos de irrigação e também de várzeas.

Durante a reunião, o grupo, formado por três técnicos e um investidor, informou que se instalou no Estado há cerca de um ano, no município de Fátima, e agora expande a atividade para a região de Caseara. Nas duas propriedades, que juntas somam cerca de cinco mil hectares, pretendem cultivar soja, arroz, milho e criar gado. “Ficamos interessados no potencial que o Estado tem e pode oferecer”, disse o empresário Osmar Menegon, acrescentando que a chegada da Ferrovia Norte-Sul e a implantação da Hidrovia Araguaia-Tocantins são outros incentivos para atrair investidores, que contarão com serviço de transporte a preços mais atrativos.

Na ocasião, foram apresentados aos investidores projetos de irrigação agrícolas e o Prodoeste - Programa de Desenvolvimento da Região Sudoeste do Tocantins, que visa construir oito barragens para perenização de rios e beneficiar área de 300 mil hectares. As informações atraíram as atenções dos representantes. “Vamos conhecer estas áreas e, se possível, também investir nestas regiões. Temos interesse nas áreas de várzeas e sabemos do potencial que o Estado tem para o agronegócio”, destacou o empresário Pedro Henrique.

### **Atrativos**

O fato de o Estado contar com 99% do seu rebanho vacinado contra a febre aftosa e poder cultivar soja durante o vazio sanitário (plantio destinado à pesquisa científica e de produção de semente genética) são outros atrativos para os investidores. “O Tocantins enche aos olhos de quem de fora chega e estamos aqui para apresentar o que o Estado tem de melhor e sua vocação para o setor agrícola”, disse Padua. A reunião foi acompanhada pelo assessor especial da Seagro, João Carlos Farençena

---

## **Projeto dos ruralistas para privatizar a Embrapa avança no Congresso – Site do MST. 24/08/2012**

No dia 1/2, o relator da matéria, senador Gim Argello (PTB/DF), apresentou parecer favorável ao PLS 222/08, que propõe transformar a Embrapa em empresa de economia mista com ações negociadas na bolsa

A proposta de abertura de capital da Embrapa, feita pelo senador Delcídio do Amaral (PT-MS) por meio do PLS 222/08 – conhecido como “projeto da Embrapa S/A” – avança sorrateira e discretamente no Senado.

Uma das justificativas apresentadas pelo autor do PLS (e referendada agora pelo relator Argello) é a necessidade de captação de recursos para cobrir os custos operacionais da empresa: “Esse procedimento permitirá que a empresa capte recursos de grandes companhias de pesquisas em produção agrícola”, afirma o texto da matéria.

Em agosto de 2009, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária havia se posicionado contrariamente à proposta, salientando que o caminho da privatização é inadequado para atender o interesse público. “A introdução de sócios privados na Embrapa alteraria a lógica de

investimentos da empresa, estabelecendo inevitavelmente uma preferência por projetos de pesquisa que tenderiam a proporcionar maiores retornos financeiros à empresa, em detrimento de projetos que, embora essenciais para a política agropecuária nacional, apresentem menores expectativas de retorno imediato para seus acionistas”, apontou o relator da Comissão, o então senador Expedito Júnior (PSDB-RO).

Em setembro daquele ano, o PL foi submetido à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e lá ficou parado até março de 2011, quando Amaral (presidente da comissão) designou Argello como relator.

No parecer, o parlamentar discorda que a medida colocaria em risco a pesquisa agropecuária e insiste no argumento de que faltam recursos para a área. “O Brasil ainda não dispõe de recursos suficientes para investir em todas as áreas estratégicas, ainda mais em campos nos quais os resultados são, em geral, de mais longo prazo. Muitas áreas da pesquisa agropecuária, a nosso ver, se enquadram nessa classificação”, afirma.

Para a engenheira agrônoma e consultora em agrobiodiversidade Ângela Cordeiro, a movimentação da pauta no Congresso é “preocupante”, porque caminha na contramão da definição do governo brasileiro em priorizar a segurança alimentar e o combate à fome no país.

“Considerando a importância da inovação e pesquisa na agricultura para um Brasil sustentável, sem fome e sem miséria, o que esperar de uma empresa de pesquisa cuja agenda venha ser orientada pelos desejos de Monsanto, Syngenta, Bayer? Se já é difícil incluir temas como agricultura familiar, agroecologia, agrobiodiversidade na pauta de pesquisa atualmente, imagine com esses acionistas“, questiona.

A internacionalização da empresa também seria duramente afetada com a alteração no regime jurídico, avalia Ângela. “Imagina a Embrapa tendo em seu quadro de acionistas essas empresas. Teríamos, possivelmente, a brutal aceleração da revolução verde na África, aprofundando ainda mais o quadro da fome e da exploração nesses locais”.

A especialista aponta, ainda, os riscos da apropriação privada de recursos genéticos depositados no Cenargen e outros bancos ativos dos demais centros de pesquisa da Embrapa distribuídos pelo país. “Vão ser de ‘propriedade’ das companhias acionistas? Não podemos entregar de mão beijada esses bens coletivos”, ressalta.

Ângela alerta também que, do ponto de vista financeiro, os recursos públicos investidos na pesquisa até hoje se tornariam “ativos” dos novos acionistas. “A Embrapa se destaca pelo grande número de pesquisadores com pós-graduação no exterior, na grande maioria dos casos com bolsas de estudo financiadas com recursos públicos administrados pela CAPES ou CNPq. Se botarmos na ponta do lápis o que custou essa formação profissional, fica evidente que é impossível pagá-la. Não seria mais adequado priorizar investimentos públicos na Embrapa em vez de praticamente privatizá-la?”, completa.

Depois de apreciado pela Comissão de Assuntos Econômicos, o PLS seguirá para a Comissão de Constituição e Justiça para votação terminativa [sem precisar de apreciação pelo plenário do Senado].

Fonte: Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (SINPAF)



**Inclusão social e a classe que vive do trabalho. Carol Proner (\*) – Carta Maior.  
24/08/2012**

Está em disputa um projeto de Brasil que, a depender não apenas do Estado, mas fundamentalmente da mobilização dos movimentos sociais e políticos, dos sindicatos, dos operadores públicos e da iniciativa privada com efetivo compromisso e responsabilidade social, poderá permitir o adensamento dos processos democráticos a partir da valorização da classe que vive do trabalho em sua nova conformação. O artigo é de Carol Proner.

O termo “inclusão” no Brasil costuma ser associado às chamadas políticas compensatórias, de discriminação positiva ou também ditas de ação afirmativa, formas imperfeitas adotadas com o propósito de reduzir situações de desigualdade real provocadas por diversos fenômenos históricos, culturais, políticos e econômicos que, combinados entre si, produzem as mais relevantes disparidades sociais. Nos Estados Unidos, onde surgiram nos anos 60, tais políticas nasceram com metas claras de combate à segregação racial, passando por diversas modificações e adaptações ao longo do tempo e com resultados polêmicos.

Na última década, para além das políticas específicas de cotas (raciais, étnicas, de gênero e outras), o governo brasileiro passou a desenvolver ações de inclusão destinadas a reduzir a desigualdade estrutural social – que contém em si as demais formas de discriminação – a partir da elaboração de programas e metas de combate à pobreza e de transferência de renda que, por sua vez, alcançaram resultados históricos inéditos valorizados interna e internacionalmente. Essa nova forma de conceber a inclusão, menos compartimentalizada, mais sistêmica e generalizada, tem sido identificada como uma nova etapa da estruturação do capitalismo brasileiro tendente à transformação do modelo de distribuição de riqueza neste início do século XXI.

A sociedade brasileira nunca aceitou com facilidade trabalhar temas e ações de combate à discriminação e há diversos estudos que procuram explicar sociológica e antropológicamente a reação de negação ao reconhecimento da estrutura racial e social excludente, e que afeta de modo particular às mulheres. Sendo o último país das Américas a abolir a escravidão, desenvolveu, ao longo de mais de quinhentos anos, um sistema econômico e educacional predominantemente monocultural e eurocêntrico, produtor das chamadas overlapping oppressions, nomenclatura usada pelas feministas norte-americanas para descrever situações de discriminação superpostas.

A resistência de parte da sociedade brasileira em reconhecer processos discriminatórios, em grande medida sobrepostos, faz com que a adoção de políticas e programas de compensação e ajustes seja sempre belicosa, tanto no campo teórico como no político, provocadora do reacionarismo elitista com diferentes nuances. Mesmo com a gama diversificada e exitosa de ações desse tipo na última década – graças à orientação política do governo e ao apoio popular recebido nas urnas – e, em especial, mesmo com o êxito dos programas de combate à pobreza e de transferência de renda, os dados de institutos de pesquisa indicam que a desigualdade e a discriminação persistem, e que a pobreza no Brasil, conforme afirmou a Presidenta Dilma Rousseff, tem face negra e feminina, referindo-se especificamente a discriminação racial e de gênero.

E aqui entra a polêmica a respeito do Brasil do século XXI, o Brasil dos BRICS e o projeto de

superpotência. O fenômeno da ascensão econômica do Brasil permite muitas leituras e os dados proporcionados por institutos de pesquisa como IBGE, MTE/Rais, bem como os estudos do IPEA/PNAD, ou de outros institutos como FGV e tantos outros, permitem muitas interpretações – em disputa – a respeito das causas e consequências da ascensão econômica do país e do crescimento da renda dos brasileiros.

Indiscutível constatar a elevação da renda per capita, dos rendimentos advindos do trabalho, os quais possibilitaram uma melhora geral na condição de vida e de consumo dos trabalhadores e trabalhadoras, refletindo na queda do desemprego, na aumento dos índices de formalização do trabalho e na redução da pobreza absoluta. Essa é a constatação fr Marcio Pochmann, ex-presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), na obra *Nova classe média?* (Boitempo Editorial, 2012). No entanto, o autor alerta ser um equívoco identificar o adicional de ocupados na base da pirâmide social brasileira como “uma nova classe média”, bem como considera não ser um mero equívoco conceitual, mas expressão da disputa que se instala em torno da concepção e condução das políticas públicas atuais, com forte apelo para reorientá-las a uma concepção predominantemente mercantil.

O livro de Pochmann polemiza com outras obras e estudos que festejam o suposto aparecimento de uma nova classe C, nova classe média que, como conceitua Marcelo Neri, realizou e continua a realizar o sonho brasileiro de subir na vida, que busca construir seu futuro em bases sólidas que sustentam o novo padrão econômico adquirido: “Ser nova classe média também é consumir serviços públicos de melhor qualidade no setor privado, aí incluindo o colégio privado, plano de saúde e o produto prêmio, que é a previdência complementar. Todos podem ser vistos como ativos meio públicos, meio privados, que conferem maior, ou menor, sustentabilidade ao sonho brasileiro de subir na vida”. (Marcelo Neri é considerado o inventor da expressão “nova classe média”, autor de livro com mesmo nome publicado pela editora Saraiva em 2011 – trecho retirado do capítulo de abertura).

Analisando os números da base da pirâmide social renovada e as razões da renovação, Pochmann conclui que o Brasil tem conseguido combinar, no período recente, a maior ampliação de renda per capital com a redução do grau de desigualdade na distribuição pessoal da renda do trabalho. No período entre 2004 e 2010, a renda per capita dos brasileiros cresceu a uma média anual de 3,3%, ao passo que o índice da situação geral do trabalho cresceu em média 5,5% ao ano. A participação do trabalho na renda nacional aumentou 14,8% no período e o grau de desigualdade na distribuição pessoal da renda do trabalho reduziu em 10,7%.

É inegável, portanto, o fenômeno da ascensão social a partir do resgate da condição de pobreza. Pochmann identifica que, diante da combinação da recuperação do valor real do salário mínimo nacional com a ampliação das políticas de transferência sociais, faz-se notar que a recente expansão das vagas de salário de base tem permitido absorver enormes parcelas de trabalhadores na base da pirâmide social, o que traz como consequência o favorecimento da redução sensível da taxa de pobreza em todo o país.

Por outro lado, ressalva que esse avanço da classe trabalhadora ocorre de modo despolitizado e desconectado ao projeto dinâmico e de profundas transformações sociais: “o segmento das classes populares em emergência apresenta-se despolitizado, individualista e aparentemente racional à medida que busca estabelecer a sociabilidade capitalista. A ausência percebida de movimentos sociais em geral, identificados por instituições tradicionais como associações de moradores ou de bairro, partidos políticos, entidades estudantis e sindicais, reforça o caráter

predominantemente mercadológico que tanto os intelectuais engajados como a mídia comprometida com o pensamento neoliberal fazem crer.”

Esse déficit político, déficit de consciência a respeito do potencial transformador das políticas públicas e da própria valorização da classe trabalhadora, poderia comprometer um projeto de desenvolvimento consistente e inclusivo, compromissado com acesso a bens de natureza fundamental, para além dos meramente mercantis e privatizantes que tentam se legitimar por meio de medidores de satisfação de consumo e índices comportamentais de felicidade.

Está em disputa, portanto, um projeto de Brasil que, a depender não apenas do Estado, mas fundamentalmente da mobilização dos movimentos sociais e políticos, dos sindicatos, dos operadores públicos e da iniciativa privada com efetivo compromisso e responsabilidade social, poderá permitir o adensamento dos processos democráticos a partir da valorização da classe que vive do trabalho (na expressão cunhada por Ricardo Antunes) em sua nova conformação, projeto que conta com o apoio de plataformas governamentais de inclusão construídas a partir de metas sociais claras e comprometidas com uma concepção transversal e integradora dos direitos humanos, superando a visão compartimentalizada e vertical de concebê-los.

(\*) Doutora em Direito, Professora de Direito Internacional e Direitos Humanos (UniBrasil-UPO-ES)

---

### **Tereza Campello apresenta programas sociais brasileiros para ministra peruana – Site do MDS. 24/08/2012**

Elas se reuniram na tarde desta quinta-feira para avaliar ações e trocar experiências sobre políticas para o desenvolvimento nos dois países. Cadastro Único e compras públicas de alimentos da agricultura familiar estavam entre os temas tratados

A ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, recebeu na tarde desta quinta-feira (23) a ministra do Desenvolvimento e Inclusão Social do Peru, Carolina Trivelli. A reunião de trabalho fez parte da agenda de uma delegação de autoridades peruanas que permanece em Brasília até esta sexta-feira (24) para conhecer as ações e programas do MDS.

Carolina Trivelli e Tereza Campello conversaram sobre a utilização do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal como plataforma básica para articular ações de vários setores, dirigidas a famílias de baixa renda nas cidades e no meio rural.

Tereza Campello destacou o Programa Bolsa Família como a ação que teve melhor resultado na redução da pobreza no Brasil nos últimos oito anos. Carolina Trivelli, por sua vez, também demonstrou especial interesse na estratégia de compras públicas de alimentos da agricultura familiar para reforço do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

“Há um conjunto de programas que o Brasil já realiza e que consideramos importantes para as políticas que estamos começando a implantar no Peru”, disse Carolina Trivelli. “Essa troca de experiências nos ajuda a evitar equívocos e permite um avanço mais rápido dos programas.”

Objetivos – Para Tereza Campello, o Brasil também tem muito a aprender com o Peru, já que os

dois países têm objetivos em comum. “As políticas que eles estão implantando são muito parecidas com o nosso esforço no Plano Brasil Sem Miséria.” O plano tem a meta de superar a extrema pobreza no país.

Tereza Campello citou como exemplo bem-sucedido no Peru a estratégia de criação de creches públicas e ações de estímulo ao desenvolvimento cognitivo precoce das crianças do meio rural. Entre os principais resultados, aquele país conseguiu reduzir a defasagem de idade/série entre as crianças das cidades e do meio rural.

Segundo a ministra, este é um desafio que o Brasil enfrenta na ação Brasil Carinhoso. Ela pretende agendar uma viagem ao Peru, ainda neste ano, para conhecer a estratégia, visitar as creches rurais e conversar com as famílias atendidas para buscar formas de adaptar essa solução à realidade brasileira.

Retrospectiva – De manhã, a ministra Carolina Trivelli esteve reunida com o secretário executivo interino do MDS, Marcelo Cardona, e o secretário nacional de Renda de Cidadania, Luís Henrique Paiva.

Marcelo Cardona fez uma retrospectiva sobre o ministério, desde a sua criação, e apresentou os programas e ações que beneficiam a população pobre e em situação de extrema pobreza no Brasil.

Ele também citou os eixos estruturantes do governo federal: crescimento econômico, criação de empregos, redução das taxas de juros, investimentos em infraestrutura por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), diálogo com a sociedade civil e o Plano Brasil Sem Miséria, voltado à superação da extrema pobreza, que é desenvolvido em parceria com estados e municípios.

Já o secretário Luís Henrique Paiva destacou os impactos positivos do Bolsa Família para o país. Segundo ele, um terço de redução da pobreza nos últimos anos foi provocado pelo programa de transferência de renda do governo federal.

Além disso, ressaltou o secretário de Renda de Cidadania, o Bolsa Família contribuiu para a queda da desnutrição, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. O programa, acrescentou, fez com que aumentasse o número de consultas pré-natal, melhorando a qualidade de vida da população beneficiária.

**Cras** – Também na manhã desta quinta-feira, representantes do governo peruano que integram a comitiva da ministra Carolina Trivelli visitaram a unidade do Centro de Referência de Assistência Social (Cras) em Ceilândia Sul – região administrativa do Distrito Federal – para aprofundar informações sobre a política nacional de Assistência Social.

“Temos problemas muito similares com o Brasil e muito que aprender sobre a implementação e os mecanismos de políticas sociais”, disse Maria del Carmen Bailletti, uma das diretoras do Ministério da Mulher e População Vulnerável do Peru.

---

**Fabricantes nacionais aumentam grau de dependência do BNDES. Stella Fontes – Valor Econômico. 27/08/2012**

Nem Votorantim, nem Klabin Irmãos, nem Monteiro Aranha, nem as famílias Feffer e, mais recentemente, Batista. O posto de maior investidor da indústria brasileira de celulose e papel segue nas mãos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), diretamente ou por meio de seu braço de participações, a BNDESPar. Acionista majoritário de Fibria, segundo maior da Suzano Papel e Celulose, um dos grandes detentores de papéis de Klabin e principal credor da Eldorado Celulose, o banco de fomento é dono de aproximadamente R\$ 4,5 bilhões em ações das três primeiras companhias, considerando-se os preços de fechamento na BM&FBovespa na sexta-feira.

Esse retrato ficou mais evidente em operação recente de conversão de debêntures da Suzano, passando, com isso, a deter quase 18% do capital total da empresa.

Além dessas participações acionárias, o BNDES é o grande financiador da ainda pré-operacional Eldorado, controlada pela J&F Holding, também dona do JBS Friboi, com um empréstimo de R\$ 2,7 bilhões. É ainda importante financiador da nova fábrica de celulose da Suzano, em Imperatriz (MA) e, certamente, desempenhará papel semelhante quando a Fibria se decidir pela implantação da segunda linha de celulose em Três Lagoas (MS).

A Klabin, da qual o banco é detentor de 15% dos papéis preferenciais, também contará com os recursos do BNDES para erguer uma nova linha de produção da fibra no Paraná.

Os números são historicamente expressivos. Desde 2000 até o ano passado, conforme dados da instituição, os desembolsos ao setor ultrapassavam R\$ 12,4 bilhões - nos seis primeiros meses de 2012, ficaram em cerca de R\$ 1,9 bilhão. Analistas não têm dúvida de que o banco seguirá, ainda por muito tempo, como principal fonte de financiamento dos projetos da indústria, intensiva em capital e com investimentos de longa maturação - para o primeiro corte, o eucalipto, principal matéria-prima dos produtores brasileiros, exige um mínimo de seis anos de cultivo.

Contudo, especialistas apontam que o BNDES poderá desempenhar um papel ainda mais relevante para o setor e servir como indutor da formação de um gigante brasileiro de celulose - assim como a Vale está para a mineração global - no médio prazo, combinando seus investimentos em pelo menos duas das companhias em que tem presença relevante. A ideia de constituir uma grande companhia brasileira exportadora, na verdade, já circulou dentro do próprio banco há muitos anos, conforme relato de executivos do alto escalão da indústria. À época, o debate giraria em torno de uma eventual fusão entre Aracruz, Bahia Sul Celulose e Cenibra, em um grupo denominado ABC. O tempo, contudo, mostra que o debate não vingou.

"Não seria surpresa se, em cinco anos, o BNDES promovesse a consolidação [da indústria de celulose]", avalia o analista Felipe Reis, do Santander. "Costumo brincar que, na verdade, o BNDES é o maior produtor de celulose de eucalipto do mundo." Para o especialista, a pressão exercida pelas novas fábricas sobre os preços da celulose nos próximos anos, e de maneira constante em razão do cronograma de expansão que está sendo desenhado pelas concorrentes, poderá moldar o cenário propício para uma nova rodada de consolidação.

A própria Fibria, que nasceu oficialmente em 2009 a partir da fusão de Aracruz e Votorantim Celulose e Papel (VCP), reflete a importância que o BNDES ganhou para a manutenção da saúde financeira da indústria brasileira. "A atuação do banco deu suporte à Aracruz após as perdas com derivativos, possibilitou à VCP comprar a fatia dos antigos acionistas da Aracruz e deu condições de a Fibria vingar", afirma outro analista, sob a condição de não ser identificado,

lembrando que, em diferentes ocasiões, o banco já apoiou praticamente toda a indústria nacional de celulose em momentos difíceis.

Hoje, a BNDESPar ainda é a maior acionista da Fibria, com 30,38% das ações ordinárias, à frente de Votorantim Industrial (29,42%). Sob os termos do acordo de acionistas assinado por Votorantim Industrial (VID) e BNDES em 2009, o banco se compromete a manter posição mínima de 21% na companhia pelos três anos seguintes e de 11% nos dois anos posteriores.

Questionado sobre a possibilidade de reduzir a posição em Fibria, o banco de fomento respondeu, por meio de assessoria de imprensa, que "não há previsão estatutária de redução do investimento da BNDESPar em Fibria". "Quanto à perspectiva de redução da participação acionária de todas as empresas do setor, é preciso contextualizar a natureza da BNDESPar como investidora no capital das companhias. A BNDESPar é uma investidora com perfil de longo prazo, todavia com caráter transitório, sendo o desinvestimento uma consequência natural do apoio", acrescenta.

No caso da Suzano, a BNDESPar desempenha, no momento, papel crucial para garantir a execução de um grande projeto de expansão. "É natural que o BNDES tenha participação ativa no setor", ressalta Reis. "E, olhando para a frente, a necessidade [de consolidação] deve se impor se houver de fato um período longo de preços mais baixos", reitera.

Sobre a possibilidade de atuar como motor da consolidação do setor de celulose e papel, o BNDES informa que "eventuais operações de consolidação da indústria são resultado de decisões de grupos empresariais". "Não cabe ao BNDES emitir opinião ou antecipar movimentos de grupos empresariais privados", acrescenta.

---

### **Cidades citrícolas perdem 17 mil empregos. Stefhanie Piovezan – Folha de São Paulo. 27/08/2012**

*Só em Bebedouro, saldo negativo é de 7.212 vagas; supersafra e queda nas exportações deixam setor em crise. Sindicato rural da cidade diz que já há produtores cogitando a troca da laranja por cana, soja ou milho.*

Cidades citrícolas do interior paulista empregaram nos sete primeiros meses deste ano 17 mil trabalhadores a menos do que no mesmo período do ano passado.

Como reflexo da crise vivida pelo setor devido à supersafra dos dois últimos anos, Araraquara, Bebedouro, Matão, Monte Azul Paulista, Itápolis e Tabatinga geraram 2.603 empregos no setor agropecuário neste ano, ante 19.915 de janeiro a julho do ano passado, de acordo com dados do Ministério do Trabalho.

A maior parte da queda é atribuída a Bebedouro. Apesar de ser a cidade do interior que mais gerou vagas em julho -3.746-, na agropecuária o total de empregos criados no acumulado do ano caiu de 9.024 para 1.812 -7.212 a menos no comparativo.

Há inclusive casos de cidades que registram mais demissões do que contratações, como Itápolis, com saldo negativo de 453 vagas neste ano, ante o saldo positivo de 2.586 no ano passado.

Na avaliação de Marco Antônio dos Santos, presidente da câmara setorial de citricultura do Ministério da Agricultura, a queda de empregos se deve à crise da laranja.

"Houve contratação para cumprir acordos firmados no ano passado e devem ser feitas mais algumas para a colheita de outras variedades de laranja, mas num nível bem menor. Um grupo de 25 produtores contratou 1.200 trabalhadores em 2011. Neste ano, foram 250 vagas."

A crise ocorre porque a previsão da CitrusBR (representante das grandes fábricas de suco do país) aponta sobra de 83 milhões de caixas (de 40,8 kg cada) da fruta neste ano. Do total, 15 milhões de caixas já se perderam, segundo os produtores.

Santos disse que outras 35 milhões de caixas de laranja devem ser desperdiçadas até setembro porque, com estoque alto, devido à safra recorde de 2011, não há procura pelas frutas. O prejuízo pode atingir R\$ 500 milhões.

"Os produtores não estão conseguindo vender laranja por preço nenhum. Isso tem grande reflexo nas cidades movimentadas pela laranja."

#### TROCA POR CANA

Presidente do Sindicato Rural de Bebedouro, José Osvaldo Junqueira Franco atribui a menor geração de empregos principalmente a pequenos e médios produtores, que já cogitam mudar de cultura, passando a investir em cana, soja ou milho.

Para ele, assim como para Frauzo Ruiz Sanches, presidente do Sindicato Rural de Ibatinga e Tabatinga, diz que aguarda a medida anunciada pelo governador Geraldo Alckmin - compra de parte do suco para a merenda escolar.

A Secretaria de Estado da Agricultura informou que a medida está em fase de estudo pelo governo.

---

### **Cepal pede pacto fiscal e social para gerar crescimento na região. Eliane Oliveira – O Globo. 27/08/2012**

*Relatório aponta união entre Estado, empresa e trabalhador como saída*

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) lança nesta segunda-feira, em El Salvador, o documento "Mudança estrutural para a igualdade" que aponta os pactos fiscais e sociais entre Estados, empresas e trabalhadores como o caminho mais curto para o crescimento econômico a taxas elevadas, com sustentabilidade ambiental e igualdade de direitos. A proposta se

assemelha às antigas câmaras setoriais, em que cada um cede um pouco: o Estado reduz a carga tributária e libera crédito; o empresário se torna mais competitivo e mantém empregos; e os trabalhadores aumentam a produtividade e não fazem greve.

Os autores do documento de 330 páginas — que será discutido durante a semana com os 44 países que integram a Comissão — sugerem uma visão integrada do desenvolvimento, com políticas macroeconômicas, industriais, sociais, trabalhistas e ambientais plenamente articuladas. O desafio é consolidar o processo de redução da pobreza na região e, ao mesmo tempo, intensificar o ritmo de queda da desigualdade.

Segundo explicou ao GLOBO o secretário-adjunto da Cepal, Antônio Prado, a nova proposta dá continuidade à reflexão iniciada com "A hora da igualdade: brechas por fechar, caminhos a abrir", lançado em 2010. Naquele momento, a região passava por forte redução das taxas de pobreza — houve uma queda de 44,2% em 2002 para 30% em 2010), mesmo durante a crise econômica mundial que estourou no fim de 2008.

— A região revelou uma resiliência em relação à crise, não só do ponto de vista das taxas de crescimento, mas também da trajetória de redução da pobreza — disse Prado, para quem a região viveu momento histórico.

A média da carga tributária na América Latina é de 19%, um percentual considerado baixo para que os governos possam dar incentivos fiscais. No caso do Brasil, que tem uma carga de impostos e contribuições estimada em 35,8% em 2011, a margem de manobra é bem maior.

— Por que a ideia do pacto? Os países aumentaram os gastos sociais, os mercados de trabalho estão mais dinamizados, as taxas de desemprego caíram, há indicadores bastante positivos. Mas se isso não se consolidar, pode haver uma reversão — alertou.

A Cepal avalia que o Brasil tem um "ponto de partida" melhor do que os demais países por conta das políticas agrícola e industrial, de bancos de fomento como o BNDES e da carga tributária acima da média regional. Possui cerca de US\$ 376 bilhões em reservas internacionais, o que o permite fazer uma gestão de política econômica com um grau maior de liberdade. Além disso, lida com temas que até recentemente eram engessados, como a redução das taxas de juros e a mudança na remuneração da caderneta de poupança.

Entre as distorções que precisariam ser corrigidas, uma delas diz respeito à heterogeneidade na região, quando o tema é produtividade. Quanto maior o nível, mais alta a remuneração. Os trabalhadores que estão nos setores de alta produtividade ganham o correspondente a 66,9% do Produto Interno Bruto (PIB) da região, mas ocupam 18,8% dos empregos. Aqueles empregados em áreas de mais baixa produtividade, a maioria na informalidade, recebem 10,6% do PIB e se encontram em 50,2% dos postos de trabalho.

"A vocação igualitária é também vocação universalista: todos querem ser produtivos, todos querem melhor qualidade de vida, todos querem saber, todos querem estar educados, todos querem emprego e direitos", diz a Cepal.

A adoção de medidas protecionistas é outro fator que impede a maior integração entre os povos e, por tabela, dificulta o processo de redução de desigualdades em cada um dos países. O documento cita as recentes pendências comerciais entre Brasil e Argentina e mostra como a América Latina se distancia da Ásia em termos de integração comercial: enquanto o comércio intrarregional entre os asiáticos representa 44% do total, o fluxo entre os latinos é de apenas 18%.

---

## **Reduzir pobreza não basta, diz Cepal. Fabio Murakawa – Valor Econômico. 27/08/2012**

A América Latina teve sucesso em reduzir a pobreza na última década. Agora é hora de os governos agirem com força para combater a desigualdade e, assim, assegurar os ganhos sociais



obtidos recentemente. Essa é uma das conclusões da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), que abre hoje seu 34º período de sessões, em El Salvador.

O órgão das Nações Unidas apresentará suas propostas durante o evento, que reunirá delegados de 44 países-membros e 8 associados à comissão. Elas estão resumidas no livro "Mudança Estrutural para a Igualdade: Uma Visão Integrada do Desenvolvimento". Com mais 300 páginas, a obra "propõe um caminho concreto para o crescimento de longo prazo com igualdade e sustentabilidade ambiental" na América Latina.

Antonio Prado, secretário-executivo-adjunto da entidade, afirma que a região vive uma espécie de "inércia" com relação à redução da desigualdade. E que os governos precisam agir ativamente para criar um cenário que favoreça essa diminuição. "Essa inércia não pode ser superada apenas com mecanismos de mercado", afirma. "São esses mecanismos que ajudam a potencializá-la."

Prado exemplifica dizendo que os setores de alta produtividade, responsáveis por 66,9% do PIB regional, geram apenas 19,8% dos empregos. Já os de baixa produtividade, incluindo-se aí os informais, respondem por 10,6% do PIB, mas empregam 50,2% das pessoas. Nesse estrato está a faixa mais vulnerável, que pode voltar rapidamente à pobreza. "Os investidores privados procuram setores onde há mais rentabilidade. O setor público tem que tomar a iniciativa", diz. "Não é hora de os governos cortarem investimentos. É preciso uma política industrial para melhorar a qualidade do emprego."

Os governos devem também atuar em outras frentes, como a política fiscal. "A carga tributária média na região, de 18%, 19%, é muito baixa para dar aos governos musculatura para investir", diz ele.

---

### **Movimentos sociais criticam decreto sobre a política para agroecologia – Site do MST. 28/08/2012**

No dia 20 de agosto de 2012, primeiro dia do nosso I Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas: por Terra, Território e Dignidade, a Presidência da República publicou o Decreto 7.794, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

O propósito da criação desta política foi anunciado em primeira mão pela Presidenta Dilma durante a Marcha das Margaridas, e representa uma resposta à dívida do Estado brasileiro com sua população. A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), da qual fazem parte os movimentos sociais do campo que promovem este encontro, se empenhou, ao longo dos últimos 18 meses, em diálogo com o governo federal, na formulação de proposições para o texto do Decreto e de medidas a serem anunciadas pelo governo a curto prazo que dessem concretude à política.

Recentemente, o diálogo entre o governo e a sociedade civil foi interrompido, e o texto do decreto, embora houvesse consensos estabelecidos em reuniões de negociação, deixa de contemplar, entre suas diretrizes, questões fundamentais, como por exemplo, a função social da terra e a promoção do acesso à água como um bem de domínio público. A participação da sociedade na gestão da política também foi restringida.

O governo federal também não anunciou, até o momento, medidas concretas, o que deixa a sociedade sem a sinalização de que a política será efetiva.

Consideramos importante a publicação do Decreto e que este responde a algumas de nossas reivindicações. No entanto, a efetivação real da Política de Agroecologia requer a imediata instalação da comissão prevista no Decreto, para que a mesma possa, a curto prazo, tratar da efetivação das estratégias, instrumentos e medidas concretas já formuladas e reivindicadas pela ANA.

Por fim, este encontro reafirma a agroecologia como opção estratégica para a sustentabilidade da agricultura brasileira, e a sua determinação de lutar pela reforma agrária e efetivação de políticas públicas para um desenvolvimento justo, sustentável e solidário.

*PLENÁRIA DO ENCONTRO NACIONAL UNITÁRIO DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO CAMPO, PESCADORES, QUILOMBOLAS E POVOS DA FLORESTA.*

---

### **Soja avança sobre pastagens no Tocantins. Luiz Henrique Mendes – Valor Econômico. 28/08/2012**

A estrada que liga o município de Sandolândia, no sudoeste do Tocantins, à capital Palmas, é um retrato da rápida e intensa transformação da produção rural do Estado. Considerado um dos berços da pecuária brasileira por sua relevância na criação de bezerros, Tocantins não consegue mais resistir à rentabilidade proporcionada pela agricultura.

Conforme o percurso da rodovia João Lisboa da Cruz - a TO-070 - avança e o relevo acidentado do Araguaia fica para trás, as áreas de pasto, notadamente a partir do município de Brejinho de Nazaré, dão lugar às lavouras de soja.

Entre os dias 22 e 25 de agosto, o **Valor** acompanhou, a convite das consultorias Agroconsult e Bigma, a primeira etapa do "Rally da Pecuária", expedição que no total percorrerá 40 mil quilômetros do país para avaliar as condições de pastagens e da produção de gado. Num roteiro (*ver mapa*) em que percorreu os Estados de Goiás e Tocantins, a reportagem visitou sete fazendas, participou de trabalhos de campo e conversou com pecuaristas da região.

"Provavelmente, esse é o último ano que faremos amostras nesse pasto. Em 2013, essa área será lavoura", afirmou André Debastiani, analista da Agroconsult, em uma das análises de pastagens realizadas em Brejinho de Nazaré. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as pastagens em Tocantins ocupam 10 milhões de hectares. No país, os pastos cobrem cerca de 170 milhões de hectares.

Com uma área plantada com grãos de 743,1 mil hectares na safra 2011/12, Tocantins é apenas um exemplo de uma tendência que atinge as principais regiões de pecuária do Brasil, como as porções norte e leste de Mato Grosso, os Estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e algumas regiões do Pará, segundo Debastiani.

A área plantada com grãos, cana-de-açúcar e reflorestamento no Brasil deverá aumentar 15,3 milhões de hectares nos próximos dez anos, conforme estimativa da Agroconsult e da Bigma. E a maior parte desse avanço virá da conversão de áreas de pasto. Pelos cálculos das duas

consultorias, a agricultura abocanhará 12,4 milhões de hectares que hoje servem à pecuária bovina.

Acompanhando esse movimento, o agricultor Luciano Rosa Nascimento deixou o Paraná em 2005 para ser um dos consolidadores da fronteira agrícola brasileira conhecida como "Mapitoba" - confluência entre os Estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia. De lá para cá, ampliou sua área plantada com soja na região de Porto Nacional (TO) para 800 hectares.



No último ano, o produtor deu mais um passo, ao adquirir a Fazenda Nova Esperança, no mesmo município, até então concentrada na engorda de animais de corte. "Em três anos, vamos transformar a maior parte em lavoura", conta. Com uma área de 600 hectares, Nascimento pretende converter 500 hectares para o plantio de soja. Na área restante, o agricultor manterá o confinamento com capacidade para 750 animais. "Vou aproveitar a estrutura que já existia".

Depois de resistir a propostas de agricultores por três anos, o pecuarista Valdofredo Gonçalves de Paula, proprietário da Fazenda Carolina, de Paraíso (TO), arrendou 100 hectares de sua propriedade de 3,3 mil hectares. "Não entendo nada de soja. O que eu gosto mesmo é pecuária, mas a tendência é que o grão avance", reconhece Gonçalves de Paula.

Segundo ele, o arrendamento lhe proporcionará ganhos superiores aos que teria com a criação de bezerros. Pelos termos do arrendamento, o pecuarista ficará com 5 sacas de soja por hectare plantado. Em Ipueiras (TO), o catarinense Alexandre Ferrari, da Fazenda Brasil, seguiu o mesmo caminho e destinou 100 hectares de pasto degradado para a soja.

Em grande medida, a cessão de áreas para agricultura é um resultado da baixa rentabilidade da produção de gado. "Está cada vez mais difícil aumentar renda na pecuária. A agricultura rende dez vezes mais que a pecuária. É por isso que cede área", disse Maurício Nogueira, sócio-diretor da Bigma.

De acordo com o agrônomo, o pecuária brasileira deveria ter uma produtividade anual de 15 arrobas por hectare para "ficar competitiva e não mudar para a agricultura". Atualmente, a produtividade média da pecuária nacional é de 3,65 arrobas por hectare, segundo previsão da Bigma.

Diante da iminente perda de área para a agricultura, os pecuaristas precisarão superar uma tradicional resistência do setor se quiserem permanecer na atividade: o uso de tecnologias como a adubação de pastagens. "O ritmo de adoção de tecnologia vai ter que ser maior nos próximos anos", afirma Nogueira.

E não só a sobrevivência dos pecuaristas está em jogo. Com a redução da área de pastagens, a tecnologia também será fundamental para que a produção de carne bovina consiga atender a demanda projetada para os próximos anos. De acordo com estimativas da Agroconsult e da Bigma, a demanda por carne bovina produzida no Brasil saltará das atuais 9,3 milhões de toneladas para 13 milhões em 2022.

Apesar das dificuldades, Nogueira acredita que a pressão sobre a atividade estimulará o setor a avançar em tecnologia e produtividade. "Vamos ter que acelerar o uso de tecnologia porque a agricultura vai tomar área de qualquer jeito", diz ele. Em suas projeções, o país elevará a taxa de animais abatidos sobre o rebanho total dos atuais 19,3% para 23,2% até 2022 - nos Estados Unidos, esse percentual chega a 38%. Já a produtividade da pecuária brasileira atingirá a 5,36 arrobas por hectare em dez anos.

Nesse cenário, o analista prevê que os abates no país crescerão 38,3% em dez anos, para 53,6 milhões de cabeças. A participação dos confinamentos nos abates, por sua vez, deverá dobrar, para 20%.

Além de incrementar a produção, o maior uso de tecnologia também pode reduzir a necessidade de pastagens no país. Segundo cálculos de Agroconsult e Bigma, se toda a pecuária brasileira - e não só as áreas que competem com a agricultura - ampliassem a produtividade anual para 15 arrobas por hectare, a necessidade de pastagem no país seria de apenas 41,4 milhões de hectares, ante os 170 milhões atuais.

"Nós vamos demorar muito para ver esse cenário, mas o uso de tecnologia vai aumentar ano a ano", assegura Maurício Nogueira. Ainda assim, o analista garante que a disponibilidade de pastagem - um pouco menor, talvez - seguirá como uma das vantagens comparativas do Brasil em relação à seus concorrentes como Estados Unidos e Austrália, que utilizam o confinamento na quase totalidade dos abates, encarecendo o custo de suas respectivas produções.

---

## **Mendes Ribeiro entrega medalhas para prefeituras que investem no agronegócio – Site do MAPA. 29/08/2012**

*Prefeituras que receberão o mérito foram escolhidos por meio de uma pesquisa realizada pela Famurs*

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho, entrega uma homenagem aos prefeitos dos dez municípios do Rio Grande do Sul que mais investem no setor agropecuário, nesta quinta-feira (30), às 10h30, na Casa da Tecnologia do Ministério da Agricultura, na Expointer, em Esteio.

As prefeituras que receberão o mérito, "Município que investe no Agronegócio da sua terra", foram escolhidos por meio de uma pesquisa realizada com apoio da Federação das Associações de Municípios (Famurs). Cada prefeitura respondeu um questionário eletrônico referente às aplicações orçamentários de 2011 e as previsões de investimentos para 2012.

---

## **Sobra milho, falta milho - O Estado de São Paulo. 29/08/2012**

Tendo o País colhido a maior safra de milho da história, superando o recorde de produção de 2007, e tendo a colheita adicional da "safrinha" mato-grossense obrigado os produtores a improvisar sistemas de armazenamento, pois os silos já estão abarrotados, parece paradoxal que avicultores de algumas regiões estejam sendo obrigados a sacrificar aves, para que elas não morram de fome por falta de milho. Mas é o que está acontecendo. A abundância de milho em uma região e a aguda escassez em outras decorrem da incapacidade do governo de evitar os efeitos mais graves de velhos problemas de logística e transporte e assegurar a tempo a transferência do produto das regiões produtoras para as consumidoras.

A decisão de um proprietário de granja nas proximidades de Florianópolis, capital de Santa Catarina, de enterrar mais de 100 mil pintinhos vivos, por causa da escassez e do alto preço da ração no mercado - ato que o tornou passível de condenação por prática de crime ambiental, como noticiou o Estado (18/8) -, tornou chocante um problema que, se enfrentado com antecedência, eficiência e competência, não teria chegado à situação atual.

A quebra da safra de milho e soja nos Estados Unidos, onde as regiões produtoras enfrentam uma das piores secas dos últimos 70 anos, provocou forte alta do preço desses produtos, naturais ou processados, no mercado internacional. No Brasil, essa situação tem estimulado as exportações. Assim, mesmo com a alta desses produtos também no mercado interno - criadores catarinenses afirmam que a saca do milho já subiu de R\$ 23 para R\$ 36 e a tonelada do farelo de soja, de R\$ 550 para R\$ 1.500 -, eles se tornaram escassos nas regiões onde há muitos avicultores. Para o consumidor, o efeito é o aumento de cerca de 25% no preço do frango. E sobe também a carne de porco, pois os custos da suinocultura dependem fortemente dos preços do milho e da soja.

A rápida transferência de parte do grande volume de milho estocado no Centro-Oeste para Santa Catarina e para o Nordeste - onde a avicultura teve rápida expansão nos últimos anos - reduziria o impacto do aumento do preço para a maioria dos produtores, sobretudo os de menor porte, que, por carência de capital próprio, são mais vulneráveis às oscilações do mercado.

"Desde maio trabalhamos no transporte do milho estocado em Mato Grosso para as regiões mais necessitadas", afirmou o secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura ao jornal Diário Catarinense (21/8). Até agora, porém, os resultados foram muito fracos.

"Muita gente vai perder, mas queremos que o pequeno e médio percam o mínimo possível", disse na quinta-feira (23/8) o ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro, a respeito dos problemas enfrentados pelos criadores de aves e suínos de Santa Catarina. Ele reconheceu que a Conab enfrenta problemas para contratar caminhões que levem o milho estocado em Mato Grosso para as regiões consumidoras em Santa Catarina.

O problema se repete no caso do transporte de milho para o Nordeste. A Conab foi autorizada a transferir 400 mil toneladas, de 1,2 milhão de toneladas que tem em seu estoque, para atender os pequenos produtores da área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), mas não está conseguindo transportar o produto. Em nota divulgada na quinta-feira (23/8), o Ministério da Agricultura reconheceu que, devido ao aumento da demanda por frete, às novas regras para o transporte rodoviário previstas no Estatuto do Motorista e ao protesto dos

caminhoneiros, "houve um aumento no prazo de entrega dos produtos e, conseqüentemente, aumento das tarifas de transporte". Em resumo, a carga demora a chegar, e chega mais cara.

Há algumas semanas chegou a ser anunciado que o governo adotaria medidas específicas, até mesmo a edição de uma medida provisória, para autorizar a realização de leilões emergenciais de milho a preços de mercado e a concessão de subsídios para o custo do transporte do produto de Mato Grosso para as regiões de produção de aves e suínos, mas nenhuma medida prática foi adotada.

---

## **Governo vai lançar plano de desenvolvimento para comunidades de matriz africana – Site do MDS. 30/08/2012**

*Propostas para criar uma política nacional voltada para essa parcela da população estão sendo debatidas em oficina na capital federal*

Uma das principais metas do governo federal é promover cada vez mais a inclusão social dos brasileiros. Para reforçar as ações voltadas ao cumprimento deste objetivo, ministros, secretários e diretores participam, até esta sexta-feira (31), em Brasília, de uma oficina de trabalho para criar a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana. Representantes desses povos e comunidades também participam do encontro.

A oficina é promovida Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). Além de autoridades do governo federal, o encontro reúne representantes dos estados e dos municípios. A expectativa é que a política nacional para os povos e comunidades tradicionais de matriz africana seja lançada ainda este ano.

“Queremos discutir com a sociedade organizada de matriz africana para podermos elaborar um plano de desenvolvimento inédito voltado especificamente para essas pessoas, que nunca contaram com uma política destinada exclusivamente para as suas necessidades”, disse a secretária nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Maya Takagi.

De acordo com ela, um dos maiores problemas nas comunidades de matriz africana está relacionado à insegurança alimentar e nutricional. “A alimentação é um dos maiores problemas. São comunidades vulneráveis de baixa renda. Esse é o público prioritário das políticas públicas.”

**Dívida histórica** – A secretária informou que 70% do público do Brasil Sem Miséria – plano de superação da extrema pobreza lançado no ano passado pela presidenta Dilma Rousseff – é formado por pessoas de origem negra. O governo federal, assinalou, tem uma dívida histórica com essa população.

“Temos a responsabilidade de universalizar o acesso à renda, à inclusão produtiva, à alimentação de qualidade, à água, a terra e aos serviços”, disse Maya, durante o encontro. “Não é um compromisso apenas do MDS, mas sim do governo federal, que tem uma grande dívida com vocês. Por isso, estamos trazendo esse debate”.

Durante a oficina, a ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade

Racial, Luíza Bairros, assinou termo de cooperação com o diretor da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) Marcelo Melo. A Conab vai embalar e distribuir cestas de alimentos nas comunidades tradicionais de matriz africana. A Seppir transferirá os recursos financeiros para a empresa estatal e indicará as comunidades que serão beneficiadas.

“Com isso, estamos atendendo a uma das maiores solicitações (dessa população), que ajudará na distribuição de alimentos nas comunidades”, destacou Luíza Barros.

---

### **Embrapa investe apenas 4% do orçamento na agricultura familiar. Daniele Silveira – Site MST. 31/08/2012**

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) se apresenta publicamente como uma instituição que tem como missão “viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura, em benefício da sociedade brasileira.” No entanto, interesses comerciais parecem sobrepôr a função assumida pela estatal. É o que alerta o presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (Sinpaf), Vicente Almeida.

Ele diz que há relatos de que a Embrapa estaria ingressando no continente africano para representar interesses de grandes corporações, como a fundação Bill Gates. Além disso, falta incentivo para projetos na área de agroecologia. Segundo Almeida, embora a agricultura familiar seja responsável por 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros, somente 4% dos recursos aplicados na empresa no ano passado foram destinados para pesquisa no setor.

A Embrapa, fundada em 1973, está vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. É considerada uma das principais empresas no desenvolvimento de pesquisas na região tropical. Em entrevista a Radioagência NP Vicente Almeida analisa o papel desta empresa pública que detêm a 4ª maior reserva genética de alimentos de origem animal e vegetal.

#### **Vicente, qual a importância de uma estatal do porte da Embrapa?**

Temos aí aproximadamente 1 bilhão de pessoas em situação de insegurança alimentar no mundo. Temos uma outra crise que é a crise energética, com a possibilidade de trazer soluções energéticas na área de agricultura sustentável. E também temos a crise ambiental e aquecimento ambiental. Então, toda a tecnologia desenvolvida hoje pela Embrapa pode ser usada para solução de boa parte dos problemas que estão aí causando para a população mundial transtornos e danos, às vezes, irreversíveis.

#### **E qual tem sido o investimento da Embrapa nas pesquisas em agroecologia?**

A gente percebe que o recurso destinado para a Embrapa nesse campo, por exemplo, é insignificante. O ano passado ela teve um aporte de R\$170 milhões em pesquisa e [foi destinado] para agricultura familiar apenas 4% desse recurso, o que demonstra claramente que a agricultura agroecológica quando está presente dentro da empresa é apenas de uma forma marqueteira. É apenas para dizer que consta, mas não existe dentro da empresa e as próprias falas do diretor presidente da empresa em entrevistas em nenhum momento aponta como uma das prioridades da empresa o investimento em pesquisa para a agricultura familiar.

### **Qual é o papel da agricultura familiar? Por que ela merece ser tratada como prioridade?**

A agricultura familiar e agroecologia é o que sustenta a população brasileira, 70% da alimentação, hoje, que vai para a nossa mesa vem da agricultura camponesa e da agricultura familiar. Então, esse é um desafio que o governo brasileiro, os movimentos sociais e o movimento sindical têm. Então, a gente precisa apontar esses equívocos na condução da política dentro da empresa de forma muito firme, no sentido de cobrar do Estado brasileiro o retorno devido a esse segmento tão fundamental e importante para o desenvolvimento da agricultura brasileira e para a segurança e soberania alimentar do povo.

### **As parcerias da Embrapa com laboratórios dos Estados Unidos e da Europa são positivas para o Brasil?**

Nós ainda não temos elementos suficientes para demonstrar com clareza os impactos dessa cooperação internacional da Embrapa, o que nós temos são informações que apontam para um nível de repetição preocupante do mesmo modelo de pesquisa que está sendo implantado aqui e em outros países. Especialmente na África, a gente tem tido contato com trabalhadores do Itamaraty, com movimentos dos camponeses na África onde a Embrapa atua e temos ouvido relatos preocupantes em relação à condução da empresas nesses espaços.

Então, o que a gente na verdade cobra nesse momento é maior transparência em relação a execução dessas pesquisas que têm sido feitas em nível internacional e uma análise mais detalhada dos impactos delas. Se elas estão indo para efetivamente contribuir com a cultura local, com o fortalecimento das comunidades locais, com o fortalecimento da segurança e soberania alimentar desses povos ou se ela está indo, na verdade, como ponta de lança em um processo de internacionalização dessa agricultura nesses países, fortalecendo, na verdade, as empresas multinacionais e esse grande mercado de sementes e de alimentos que está se tornando o mundo.

### **Você pode dar mais detalhes dessas denúncias?**

Eu tenho relatos que a Embrapa estaria sendo ponta de lança da fundação Bill Gates na África ou da Monsanto e de multinacionais para representar interesses dessas corporações e não interesses legítimos das comunidades locais. E relatos que apontam também para devastação da biodiversidade local, com a mesma implantação da chamada Revolução Verde, que foi implantada aqui no cerrado brasileiro, lá na savana africana, repetindo os mesmos erros, como a devastação ambiental, perda da biodiversidade, expulsão de comunidades locais.

### **Como você interpreta a decisão da Embrapa de descontar dos salários dos trabalhadores os dias parados em razão da última greve?**

Ela [a Embrapa] tem se posicionado de uma forma muito equivocada no processo de negociação, rechaçando todas as propostas apresentadas pelos trabalhadores, e ainda se posicionando de forma a retirar os direitos e benefícios já conquistados anteriormente. Além de tudo isso, ela ainda não apresenta proposta econômica que vá para além da mera reposição da inflação. Com essa proposta, os trabalhadores avaliaram que era uma proposta muito rebaixada e desrespeitosa inclusive aos trabalhadores e eles rejeitaram por unanimidade. E como retaliação a essa decisão, a Embrapa não prorrogou os efeitos dos acordos coletivos vigentes, ou seja,



todos os trabalhadores hoje da Embrapa encontram-se sem amparo dos direitos da já conquistados nesses últimos 23 anos de existência do nosso sindicato.

---

### **Produtores trocam leite por plantio da soja – Folha de São Paulo, Mercado. 31/08/2012**

A chance de lucro com os altos preços da soja tem levado produtores de leite do Rio Grande do Sul a vender animais e equipamentos para investir no plantio da oleaginosa.

Não há estimativa de quantos estão abandonando a atividade, mas o Estado tem utilizado pouco mais da metade da capacidade instalada para o processamento de leite, segundo entidade do setor.

---

### **PIB do campo ainda derrapa - Valor Econômico. 31/08/2012**

A agropecuária deve voltar a pesar negativamente no resultado do Produto Interno Bruto (PIB) no segundo trimestre, segundo a MB Agro. A expectativa da consultoria é que o PIB do setor apresente uma queda de 2% em relação ao mesmo período de 2011. O IBGE divulga os números oficiais nesta sexta-feira.

No primeiro trimestre, o PIB da agropecuária - que geralmente passa despercebido pelos participantes do mercado - surpreendeu ao desabar 8,5% na comparação com o mesmo período de 2011 - o pior resultado desde o quarto trimestre de 1997. A quebra na produção brasileira de soja, castigada pela estiagem no Sul do país, foi a principal responsável pelo número adverso. Segundo o IBGE, a colheita brasileira da oleaginosa, já encerrada, foi 12,2% menor neste ano.

Leonardo Rosa, analista da MB Agro, diz que a soja deve comprometer também o resultado do segundo trimestre, já que a maior parte (cerca de 60%) da colheita da oleaginosa é contabilizada pelo IBGE entre abril e junho. Porém, o efeito negativo da soja deverá ser minimizado pelo início das colheitas de milho e café, safras que devem crescer 27% e 14,2% neste ano, respectivamente, segundo o IBGE. "Não fosse o peso da soja no 2º trimestre, teríamos um PIB agrícola muito forte". (GFJ)

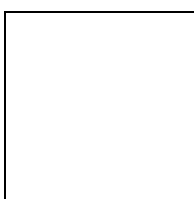
---

### **Preço limita a expansão do mercado de orgânicos. Kátia Simões e Marília de Camargo Cesar – Valor Econômico. 31/08/2012**

O preço ainda é o grande limitador da expansão do consumo de produtos orgânicos no Brasil, segundo os especialistas no assunto. Nem todos se dispõem a pagar R\$ 4 por um pé de rúcula que é vendido a R\$ 1,50 na maioria dos supermercados e feiras. Mas os três sócios que se uniram para montar o Mercado Apanã parecem ter encontrado a fórmula para equacionar esse problema. Nas prateleiras do novo mercadinho, que também é restaurante e café, situado na Barra Funda, zona oeste de São Paulo, um acordo com os fornecedores de hortaliças, fundamentado no conceito de comércio justo, permite que vendam verduras cultivadas sem pesticidas a R\$ 1,50 o pé.

"Nosso posicionamento é o de ser o mercado de orgânicos mais barato de São Paulo", resume o economista Thomas Brieu, que junto com o também economista Daniel Pascalicchio e o administrador Miguel Carvalho investiu R\$ 600 mil, em recursos próprios, no empreendimento. O negócio já nasceu com meta de se tornar um modelo diferenciado de franquia e de conquistar clientes corporativos - entregando para restaurantes, escolas, hotéis e academias. "Nosso objetivo no primeiro ano é ter pelo menos quatro clientes em cada um desses grupos", afirma Pascalicchio. Segundo ele, o retorno do capital investido deve vir a partir de maio de 2013.

A necessidade de administrar 90 fornecedores, quase todos pequenos produtores artesanais ou agricultores do cinturão verde de São Paulo, demanda habilidades gerenciais. "Precisamos discutir como preparar novos fornecedores, porque podemos enfrentar no curto prazo um apagão de mão de obra na produção de orgânicos", acredita Pascalicchio.



Os números de crescimento e potencial de expansão comprovam essa tese. O mercado mundial de produtos orgânicos já movimenta anualmente mais de US\$ 60 bilhões e cresce em média de 30% ao ano. No Brasil, segundo a Apex-Brasil, os negócios ligados à alimentação orgânica devem crescer 46% até 2014, capitaneados pelas bebidas, que registram aumento anual médio de 38%.

O principal desafio de quem está entrando no segmento, segundo Pascalicchio, é a logística dos produtos. No caso de hortaliças, o vaivém das mercadorias pode representar até 40% do custo. "Temos apostado em novos produtores da região de Guararema e Itatiba, ajudando-os a desenvolver a produção. Hoje, somos abastecidos por quatro famílias de Ibiúna, mas há necessidade de formar novos fornecedores", afirma o economista.

Mas o Apanã não é só verduras e legumes. Alimentos funcionais, grãos, farinhas integrais e dermocosméticos são a aposta para chamar clientes. Há vinhos orgânicos e leites importados, como o de arroz, cuja versão francesa é mais barata que a brasileira. "Nossa proposta é ser um 'atacavarejo', e logo teremos tudo vendido pela internet, com sites diferentes para alimentos, bebidas e cosméticos", informa Brieu.

Do outro lado da cidade, na zona sul, a Ponto Verde já tem quase três décadas de experiência nesse ramo. A empresa tem ligação com a Fazenda Demétrio, em Botucatu, uma das pioneiras no cultivo de orgânicos. Para facilitar a vida da clientela, a loja monta três tipos de caixas com verduras e legumes. Os produtos são entregues às terças-feiras, para garantir a qualidade, já que são colhidos no dia anterior. Cinco fornecedores garantem o abastecimento de 120 entregas em domicílio por semana, 15% a mais do que há dois anos.

"Da década de 80 para cá, a cidade mudou muito, diminuiu a presença do consumidor no ponto de venda e, em contrapartida, aumentou a demanda por serviços de delivery", afirma Fernanda Dantas, gerente da Ponto Verde. "Temos clientes assíduos, que fazem compras semanais e não sabem qual o endereço da loja."

É de olho nesse público que a arquiteta Juliana Pelegrinio Lemos Trigo colocou no ar em 2009 a loja virtual Organic Delivery. A ideia exigiu investimento de R\$ 50 mil. Os pedidos são encaminhados diretamente aos produtores e entregues na casa dos clientes duas vezes por semana.

---

### **MDA e MAPA assinam acordo para o fortalecimento de cadeias produtivas – Site do MDA. 30/08/2012**

Os ministros do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho, assinaram, nesta quinta-feira (30), na Expointer 2012, duas instruções normativas. A primeira fixa a quantidade mínima de 50% de polpa ou suco natural no néctar de uva e a outra dispõe sobre o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade da Nata.

A determinação de um percentual mínimo de produto natural no néctar da uva, aumenta o mercado para a produção familiar. “Na cadeia produtiva da vitivinicultura, tanto nos vinhos como nos sucos, a matéria prima é fornecida por cerca de 20 mil agricultores familiares que cultivam uva. No que diz respeito ao suco nós já identificamos a presença de excedentes. Para evitar o desperdício da fruta, essa medida é muito importante, já que haverá maior necessidade de suco natural no néctar, sendo possível garantir a venda de parte destes estoques”, explicou Pepe Vargas.

Quanto à nata, é um produto amplamente utilizado na culinária e faz parte da cultura de várias regiões brasileiras. Com a instrução normativa para regulamentação, o objetivo é fixar requisitos mínimos de qualidade que o produto deverá ter para ser comercializado. Entre as exigências estão percentual mínimo de gordura e padrões de resfriamento. “O trabalho conjunto dos ministérios fortalece a nossa luta”, afirmou Mendes Ribeiro.

---

### **PIB da agropecuária cresce 1,7% em relação ao segundo trimestre de 2011. Inez de Podestà – Site do MAPA. 31/08/2012**

*Indicador é a soma de tudo o que é produzido no país durante um período*

O Produto Interno Bruto (PIB) da agropecuária cresceu 1,7% no segundo trimestre deste ano em relação ao mesmo período do ano passado, enquanto o PIB da economia cresceu 0,5%. Com relação a outros setores econômicos, a agropecuária teve melhor resultado. Nessa comparação, o PIB da indústria decresceu 2,4% e os serviços cresceram 1,5%, ambos, portanto, apresentaram crescimento abaixo do da agropecuária.

Outras comparações realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) também mostram desempenho favorável da agropecuária. “Isso pode ser visto quando se toma o segundo trimestre de 2012 com o primeiro – a agropecuária cresceu 4,9%, enquanto o PIB total cresceu 0,4%, a indústria decresceu 2,5% e o setor de serviços cresceu apenas 0,7%”, avalia o coordenador da Assessoria de Planejamento Estratégico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, José Garcia Gasques.

---

O IBGE atribui o crescimento da agropecuária ao desempenho de produtos da lavoura com safras relevantes no segundo trimestre. Destacam-se produtos que tiveram crescimento na produtividade e na produção, como é o caso do milho, cuja produção levantada neste trimestre é 27% superior à do ano passado; o café, com aumento de 14,2%; e o algodão com aumento de 4,9%. “Os resultados do PIB sem dúvida poderiam ter sido melhores se a soja, arroz e mandioca não tivessem registrado redução de produção”, conclui Gasques.

O Produto Interno Bruto (PIB) representa a soma do valor de tudo o que é produzido no país durante um determinado período.

---

